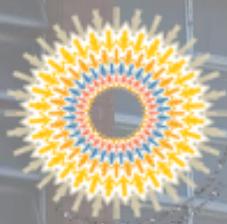




**UFRGS**  
UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL



**DINAÊ ESPINDOLA MARTINS**



DIREITO  
À MORADIA  
E À CIDADE!

**NECROPOLÍTICA E A PRODUÇÃO DE MORTE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

PORTO ALEGRE  
2018

CIP - Catalogação na Publicação

Martins, Dináé Espíndola  
NECROPOLÍTICA E A PRODUÇÃO DE MORTE DA POPULAÇÃO EM  
SITUAÇÃO DE RUA / Dináé Espíndola Martins. -- 2018.  
113 f.  
Orientador: Frederico Viana Machado.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Escola de Enfermagem, Programa de  
Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Porto Alegre, BR-RS,  
2018.

1. Necropolítica. 2. População em situação de rua.  
3. Políticas Públicas. 4. Violência. I. Machado,  
Frederico Viana, orient. II. Título.

DINAÊ ESPINDOLA MARTINS

**NECROPOLÍTICA E A PRODUÇÃO DE MORTE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva, junto ao Programa de Pós- Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Frederico Viana Machado

PORTO ALEGRE  
2018

DINAÊ ESPINDOLA MARTINS

**NECROPOLÍTICA E A PRODUÇÃO DE MORTE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

Dissertação de Mestrado

Aprovada em 03 de dezembro de 2018

Banca Examinadora:

---

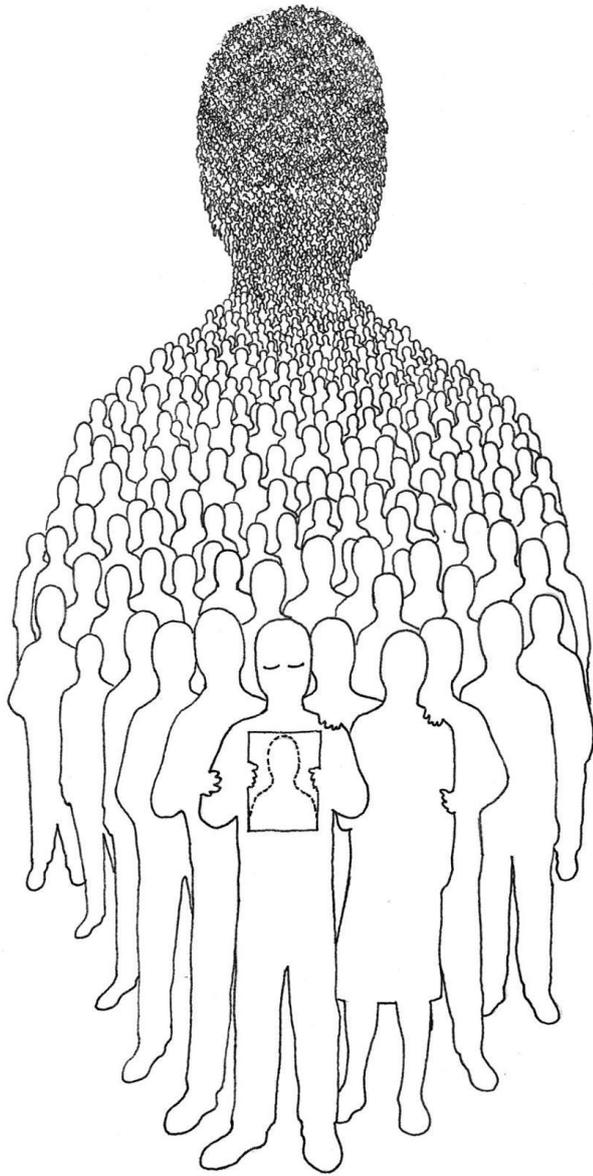
Profª Drª Carolina dos Reis – Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Profª Drª Stella Nazareth Meneghel – Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Profª Drª Paula Sandrine Machado – Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul



## RESUMO

Esta dissertação discute a necropolítica como mecanismo de governo e exercício de uma política de morte que atua historicamente sobre a população em situação de rua e tem se acentuado no atual cenário político e social. O conceito de Necropolítica, de Achille Mbembe, foi utilizado para compreender e analisar as expressões do necropoder nas situações de violência e de violação de direitos perpetrados contra a população em situação de rua, que demonstram táticas amplas e dispersas atravessadas por uma política de produção de morte. Foi utilizada a Cartografia como metodologia de pesquisa, apoiada em encontros formais e informais com as pessoas em situação de rua e com observações e vivências em espaços públicos da cidade de Porto Alegre. A cartografia evidenciou diferentes formas ou expressões práticas dos mecanismos necropolíticos, que ilustram a amplitude e a diversidade da sua incidência no cotidiano das pessoas que vivem nas ruas, e que foram organizadas em três agrupamentos analíticos: as Táticas Estruturais, de Gestão Territoriais e Extremas. As Táticas Estruturais de exercício da necropolítica expressam questões macrosociais interseccionais, bem como aspectos do campo das Políticas Sociais e Serviços Públicos, suas limitações e retrocessos. As Táticas de Gestão Territoriais estão relacionadas à gestão do uso do espaço e território da cidade, como as ações de remoção, deslocamentos forçados, estruturas de expulsão e processos de gentrificação e revitalização. As Táticas Extremas ilustram táticas de violência que promovem processualmente a violação do corpo físico e a exposição à morte por meio do agravamento das situações de saúde e de risco social, marcando o exercício da necropolítica de forma irreversível. Compreendeu-se, a partir desta pesquisa, a relação da necropolítica com o desenvolvimento de discursos e exercícios de violência, violação de direitos, retirada de políticas sociais, bem como com questões relacionadas à dinâmica da cidade, como os processos de gentrificação e revitalização. Esses processos desenvolvem-se tanto por instituições e agentes estatais quanto por setores da sociedade civil, que reproduzem táticas necropolíticas sobre as pessoas e grupos que se encontram em situação de rua na cidade. Esse maquinário social, sustentado sob a defesa da propriedade privada e do Capital, gesta a cidade e seus territórios, designando aqueles que recebem ou não o estatuto da cidadania. Considerando os dados sobre a composição da população em situação de rua de Porto Alegre como sendo majoritariamente negra, torna-se inevitável compreender a necropolítica como estratégia que recorta quem pode viver e quem deve morrer, apontando para o caráter estrutural do racismo. Como formas potentes de resistência frente ao desenvolvimento desses mecanismos, movimentos e ações coletivas de organização política atuam no campo da defesa das Políticas Públicas e dos direitos das pessoas em situação de rua, cuja formulação e desenvolvimento precisam ser potencializados.

**Palavras-chave:** Necropolítica. População em Situação de Rua. Políticas Públicas. Violência.

## ABSTRACT

This dissertation discusses the necropolitics as a mechanism of government and the exercise of a death policy that historically acts on the homeless population and has been accentuated in the current political and social scenario. The concept of Necropolitics, by Achille Mbembe, was used to understand and analyze the expressions of necropower in situations of violence and violation of rights perpetrated against the homeless population, which demonstrate broad and dispersed tactics crossed by a policy of production of death. Cartography was used as a research methodology, supported by formal and informal meetings with people on the street and with observations and experiences in public spaces in the city of Porto Alegre. Cartography showed different forms or practical expressions of the necropolitical mechanisms, which illustrate the breadth and diversity of their incidence in the daily lives of people living on the streets, and which were organized into three analytical groups: Structural, Territorial and Extreme Management Tactics. The structural tactics of exercising necropolitics express intersectional macro-social issues, as well as aspects of the field of Social Policies and Public Services, their limitations and setbacks. Territorial Management Tactics are related to the management of the use of space and territory in the city, such as removal actions, forced displacements, expulsion structures and gentrification and revitalization processes. The Extreme Tactics illustrate tactics of violence that procedurally promote the violation of the physical body and exposure to death through the aggravation of health and social risk situations, marking the exercise of the necropolitics in an irreversible way. From this research, it was understood the relationship between necropolitics and the development of discourses and exercises of violence, violation of rights, withdrawal of social policies, as well as issues related to the dynamics of the city, such as the processes of gentrification and revitalization. These processes are carried out both by institutions and state agents and by sectors of civil society, which reproduce necropolitical tactics about people and groups who are homeless in the city. This social machinery, supported by the defense of private property and capital, manages the city and its territories, designating those who receive or not citizenship status. Considering the data on the composition of the homeless population of Porto Alegre as being mostly black, it becomes inevitable to understand necropolitics as a strategy that cuts out who can live and who should die, pointing to the structural character of racism. As potent forms of resistance in the face of the development of these mechanisms, movements and collective actions of political organization act in the field of defense of Public Policies and the rights of people on the street, whose formulation and development need to be enhanced.

**Keywords:** Necropolitics. Street Population. Public Policies. Violence.

## SUMÁRIO

<b>TRAÇOS DA PESQUISA E OS PRIMEIROS ENCONTROS NAS RUAS .....</b>	<b>7</b>
Organizando a caminhada.....	11
<b>APROXIMAÇÕES COM OS TERRITÓRIOS CONCEITUAIS DA PESQUISA .....</b>	<b>14</b>
Notas conceituais sobre Necropolítica .....	14
Necropolítica e a realidade da vida das ruas.....	16
<b>CARTOGRAFANDO AS RUAS DE PORTO ALEGRE.....</b>	<b>25</b>
Cartografia e as expressões do necropoder nas ruas de Porto Alegre .....	27
<b>TÁTICAS ESTRUTURAIS.....</b>	<b>31</b>
Questões interseccionais nas ruas .....	35
Trajetória das Políticas Públicas Intersetoriais para a população em situação de rua: marcas do necropoder .....	41
<b>TÁTICAS DE GESTÃO TERRITORIAIS .....</b>	<b>57</b>
Remoções, deslocamentos forçados e o uso da força no território .....	58
Arquiteturas, estruturas e dispositivos de expulsão.....	76
Gentrificação e seus atravessamentos necropolíticos nos espaços da cidade .....	83
<b>TÁTICAS EXTREMAS: DA PRODUÇÃO DE MORTE SIMBÓLICA E SOCIAL À MORTE DO CORPO FÍSICO .....</b>	<b>91</b>
<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE AS TÁTICAS NECROPOLÍTICAS E O CORPO SOCIAL .....</b>	<b>99</b>
<b>ÚLTIMAS PALAVRAS .....</b>	<b>104</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>108</b>

## TRAÇOS DA PESQUISA E OS PRIMEIROS ENCONTROS NAS RUAS

A construção da presente pesquisa pode ser melhor compreendida se o situarmos em minha trajetória profissional e acadêmica, revisitando os primeiros contatos com pessoas em situação de rua. Traçar os pequenos desvios e movimentos que me levaram a estudar e trabalhar com estas pessoas. Resgatar os escritos de um caderno de anotações – preâmbulo do diário de campo - que me acompanhou durante o processo do mestrado, no qual pude registrar alguns encontros com pessoas em situação de rua e que foram tecendo as escolhas que levaram à versão atual desse projeto. Esses registros incluem relatos e reflexões de momentos de aproximação com coletivos de pessoas em situação de rua, especificamente com o coletivo *Minas da Rua*, e também de vivências como trabalhadora e pesquisadora das Políticas de Saúde e Assistência Social.

Minhas experiências formais com pessoas em situação de rua são vinculadas ao meu papel como graduanda em Psicologia no Consultório de Rua em Florianópolis (em 2011), como Residente em Saúde Mental Coletiva no Consultório na Rua de Porto Alegre (no ano de 2014) e também como Psicóloga no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – CAPS AD de Viamão (em 2016), e na Assistência Social, através do Serviço Especializado em Abordagem Social - Ação Rua<sup>1</sup> em Porto Alegre (a partir de julho de 2017). As informais, entretanto, foram ocorrendo em diversos espaços, como em encontros de movimentos relacionados à população em situação de rua e na circulação pela cidade, observando os espaços públicos, a arquitetura e edificações dos territórios, e em eventos e debates.

Essas experiências foram construindo e sendo construídas por minhas escolhas profissionais e meus interesses de estudo e pesquisa. Inicialmente, meu projeto de pesquisa iria perpassar o debate sobre as questões de gênero na rua, a partir da minha aproximação com um coletivo de mulheres que estava se formando, que incluía apoiadoras do Movimento Nacional da População de Rua do Rio Grande do Sul - MNPR, trabalhadoras da área da saúde e assistência social e mulheres em situação de rua. Esse coletivo de mulheres, que foi chamado de *Minas na Rua*, durou poucos meses e teve como mote o falecimento da “Nega Rita<sup>2</sup>”, que tinha um papel bem forte na vida das outras companheiras de rua.

A morte da Rita foi tão forte para aqueles que a conheciam e com quem convivia que foi inevitável tocar no assunto nos encontros com essas mulheres. Na verdade, os desabafos, as

---

<sup>1</sup> Ação Rua é um serviço especializado de abordagem social de Porto Alegre/RS que é realizado por instituições conveniadas à Fundação de Assistência Social de Porto Alegre – FASC e tem por objetivo realizar abordagem social e acompanhamento de pessoas em situação de rua no que se refere à Política de Assistência Social.

<sup>2</sup> Optamos por manter a referência em detrimento ao nome verdadeiro dela, por considerá-la como pessoa e militante importante dentro do contexto das lutas das pessoas em situação de rua.

conversas e os choros vinham naturalmente à medida que nos aproximamos. Foi a partir desta morte que surgiram, dentre outras coisas, a construção de um Sarau em homenagem à Rita e uma edição do Jornal Boca de Rua que trazia na capa sua história, além de uma série de discussões nos mais diversos espaços, incluindo uma Audiência Pública sobre o extermínio das pessoas em situação de rua em Porto Alegre. Tornou-se necessário falar das formas como ocorriam as mortes nas ruas.

Por conta da dispersão do coletivo e da descontinuidade dos seus encontros – que ocorreu por motivos singulares das participantes e pelo movimento dinâmico da vida nas ruas –, outras estratégias e enfoques para a pesquisa foram necessários. Apesar disso, seguia o desejo de continuar pesquisando sobre temas relacionados às pessoas em situação de rua. Com isso, foi-se delineando, aos poucos, uma mudança na trajetória. Da ênfase para a questão das mulheres nas ruas, a proposta seria debater as mortes e violências no contexto da situação de rua, já que estas questões são vivenciadas cotidianamente por quem está nas ruas e por aqueles que trabalham com estas pessoas. A capa do Jornal Boca de Rua<sup>3</sup> de abril de 2017 aponta para essa direção, cujo tema “Luto e Luta” inclui relatos da população de rua sobre o aumento dos casos de mortes, agressões, linchamentos e queimas de barracos (BOCA DE RUA, 2017).

A situação de rua e suas vivências, entretanto, não compreendem somente a esfera das violências, das perdas e das privações, apesar destas questões serem de extrema relevância para estas pessoas. A vida nas ruas abarca um contexto muito mais amplo que inclui processos de subjetivação, de pertencimento, de identificação, de filiação, de solidariedade e uma série de outros processos que foram estudados em outras produções. A rua, sob o relato de pessoas que vivenciam esse modo de vida, também é um espaço onde sentem exercer sua liberdade, onde expressam seus desejos, onde constroem seus afetos e suas relações. A opção por focar na questão das violências e das violações de direitos deu-se pela sua intensificação em Porto Alegre, mas evidentemente demonstra apenas um recorte da totalidade da realidade da vida nas ruas.

Com a decisão sobre o tema geral da pesquisa, iniciei um breve levantamento sobre a temática e localizei produções que resgataram notícias, dentre elas a pesquisa de Mendes & Silveira (2005) realizada em periódicos da cidade de Porto Alegre/RS. Esta análise mostrou que o maior índice de reportagens relacionadas a pessoas em situação de rua estava vinculado a assuntos policiais e violência urbana, como situações de morte ou registros de brigas, uso de drogas, etc. Ao mesmo tempo em que eram retratados nas notícias como vítimas de violências, as autoras consideram que

---

<sup>3</sup> O Jornal Boca de Rua foi criado em 2000 e é produzido por pessoas em situação de rua em Porto Alegre. Este jornal faz um contraponto importante à mídia hegemônica, especialmente por ter uma história de militância no campo das políticas públicas e direitos das pessoas em situação de rua, e por expressar as ideias, desejos e fatos ocorridos sob seus próprios pontos de vista. É vendido nas ruas da cidade e sua renda é revertida integralmente para as pessoas em situação de rua que o produzem e o vendem.

os termos e justificativas utilizadas nos periódicos descrevem uma representação social que atribui às pessoas em situação de rua a culpa ou responsabilização por essas ocorrências, negando a complexidade desses fenômenos. Além disso, a análise midiática evidenciou uma perspectiva higienista que explicita ações de recolhimento e segregação destas pessoas. O discurso das notícias e a maneira como eram retratadas as pessoas em situação de rua na mídia hegemônica chamaram minha atenção, e iniciei a escrita do meu projeto de dissertação buscando analisar as produções midiáticas, especificamente as publicações de um portal de notícias de grande porte da cidade no que se referia a situações de violências, violações de direitos e mortes.

Concomitante a algumas leituras teóricas, foram surgindo pistas sobre um dos conceitos que serviria de base para a leitura do trabalho de campo e para a análise dos dados: Necropolítica. A necropolítica é descrita por Achille Mbembe (2011, 2016) como uma política centrada na produção de morte, uma estratégia de destruição material de corpos humanos e de determinadas populações, pautada na economia do biopoder, no racismo e no direito de matar. Mbembe desenvolve esse conceito a partir de articulações e críticas ao conceito de biopolítica e às mudanças nas tecnologias e mecanismos de poder ao longo da história, apontados por Michel Foucault (2005), que serão descritas rapidamente ao longo desta pesquisa. Esta política de morte possui relação intrínseca com o racismo, que permite estabelecer uma relação biológica que hierarquiza quem pode viver e quem deve morrer, e que torna aceitável a retirada de algumas vidas (FOUCAULT, 2005).

À medida que iniciei as leituras desse tema, foram surgindo memórias de situações de violência e violações de direitos relatadas por pessoas em situação de rua na cidade, que evidenciam a política de morte e se articulam com as discussões do necropoder. Fui compreendendo que as táticas de exercício da necropolítica que se expressa na vida nas ruas perpassam a questão racial, o preconceito, a discriminação, a falta de escuta, a exclusão de espaços sociais de convívio, a negação ou a restrição de acesso e de circulação por alguns espaços da cidade, as ameaças, o olhar desviado dos transeuntes, as barreiras de acesso aos serviços e às políticas públicas, as ações de retirada de pertences, as remoções de barracas e moradias, os ataques policiais, os espancamentos, os linchamentos e toda uma série de violações que vão produzindo corpos e subjetividades matáveis.

Ao mesmo tempo em que se delineava o contorno teórico, em julho de 2017 eu estava me inserindo como Técnica Social junto à equipe do Ação Rua, atuante na região central da cidade, o que, articulado aos meus papéis como moradora da cidade e pesquisadora, auxiliou na delimitação dos contornos dessa pesquisa. Apesar da proximidade com o campo de atuação profissional, faz-se importante ressaltar que esta não se constitui como uma pesquisa sobre o Ação Rua, pois não se pretende aqui desenvolver uma análise da execução desse serviço, mas refletir para além do serviço, discutindo os modos como a necropolítica é exercitada e atravessa a vida das pessoas nas ruas.

Assim, de uma proposta focada na análise da produção midiática, passo, então, após a banca de qualificação, para um momento de redimensionamento, passando a utilizar algumas notícias como elementos adicionais na discussão, e não mais como os eixos centrais da minha análise. Passo a considerar como subsídios principais da pesquisa as vivências da pesquisadora que foram cartografadas nos coletivos da população de rua, nos eventos e interações e encontros na rua, em espaços informais e diversos da cidade. A experiência profissional molda o olhar para o campo e auxilia na discussão e na análise dos dados produzidos a partir desses encontros.

Do mesmo modo como eu desenvolvo análises a respeito de situações concretas relatadas por pessoas em situação de rua, minha escrita, inevitavelmente, compõe-se de elementos ficcionais, misturas de lembranças e ilustrações, considerando que minha posição e meu olhar serão externos, pois não tenho trajetória de rua e não vivenciei tais táticas da necropolítica em meu corpo nestas situações. Desta forma e considerando o debate sobre *lugar de fala* trazida por Djamilia Ribeiro (2017), trago essa discussão para pontuar que não pretendo nesta escrita falar pelas pessoas em situação de rua, mas transcrever, traduzir e exercitar a produção de uma discussão sobre a necropolítica a partir de meu lugar como pesquisadora, nas nuances e nas reverberações vivenciadas durante o trabalho de campo sob a minha perspectiva. É desse ponto de vista que vou falar e é ele que determinará minha escrita.

Cada pessoa em situação de rua possui desejos, histórias, experiências e planos de vida diferentes entre si, entretanto, as experiências comuns resultantes do lugar social que estas pessoas ocupam impedem ou dificultam que acessem determinados espaços sociais. A experiência social de cada grupo ajuda a localizar o sujeito no que Ribeiro (2017) vai chamar de *locus social*, e é a partir desse lugar que minha atuação e posição precisa ser pensada: “ [...] o fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de locus social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternizados” (RIBEIRO, 2017, p. 86).

Meu lugar social como pesquisadora é permeado por privilégios sociais, considerando que sou uma mulher branca, cisgênera, universitária, de classe média, trabalhadora assalariada, domiciliada e todo o restante de marcadores que me colocam sob um determinado localizador social. Esse debate faz-se importante, pois retoma a discussão sobre a localização estrutural de quem pesquisa, de quem produz conhecimento e que, por isso, assume um lugar nas relações de poder. Meu lugar social, inegavelmente, me faz ter condições de acesso aos debates e produções acadêmicas de modo muito mais facilitado do que as pessoas que estão em situação de rua ou que possuem trajetória de rua. Meu acesso a meios e espaços de escuta, de fala e de cidadania são muito mais facilitados que aquele das pessoas com as quais trabalho e pesquiso.

Por isso, não pretendo ser porta voz das pessoas em situação de rua ou daquelas onde os exercícios das táticas da necropolítica são executadas - esse não é o objetivo do trabalho. Trato aqui de poder me localizar como trabalhadora, pesquisadora, militante, e é desse lugar que vou falar. Não pretendo traduzir os sofrimentos dessas pessoas, até porque acredito que elas mesmas podem falar e falam sobre isso, apesar de todo o silenciamento produzido socialmente. Pretendo aqui situar e trazer à tona o quanto a política de morte se expressa na vida das pessoas que encontrei no campo e que faz parte do meu cotidiano, e no quanto isso está necessariamente implicado na minha pesquisa e análise.

Desse processo, compreendo meu papel como pessoa interessada que se faz implicada, e como pessoa militante que pretende ser epistêmica, como coloca Mehry (2004). A posição de produção de conhecimento a partir de um lugar militante implica também certas zonas de cegueira que constituem o processo de pesquisar e que se contrapõem às formas clássicas de pesquisa em que quem pesquisa se coloca em uma posição supostamente neutra sobre a realidade a ser pesquisada. Afinal, questões relativas às experiências e vivências de quem pesquisa fazem parte da composição e das limitações próprias ao ato de pesquisar. Assim, a validação do saber militante passa, necessariamente, por um processo de implicação, como descrito abaixo:

Inclusive, desafio alarga-se, na medida em que devemos imaginar que a produção da validação de um saber militante, como conhecimento legítimo e saber para os outros, passa também pela própria exposição dos interlocutores acadêmicos ou científicos nas suas implicações, não só nos seus interesses (MEHRY, 2004, p. 23).

Isso coloca uma necessidade de posicionamento implicado frente às violações vividas por pessoas em situação de rua que atravessaram o campo de pesquisa, apostando na criação de conhecimento a partir da experiência, e da transformação da experiência com base no conhecimento produzido (PASSOS, KASTRUP & ESCÓSSIA, 2009). Nesse sentido, escrevo sob o ponto de vista de quem lê as violações de direitos vividas por pessoas que se encontram em situação de rua como a operacionalização da necropolítica, assumindo um posicionamento pautado em uma política da narratividade, como apontam as autoras acima citadas.

### **Organizando a caminhada**

Após ter introduzido meu percurso inicial, dividi a organização da dissertação em tópicos e subtópicos, de forma a desenvolver alguns aspectos teóricos e vivenciais de minha aproximação com o campo, dados e reflexões dos encontros com a população em situação de rua em Porto Alegre e

discussões sobre as expressões da necropolítica que se desenharam nesse percurso.

Assim, o primeiro tópico, chamado de ***Aproximações com os territórios conceituais da pesquisa***, trará alguns subsídios sobre a discussão teórica em torno da necropolítica e da violência contra a população em situação de rua com levantamentos e dados locais e nacionais. Além disso, serão levantados elementos da vivência no campo de pesquisa e do recorte metodológico da pesquisa cartográfica, com base na produção de Passos, Kastrup & Escóssia (2009), e a indicação e construção de desenhos categóricos atravessados por algumas táticas de exercício da necropolítica.

Os tópicos seguintes trarão elementos sobre a construção de uma linha de análise dos dados de campo que aponta para a perpetuação de expressões da necropolítica que compreendem um espectro de táticas, que vão desde atos de produção de morte simbólica, subjetiva e social, até situações processuais e definitivas de morte física. Esse espectro inicia-se com um tópico intitulado ***Táticas Estruturais***, que discute dois aspectos estruturantes do sistema social, econômico e político, que são as questões interseccionais e as marcas de necropolíticas que atravessam o campo das Políticas Públicas e da execução do serviços que atendem a população em situação de rua.

Em seguida, nomeadas de ***Táticas de Gestão Territoriais***, estão algumas discussões sobre táticas necropolíticas produzidas no território e no espaço da cidade que impedem ou dificultam a permanência das pessoas em situação de rua. Estas táticas foram subdivididas em dois eixos: o primeiro, chamado de *Remoções, deslocamentos forçados e o uso da força como exercício da necropolítica*, traça uma análise sobre as ações de retiradas e expulsão forçadas que ocorrem na cidade; o segundo eixo, intitulado *Arquitetura, estruturas e dispositivos de expulsão na cidade*, descreve a utilização de mecanismos no espaço da cidade, como as estruturas pontiagudas, grades e o uso de produtos químicos ou jatos de água, que dificultam ou impedem a permanência de pessoas em situação de rua.

Como categoria final da necropolítica, trago uma discussão sobre as ***Táticas extremas***, que mostram apontamentos sobre as maneiras pelas quais a estratégia da necropolítica é conduzida de forma articulada, produzindo violações recorrentes que refletem em morte simbólica, subjetiva, social e física de pessoas em situação de rua. Como forma de ilustrar esse debate, serão relatadas algumas situações levantadas a partir do campo de pesquisa que culminaram no falecimento de pessoas que se encontravam em situação de rua.

Em seguida há um tópico chamado ***Considerações sobre as Táticas Necropolíticas e o corpo social***, onde será discutida a necropolítica como estratégia política, econômica e social que é (re)produzido também pelo corpo da sociedade civil, que age, demanda e articula práticas do Estado contra a população em situação de rua

Por último, serão descritas as **Últimas Palavras** que compõem uma tentativa de fechamento desta escrita, incluindo uma breve análise do processo do trabalho de campo, da escrita e da discussão das produções derivadas dos encontros com as pessoas em situação de rua, seus desafios, limitações e questões a serem posteriormente pesquisadas e aprofundadas.

## **APROXIMAÇÕES COM OS TERRITÓRIOS CONCEITUAIS DA PESQUISA**

Neste capítulo, pretendo introduzir a discussão sobre a Necropolítica enquanto estratégia de produção de morte, tratada a partir de seus aspectos históricos e teóricos e com base na discussão sobre violência e violações de direitos como táticas de execução desta política contra a população de rua, traçando uma breve análise de situações e dados do contexto brasileiro e portalegrense. Essa análise busca caracterizar e contextualizar a questão da pesquisa, articulando-a com alguns elementos da aproximação com o campo. Posteriormente, será descrita como ocorreu a vivência no campo de pesquisa e a escolha e elaboração das tratativas categóricas da análise que serão utilizadas ao longo desse escrito, relacionando-as com o conceito de necropolítica, dialogando com o contexto de violações relatadas e vivenciadas pelas pessoas em situação de rua no campo.

### **Notas conceituais sobre Necropolítica**

Para compreender o conceito de necropolítica, retornarei brevemente ao desenvolvimento histórico dos mecanismos e tecnologias de poder e suas transições entre poder soberano, disciplina e o biopoder, apontadas por Foucault (2005). Segundo o autor, a soberania corresponderia a uma forma de poder totalizante onde o soberano detém o poder sobre a vida e a morte – que passam a não ser mais compreendidas somente como fenômenos naturais, mas como questões do campo do poder político. O poder soberano, portanto, determina e decide sobre a vida e a morte dos outros.

No século XVII e início do XVIII, aparecem diferentes técnicas de poder, centradas no corpo individual e exercidas por meio de procedimentos de organização, distribuição, treinamento, vigilância, hierarquização, inspeção, organizada em espaços institucionais como escolas, quartéis, prisões, hospitais, etc, que traduzem o poder disciplinar, como descrito por Hilario (2016). Para o autor, “o poder disciplinar, então, não é um poder de morte, mas um poder de vida, cuja função não é matar, mas operar a imposição da vida” (HILARIO, 2016, p. 199) com objetivo de produzir corpos dóceis capazes de transformar-se em mercadorias na sociedade de classes.

Durante a segunda metade do século XVIII, as tecnologias de poder passam a incidir sobre fenômenos globais, populacionais. A nova tecnologia de controle biopolítico surge tomando a população e o corpo social como alvo, relacionando-se com mecanismos próprios da medicina e da estatística, através da higiene pública, da normalização do saber, da medicalização da população e da doença como fenômeno populacional, como aponta Foucault (2005). Para ele, “A biopolítica lida com

a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder [...]” (FOUCAULT, 2005, p. 293).

Tendo como alvo o corpo social, a biopolítica pode produzir morte, ou, como aponta Foucault (2005), pode deixar morrer:

Então, nessa tecnologia de poder que tem como objeto e como objetivo a vida (e que me parece um dos traços fundamentais da tecnologia do poder desde o século XIX), como vai se exercer o direito de matar e a função do assassinio, se é verdade que o poder de soberania recua cada vez mais e que, ao contrário, avança cada vez mais o biopoder disciplinar ou regulamentador? Como um poder como este pode matar, se é verdade que se trata essencialmente de aumentar a vida, de prolongar sua duração, de multiplicar suas possibilidades, de desviar seus acidentes, ou então de compensar suas deficiências? Como, nessas condições, é possível, para um poder político, matar, reclamar a morte, pedir a morte, mandar matar, dar a ordem de matar, expor à morte não só seus inimigos, mas mesmo seus próprios cidadãos? Como esse poder que tem essencialmente o objetivo de fazer viver pode deixar morrer? Como exercer o poder da morte, como exercer a função da morte, num sistema político centrado no biopoder? (FOUCAULT, 2005, p. 303-304).

As interrogações acima são respondidas pelo próprio autor, que aponta para o racismo estruturando o exercício do poder de morte. O biopoder atua por meio de uma espécie de “estatização do biológico” (FOUCAULT, 2005, p. 286), onde o racismo aparece como estratégia do campo biológico que faz o corte entre quem deve viver e morrer, por meio da distribuição da população em diferentes grupos, criando distinções, hierarquias e produzindo um rompimento biológico entre uns e outros. Esse processo está “ligado ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano” (FOUCAULT, 2005, p. 309). Assim, o racismo como tecnologia permite o exercício do biopoder através do direito de matar, e teve na escravidão uma das primeiras manifestações da experimentação biopolítica, como descreve Mbembe (2011).

As mudanças nos mecanismos políticos apontam também para processos macrossociais históricos, visto que, após o período de ascensão e consolidação do capitalismo entre os séculos XVI e XX, onde grandes massas de trabalhadores foram necessárias nas fábricas, passamos a viver momentos históricos em que se necessita cada vez menos da força de trabalho braçal. Esse processo produz o aumento da população periférica, do desemprego, do encarceramento e de ações de expulsão e aniquilamento de populações (HILÁRIO, 2016), como descrito abaixo:

Na época atual do capitalismo, já não se trata mais de assimilação nem de expulsão, porque o sistema passa a se desfazer das massas humanas em larga escala. Alguma coisa acontece na ordem do sistema que faz com que aquelas imensas massas sejam agora dispensáveis ao seu modo de reprodução e produção de riqueza. (HILÁRIO, 2016, p. 202).

Desse modo, a crise do capitalismo atual coloca em voga a necessidade de mudança nos mecanismos de governar, a vida passa a ser dispensável e os mecanismos de extermínio de populações inteiras são potencializados, sendo justificados socialmente. Esse processo traduz, segundo Mbembe (2016), a passagem da biopolítica para a necropolítica.

Em este ensayo he argumentado que las formas contemporâneas de sumisión de la vida al poder de la muerte (política de la muerte) reconfiguran profundamente las relaciones entre resistencia, sacrificio y terror. He intentado demostrar que la noción de biopoder es insuficiente para reflejar las formas contemporâneas de sumisión de la vida al poder de la muerte. Además, he utilizado las nociones de política de la muerte y de poder de la muerte, para reflejar los diversos médios por los cuales, em nuestro mundo contemporâneo, las armas se despliegan com el objetivo de uma destrucción máxima de las personas y de la creación de *mundos de muerte*, formas únicas y nuevas de existencial social em las que numerosas poblaciones se vem sometidas a condiciones de existência que les confieren el estatus de *muertos-vivientes*. (MBEMBE, 2011, p. 75).

Assim, é possível pensar em diversos grupos sociais, localizados em diferentes espaços geográficos, onde essas táticas necropolíticas têm sido executadas, produzindo mundos de morte e mortos-viventes, como aponta Mbembe (2011). Nesta pesquisa, proponho a discussão da estratégia de disseminação da necropolítica através do apontamento de algumas táticas de exercício de violência e de violações de direitos contra as pessoas em situação de rua que pude acompanhar durante o processo de pesquisar, ilustrando um segmento populacional como alvo das políticas de morte. A seguir, levantarei alguns acontecimentos que apontam a execução dessas táticas.

### **Necropolítica e a realidade da vida das ruas**

Não há como pensar esta pesquisa sem olhar para o contexto social e o período histórico em que vivemos, dada a progressiva retirada dos direitos dos trabalhadores, a mitigação das políticas públicas, os diversos retrocessos sociais e a intensificação de políticas de genocídio de populações periféricas, - especialmente a população negra e pobre e a população LGBTQIA+, que seguem sofrendo com um projeto de país pautado em uma estrutura racista, heterocisnormativa e elitista. Para esses e outros segmentos da população, entretanto, o processo de retirada de direitos e de extrema violência iniciou-se há séculos e nunca cessou, principalmente nos contextos periféricos, nas zonas mais empobrecidas e mesmo nos centros das grandes cidades com a população em situação de rua, composta majoritariamente por pessoas negras.

Ao falar em população em situação de rua no Brasil, alguns eventos foram marcantes por

conta da sua brutalidade e por escancarar táticas da necropolítica historicamente. A Chacina da Candelária, no Rio de Janeiro, já em 1993, demonstrava o caráter violento da política de extermínio da população de rua que estrutura o país. Durante uma madrugada daquele ano, um grupo de crianças e adolescentes em situação de rua que dormiam em frente à Igreja da Candelária foram acordados a tiros, culminando no assassinato de oito meninos de rua, deixando outros gravemente feridos. Em 19 de agosto de 2004, na Praça da Sé na cidade de São Paulo, 16 pessoas em situação de rua foram agredidas e 7 foram assassinadas, fato que ficou conhecido como Massacre da Sé, e que também marcou a história da população de rua no país. Esse episódio foi um marco importante na organização política das pessoas em situação de rua, criando o Dia de Luta da População em Situação de Rua e a formação do MNPR. O movimento, que tem uma base atuante também no Rio Grande do Sul, é fruto da crescente indignação com as situações de violência e de negação de direitos às quais esse público está cotidianamente submetido (BRASIL, 2014).

Nos períodos de grandes eventos, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas em 2016, ações violentas e de cunho higienistas também tiveram grandes proporções em Porto Alegre e em outras cidades que sediaram jogos, onde a remoção das pessoas em situação de rua de algumas regiões se tornou uma medida das gestões governamentais como forma de tornar a cidade mais agradável e limpa aos olhos dos turistas. Em 2014, pude acompanhar o processo que se desenrolou no período precedente e durante a realização da Copa do Mundo em Porto Alegre. Na época, eu estava na Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e realizava meu campo prático junto à equipe do Consultório na Rua da região central da cidade. Vivenciei, juntamente com a equipe e as pessoas que atendíamos, as consequências da cidade sediar a Copa, dentre elas, o grande cerco e as ações que se desenrolam sobre a população em situação de rua, que habitava muitos lugares da cidade onde seriam construídos espaços para os turistas ou que serviriam de caminho para seu trânsito até os locais dos jogos. O “Caminho do Gol”, rota oficial que atravessava o centro da cidade e que direcionava os turistas aos bares e espaços de festas da Copa, cruzava a Avenida Borges de Medeiros, atravessando o Viaduto Otávio Rocha, conhecido como “Viaduto da Borges”, onde permaneciam grupos de pessoas em situação de rua moradia, juntamente com suas barracas e pertences. Com a justificativa de liberar o caminho para os turistas frequentadores dos jogos, foi realizada uma remoção no local com o apoio de órgãos públicos, incluindo o Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DMLU, setor responsável por recolher como lixo os pertences e propriedades das pessoas em situação de rua que ali se encontravam.

Durante as semanas de realização da Copa, aquelas ruas viraram palco de festas para as quais os moradores de rua não eram convidados, demarcando, assim, as hierarquias e a classificação das

peessoas em uma política da verticalidade, que coloca alguns como sujeitos pertencentes e outros como objeto. Enquanto aos turistas era ofertada garantia de circular livremente como sujeitos e cidadãos com direito à cidade, a população em situação de rua, destituída do estatuto de cidadania, era expulsa de seus territórios de existência e de sobrevivência, sendo deslocada de maneira objetificada para servir aos desígnios do necropoder, demonstrando o desenrolar de um processo de destruição material dos corpos e da instrumentalização generalizada da existência humana (MBEMBE, 2016). São acontecimentos que fornecem subsídios para a compreensão de um projeto de cidade e de sociedade pautada no lucro, na mercantilização da cidade e na violação de direitos humanos básicos.

Nesse período, muitos relatos de violações e de violências chegavam até o serviço de saúde, juntamente com notícias de pessoas em situação de rua que haviam sumido e não foram mais vistas, de pessoas que teriam sido levadas à força para galpões na região metropolitana da cidade e de ações de expulsão e de remoções que se intensificavam. Essas ações, pautadas na economia do biopoder, do racismo e do direito de matar (MBEMBE, 2016) eram desenvolvidas pelo poder público e justificadas através da necessidade de tornar a cidade atraente e higienizada para a realização dos jogos.

Assim, tratava-se de um projeto que promoveu violações e políticas de morte a determinados grupos populacionais empobrecidos para garantir a diversão e o livre trânsito de turistas e a inserção de empreendimentos privados visando o comércio e o lucro. Passado o período da Copa do Mundo, as pessoas retornaram para o mesmo espaço do viaduto, onde, posteriormente, vivenciariam outras ações de remoção. É possível observar que esse processo de remoção – ocupação – remoção ocorre em vários pontos da cidade, sendo recorrentemente relatados, também, pelas pessoas em situação de rua que circulam ou permanecem em praças e locais centrais e de grande circulação de pessoas na cidade.

Na tentativa de acompanhar e barrar tais violações, criou-se, na época, um coletivo que, articulado à Defensoria Pública da União e a órgãos de defesa dos direitos humanos, juntamente com o MNPR-RS, desenvolvia ações contínuas de combate às violações, às remoções e às ações higienistas contra a população em situação de rua. Essas organizações coletavam relatos e atuavam direta e simultaneamente quando da realização dessas ações, na tentativa de evitar sua realização. O coletivo, ainda hoje, continua fazendo a frente na atuação da defesa dos direitos da população em situação de rua e na promoção de políticas públicas.

Em 2017, na cidade de São Paulo, outro evento expôs a população em situação de rua ao projeto de morte do governo municipal. A Região da Luz, conhecida como “Cracolândia”, onde

centenas de pessoas em situação de rua moravam e usuários de substâncias psicoativas transitavam, foi alvo de ações de remoção, cuja execução deu-se pela entrada massiva do poder policial retirando pertences, encarcerando e utilizando bombas para expulsar as pessoas que ali frequentavam e residiam. Borges (2017) debateu essa situação, relacionando o necropoder como medida de execução violenta da expulsão de pessoas em situação de rua e usuários de drogas no território da Região da Luz. A autora discute a relação da necropolítica como estratégia desencadeadora de ações de higienização e de expulsão de populações da capital paulista com um projeto maior que compreende a especulação imobiliária dos territórios centrais da cidade. Esse processo tem ocorrido de maneira semelhante na cidade de Porto Alegre, a partir de múltiplas ações de remoção e de expulsão da população em situação de rua da região central da cidade, que trazem alguns indícios de gentrificação, questão que será discutida no tópico das *Táticas de Gestão Territorial*.

Esses relatos, ocorridos em diferentes capitais do país, retratam uma realidade em que as pessoas em situação de ruas são parte das populações reconhecidas como "perdíveis", como partes sociais que podem ser sacrificadas; são consideradas como ameaças à vida em sociedade, à higiene das cidades, e não como cidadãos que necessitam de proteção contra a violência ilegítima do Estado, contra a fome e contra a morte. Consequentemente, quando essas vidas são perdidas, não são objeto de lamentação, uma vez que, na lógica distorcida que racionaliza sua morte, a perda dessas populações é considerada necessária para proteger a vida dos "vivos" (BUTLER, 2016), para garantir a limpeza dos espaços de lazer da classe média e alta das cidades e, no caso dos grandes eventos, para garantir a tranquilidade e o entretenimento dos turistas. É como se a visão da morte se transformasse em satisfação no momento em que ela ocorre com o outro (MBEMBE, 2016) e quando ela é necessária para a garantia do bem-estar de determinados grupos sociais favorecidos socialmente.

Esses processos podem ser visualizados a partir de dados sistematizados produzidos nacional e localmente, em levantamentos e pesquisas, que auxiliam na compreensão da dinâmica estrutural e tentacular da necropolítica executada contra a população em situação de rua. É importante destacar que os dados não apontam para a totalidade de violências sofridas pela população de rua, levando-se em consideração a dificuldade nas denúncias, a subnotificação de registros das violações, especialmente quando executadas por órgãos estatais, mas fornecem um importante subsídio para a leitura da realidade.

As questões em torno da violência são complexas, multifatoriais e compreendem uma série de sentidos, significados, atores e contextos. De forma geral, entretanto, os eventos violentos referem-se a "conflitos de autoridade, a lutas pelo poder e a vontade de domínio, de posse e de aniquilamento do outro ou de seus bens" (MINAYO, 2006, p. 13) e a atos de excesso que se verificam

no exercício das relações de poder presentes nas dinâmicas sociais (SCHUCH, GEHLEN & SANTOS, 2017). Algumas violências são amparadas legalmente e/ou toleradas pela sociedade, enquanto outras são condenadas veementemente. A aceitabilidade das violências varia em função do perfil do agressor, da vítima, da natureza da violência, dentre outros elementos que contribuem para hierarquizar ou estigmatizar a posição social dos envolvidos.

Faz-se importante compreender os processos violentos dentro de uma análise sócio histórica, considerando as forças políticas, econômicas e sociais que a sustentam. No Brasil, a violência é estrutural e estruturante. As diversas formas de violência estão enraizadas historicamente em nossas práticas sociais, e se relacionam com o alto índice de desigualdade social e ao contexto anterior de colonialismo e escravidão, que continuam determinando de forma intensa as violações sofridas, bem como as condições de vida e acesso aos direitos e às políticas públicas pela população negra e pobre do país.

A relação entre racismo e sua articulação com classe é apontada por Almeida (2018), que compreende o racismo como um processo político e histórico que se manifesta nos campos da política, da ideologia, do direito e da economia. Esses campos atuam de forma articulada e compõem a complexidade da produção e da constituição das subjetividades humanas, considerando que a consciência e os afetos humanos estão vinculados com práticas sociais. Para o autor, o racismo só consegue se perpetuar se: a) produzir um sistema de ideias que expliquem e justifiquem a desigualdade racial; b) constituir sujeitos que não se abalem e considerem normais a discriminação e a violência racial e que achem natural a divisão entre brancos e não brancos.

Esse contexto marca gravemente as pessoas em situação de rua, uma vez que em sua maioria são negras e oriundas de contextos de extrema vulnerabilidade e pobreza. Em outras palavras, a constituição da situação de rua é atravessada pelo racismo estrutural e ocorre na condição precária de vida que vai se produzindo com a exposição a uma série de fatores decorrentes do necropoder. Essa condição precária, segundo Butler (2016),

[...] designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte. Essas populações estão mais expostas a doenças, pobreza, fome, deslocamentos e violência sem nenhuma proteção (BUTLER, 2016, p. 46).

Assim, a relação e a historicidade das violências sofridas pelas pessoas em situação de rua compreendem dois fluxos, que demonstram seu caráter estrutural: ao mesmo tempo em que situações de violência anteriores estão relacionadas com os motivos de ida para as ruas e a permanência nelas, o próprio processo de estar e habitar as ruas implica a exposição a um conjunto

de novas violências, que são (re)produzidas e até mesmo justificadas socialmente. Esse processo demonstra o caráter transversal nos mecanismos do necropoder, que vão criando teias e entrelaçamentos que atravessam o cotidiano das populações marginalizadas. Para muitos, a rua torna-se a única possibilidade de espaço de sobrevivência.

Este escrito não tem por objetivo realizar um estudo aprofundado das categorizações de violências, mas dar luz àquelas que têm sido mais frequentemente relatadas por pessoas em situação de rua e que aparecem, também, em pesquisas e entrevistas realizadas na cidade de Porto Alegre. Serão utilizados, para tanto, relatos de diário de campo juntamente com a produção de outros autores, incluindo duas importantes produções locais que contém dados e debates em torno da população de rua em Porto Alegre, que é a pesquisa realizada pela UFRGS em parceria com a FASC em 2016 e sistematizada por Schuch, Gehlen & Santos (2017).

Existem diferentes formas de categorizar as violências, que podem ser descritas de acordo com sua natureza e consequências, e podem incluir violações à integridade física e corporal (homicídios, agressões, violações, torturas), violência econômica e patrimonial (desrespeito e apropriação de propriedades e bens), violência moral e simbólica (dominação cultural), violência de gênero (LGBTQTIA+fobia, contra a mulher), violência racial e de cor, violências auto-inflingidas (comportamentos suicidas, automutilações), violências interpessoais (intrafamiliar e comunitária), violências coletivas (política, econômica, macrossocial), dentre outras (MINAYO, 2006).

Ao se pensar as situações de violência contra a população de rua é necessário considerar os agentes agressores/violadores, que podem ser descritos a partir de três eixos, levantados por Kopttike & Bassani (2014):

- 1) Violência de Estado/Institucional: produzida por instituições públicas como os órgãos de segurança pública, serviços de assistência e saúde, dentre outros;
- 2) Violência da população em geral: pode ocorrer por meio de ações da comunidade em geral, através de intervenções higienistas, violentas e de discriminação, que restringem o direito de ir e vir dessas pessoas e pode estar apoiada em ações de instituições estatais;
- 3) Violência entre os moradores de rua: pode ocorrer por meio de disputas relacionadas a territórios, uso de drogas, relações interpessoais, dentre outros.

Ao resgatar rapidamente alguns registros e elementos dos encontros com pessoas em situação de rua, é possível analisar nos relatos a presença constante de ambas as formas de violência

sobre o cotidiano. Em muitas ocasiões, inclusive, as diferentes formas de violência ocorrem concomitantemente. A desproteção física daqueles que vivem nas ruas, dada a estrutura frágil das moradias ou mesmo sua inexistência, bem como a compreensão social de que os corpos nas ruas são públicos, fazem com que sejam alvo de múltiplas violências.

Alguns indicadores nacionais de denúncias elucidam a complexidade e amplitude das violências sofridas pela população em situação de rua no país. Dados do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis (KOPTTIKE & BASSANI, 2014) do período de abril de 2011 a dezembro de 2013 registraram 2.369 denúncias de violência contra a população em situação de rua no país. A violência física é a mais frequente, tendo 1.176 casos, correspondendo a 36% do total dos registros, seguido da violência institucional, com 680 casos, ou seja, 21%. Negligência, violência psicológica, abuso financeiro, discriminação, violência sexual e tortura compõem o quadro restante das denúncias (KOPTTIKE & BASSANI, 2014).

Com relação à violência grave contra a população em situação de rua, o mesmo levantamento acima citado aponta para um aumento de aproximadamente 35% nos casos de homicídios no período, chegando a um total de 326 homicídios, 84 tentativas de homicídios e 74 registros de lesão corporal. Esses dados podem representar tanto um aumento na efetivação das denúncias e do trabalho dos serviços de fiscalização, quanto o surgimento e recrudescimento de grupos de extermínio a essa população (KOPTTIKE & BASSANI, 2014). Apesar de constituírem uma forma importante de quantificação das violações sofridas pela população de rua, os dados revelam somente o número de denúncias realizadas, e não contemplam a totalidade de violações que efetivamente ocorreram.

Em pesquisa realizada por Pimentel *et al* (2015), na qual foram analisados dados de homicídios de pessoas em situação de rua na cidade de Maceió por meio de documentos oficiais, verificou-se que esses registros continham informações incompletas e insuficientes relacionadas aos crimes. Na pesquisa referida, foi verificado que entre os anos de 2010 e 2012, 73 moradores de rua foram brutalmente assassinados, e as investigações apresentavam importantes dificuldades na identificação dos corpos e elaboração do perfil das vítimas. Essas questões podem estar relacionadas, segundo o autor, à ausência de documentos de identificação pessoal e às restrições próprias dos processos de investigação e de elucidação dos crimes, que dificultam a punição dos responsáveis e que resultam em uma grande quantidade de inquéritos arquivados por falta de definição de autoria. Os dados apontam para a questão da invisibilidade social dessas pessoas e, conseqüentemente, de suas mortes, e para a ausência de atores sociais comprometidos com o acompanhamento das

investigações.

No contexto de Porto Alegre, a pesquisa de Schuch, Gehlen & Santos (2017) realizou entrevistas com 467 pessoas em situação de rua da cidade. O medo da violência apareceu com frequência nos relatos, tanto nas violências sofridas por meio dos processos de estigmatização e discriminação como em outras formas de violência. Dos entrevistados, cerca de 60,6% relataram terem sido vítimas de algum tipo de violência, incluindo riscos e perigos a que ficam expostos nas ruas e casos de violência sexual, especialmente nos relatos das mulheres.

Os dados encontrados na pesquisa apontam também para relatos importantes sobre violência institucional e auxiliam na compreensão da magnitude dos relatos desse tipo de violência. Nessa pesquisa há registros de violações praticadas por agentes do Estado, especialmente da Brigada Militar, de Polícia Civil e de agentes municipais, como o Departamento Municipal de Lixo Urbano (DMLU) e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAM. Situações de abordagens policiais e de detenções por motivos relacionados à permanência nas ruas, discriminação, preconceito, ausência de documentação de identificação pessoal e denúncias da vizinhança figuram como causas importantes.

Os entrevistados também apontaram para um contexto em que a violência é produzida não somente pelas instituições, mas por cidadãos de um modo geral (vizinhos, proprietários de estabelecimentos comerciais, trabalhadores, etc.), que praticam ações discriminatórias e agressões quando da presença de pessoas dormindo, ocupando ou habitando os espaços públicos por onde circulam, moram ou trabalham. O preconceito foi relatado por 80% das pessoas entrevistadas, que apontam para a sensação constante de vulnerabilidade, especialmente frente a situações de violência (SCHUCH, GEHLEN & SANTOS, 2017). Esses dados fornecem subsídios para a compreensão dos elementos que emergem do campo a partir dos encontros com as pessoas em situação de rua e para a elaboração dos modos de organizar e analisar os dados advindos deles.

Também é importante destacar que, no relato de muitas pessoas em situação de rua que passaram por violências – desde situações de violência doméstica, patrimonial, etc. – a dificuldade em efetivar as denúncias é evidente. As pessoas relatam barreiras de acesso aos serviços de segurança pública como delegacias, que exigem o porte de documentação de identificação pessoal e restringem o acesso de pessoas em situação de rua, reproduzindo falas e ações preconceituosas e discriminatórias. Além disso, muitas pessoas optam por não levar adiante registros de denúncia por se sentirem desprotegidas e com medo de retaliações dos sujeitos que cometeram as violências, bem como dos agentes de órgãos públicos e da realização de detenções indevidas. Assim, em muitos casos, levar a diante denúncias de violência acaba por produzir novas violências contra as pessoas em situação de rua.

A partir dos elementos apresentados, foi possível construir, para esta pesquisa, algumas pistas categóricas, visando compreender essas violências sob a chave do conceito de necropolítica. Assim, optou-se por analisar as violências a partir da sistematização de táticas de exercício da necropolítica, dividindo-as nas seguintes categorias: Táticas estruturais, Táticas de Gestão Territoriais e Táticas extremas. De modo geral, as propostas categóricas apontadas neste escrito são atravessadas, principalmente, pela violência de Estado/institucional e pela violência da população em geral, e corroboram com os relatos mais comumente trazidos pelas pessoas em situação de rua em Porto Alegre.

A seguir, serão apresentadas as ferramentas metodológicas e a abordagem cartográfica utilizada, para, em seguida, descrever como essas categorias foram construídas, seus contornos e algumas dinâmicas sociais que as subsidiam.

## CARTOGRAFANDO AS RUAS DE PORTO ALEGRE

A opção pela proposta metodológica da cartografia de Passos, Kastrup & Escóssia (2009) deu-se por se tratar de uma metodologia qualitativa de pesquisa que permite situar a localização social de quem pesquisa, negando a suposta neutralidade do sujeito pesquisador e seu distanciamento da realidade dos sujeitos com quem se pesquisa. Essa postura reconhece a potencialidade da produção de conhecimento a partir da realidade e dos encontros produzidos a partir dela, o que Mehry (2004) traz ao reconhecer a legitimidade do saber militante, produzido a partir da ação na realidade, como descrito abaixo:

A mobilização para conhecer vem de certos incômodos que a ação protagônica pode gerar como acontecimento, mobilizando que as várias dimensões do sujeito interajam para conduzir a um saber militante, igualmente válido e legítimo, permitindo-lhe compreender “mais” sobre a situação e a ação, pra continuar agindo. Neste tipo de processo a implicação é estruturante do processo, coloca-se sob análise a si mesmo em ação e intenção (MEHRY, 2004, 29).

A concepção de sujeito epistêmico, implicado e militante, de Mehry (2004), articula-se com a discussão de plano implicacional e com a dissolução do ponto de vista do observador, colocada por Passos, Kastrup & Escóssia (2009). Os autores questionam as tradições e pressupostos das pesquisas objetivistas e cientificistas que apostam na neutralidade do pesquisador e na separação na relação entre sujeito e objeto:

O método da cartografia não opõe teoria e prática, pesquisa e intervenção, produção de conhecimento e produção de realidade. O ato cognitivo – base experiencial de toda atividade de investigação – não pode ser considerado, nesta perspectiva, como desencarnado ou como exercício de abstração sobre dada realidade. [...] Nesse sentido, o conhecimento ou, mais especificamente, o trabalho da pesquisa se faz pelo engajamento daqueles que conhece no mundo a ser conhecido (PASSOS, KASTRUP & ESCÓSSIA, 2009, p. 131).

Dessa forma, não é possível descolar essa pesquisa das minhas experiências pessoais nessa cidade, seja nos serviços, seja nas aproximações que ocorreram com pessoas em situação de rua. Ao contrário, minhas experiências de vida fazem parte da composição das análises e das reflexões trazidas nesta pesquisa. Como descrito na parte introdutória dessa dissertação, minha aproximação com pessoas em situação de rua iniciou-se ainda na Graduação e seguiu se desenvolvendo nos encontros que se dariam na Residência e nas experiências como psicóloga junto a um CAPS AD e Ação Rua.

Somado a isso, o percurso vai sendo tecido, também, em encontros informais com pessoas em situação de rua que ocorreram em eventos e em diferentes espaços das ruas que me alcançaram como vivente da cidade. Essa trajetória compõe o diário de campo, cujos registros se tornaram mais frequentes após o ingresso no mestrado, em julho de 2016, e segue sendo alimentado até o momento da finalização dessa pesquisa, em novembro de 2018.

Assim, a análise e a discussão dos resultados desta pesquisa utilizarão o diário de campo como ferramenta metodológica principal, incluindo memórias da pesquisadora, casos ilustradores, registros fotográficos e outros elementos que emergiram durante o caminhar pela cidade e no encontro com pessoas em situação de rua. Servem, então, como elementos do diário de campo tanto informações objetivas quanto impressões subjetivas, associações que emergem no encontro com o campo.

O diário de campo tem a função de colaborar na produção de dados da pesquisa e de captar a experiência de campo, transformando-a em conhecimento, como propõe Passos, Kastrup & Escóssia (2009). As anotações do diário permitem que a pesquisadora possa analisar seu próprio percurso subjetivo ao longo do tempo, se tomando como objeto de reflexão.

É importante pontuar, portanto, que o percurso no campo da pesquisa oferece os elementos para o diário de campo e, conseqüentemente, para a análise e discussão de dados, e estas dão outros contornos e leituras para a realidade vivenciada em campo. Essa forma de compreender a dinâmica da pesquisa e da composição da escrita, que ocorre de maneira não linear, é descrita por Passos, Kastrup & Escóssia (2009), na indicação de algumas linhas que compõem a pesquisa cartográfica, como descrito no trecho abaixo:

No contexto da ciência moderna, as etapas da pesquisa – coleta, análise e discussão de dados – constituem uma série sucessiva de momentos separados. Terminada uma tarefa passa-se à próxima. Diferentemente, o caminho da pesquisa cartográfica é constituído de passos que se sucedem sem se separar. [...] O objeto-processo requer uma pesquisa igualmente processual e a processualidade está presente em todos os momentos – na coleta, na análise, na discussão dos dados e também na escrita dos textos. (PASSOS, KASTRUP & ESCÓSSIA, 2009, p. 59).

Compõe-se um processo de pesquisar e de produzir dados que é dinâmico e vai se alimentando na medida em que ocorrem os encontros com as pessoas em situação de rua e que se vivencia os acontecimentos da cidade, que serão descritos ao longo da escrita. A construção dos dados ocorre inevitavelmente por meio de uma posição narrativa, composta por registros de relatos trazidos por pessoas em situação de rua com as quais me aproximei no campo e de vivências na cidade. Essa produção de conhecimento, portanto, é alimentada pela tomada de posição implicada politicamente:

Nesse sentido, podemos pensar a política da narratividade como uma posição que tomamos quando, em relação ao mundo e a si mesmo, definimos uma forma de expressão do que se passa, do que acontece. Sendo assim, o conhecimento que exprimimos acerca de nós mesmo e do mundo não é apenas um problema teórico, mas um problema político (PASSOS, KASTRUP & ESCÓSSIA, 2009, p. 151).

Assim, minha posição social implica em leituras da realidade que sejam posicionadas politicamente e não só teoricamente, em que o fenômeno ou realidade estudada sejam compreendidos em suas articulações históricas e suas relações com o mundo, como propõe a metodologia da cartografia de Passos, Kastrup & Escóssia (2009). Especialmente em se tratando de um momento sócio, político e econômico em que há uma direta ameaça às liberdades e aos direitos sociais, a discussão sobre os mecanismos da estratégia necropolítica atuantes sobre a população em situação de rua situa-se como um problema político urgente.

A seguir, serão descritos os processos de construção dos dados, de análise e discussão, bem como as categorias de análise que organizaram as experiências de campo.

### **Cartografia e as expressões do necropoder nas ruas de Porto Alegre**

Considerando a proposta metodológica de cartografia como ferramenta de leitura e de acompanhamento de processos e na implicação política da produção de conhecimento, e com base nas discussões levantadas anteriormente, alguns registros da realidade das ruas passaram a fazer parte de maneira mais intensa do meu cotidiano.

Inicialmente, a produção de dados deu-se a partir dos encontros e relatos das pessoas em situação de rua e de acontecimentos da dinâmica da cidade, que ilustraram algumas práticas e discursos articulados com táticas do exercício da necropolítica. Essas situações apareceram sob a forma de atos concretos vivenciados pela população de rua como as remoções, deslocamentos forçados, reintegrações de posse, atos de violência física como situações de espancamentos, assassinatos. A observação de locais da cidade fez emergir objetos e estruturas de expulsão, que impedem o acesso e permanência de pessoas, e o uso de produtos químicos e água para retirar pessoas em situação de rua, dentre outros.

Esses eventos foram fornecendo contornos para a pesquisa, e expressaram diferentes formas e práticas dos mecanismos necropolíticos, ilustrando a amplitude e a diversidade de sua atuação no cotidiano na vida das pessoas nas ruas. Na prática da escuta desses relatos, verifico que eles são tão frequentes que uma mesma pessoa recorrentemente procura acolhimento para repetidas situações

ocorridas, seja com um companheiro da rua, seja com moradores do bairro ou agentes do poder público. Do ponto de vista de quem acolhe, escuta e observa tais violências, muitos sentimentos aparecem: tristeza, impotência, revolta. Principalmente quando o sujeito vítima da violência opta por não denunciar, não registrar ou não dar prosseguimento às ações legais a respeito do ocorrido. Ou quando trabalhamos para que o processo legal ocorra, mas sabemos que provavelmente não acompanharemos a justiça acontecer.

Frente a isso, surgem afetações e a necessidade de registrar e compartilhar um pouco dessas vivências trazidas, que aqui agrupo em algumas pistas categóricas, sendo elas: Táticas Estruturais, Táticas de Gestão Territoriais e Táticas Extremas.

As **Táticas Estruturais** de exercício da necropolítica expressam questões macroestruturais e interseccionais como o racismo e a violência de gênero, bem como ações do campo das políticas públicas, que dizem respeito à estruturação e à execução das políticas e serviços públicos, que expressam consequências da estratégia necropolítica na vida das pessoas que se encontram em situação de rua. Estão incluídos nesse agrupamento os processos de recrudescimento dos cortes e reduções das políticas sociais a nível nacional e as regras de acesso e modo de funcionamento dos serviços públicos que atendem essa população na cidade de Porto Alegre.

As **Táticas de Gestão Territoriais** do exercício da necropolítica designam ações de necropoder que se desenvolvem junto a políticas territoriais, que organizam o espaço urbano da cidade de modo a determinar quais pessoas e populações podem ou não acessar, transitar ou permanecer em alguns espaços. Dentre elas, estão as ações de remoção, os deslocamentos forçados, as reintegrações de posse, os processos de gentrificação e a utilização de estruturas ou mecanismos de expulsão, como armações de concreto e ferro e jatos de água ou de produtos químicos. Essas tecnologias têm sido utilizadas em alguns pontos da cidade e são relatadas com frequência pelas pessoas em situação de rua. Muitas delas são produzidas ou permitidas pelo Estado, que legitima a lógica da propriedade privada no espaço público, produzindo uma série de violações de direitos contra essa população.

Essas tecnologias ilustram um contexto em que as pessoas em situação de rua não são reconhecidas como cidadãos da cidade, não sendo incluídos como um público que precisa de proteção, de políticas públicas e de ações de segurança pública. Com isso, viram alvos de ações de “limpeza urbana”, como argumenta Schuch, Gehlen & Santos (2017) no trecho abaixo:

A violência contra pessoas em situação de rua não pode ser explicitada apenas pela deficiência dos aparatos de controle social do Estado em garantir sua segurança e proteção, mas é ela própria resultado de políticas públicas e ações praticadas por agentes públicos, como por exemplo, as ações de “limpeza urbana” (SCHUCH, GEHLEN & SANTOS, 2017, p. 214).

Esse processo de limpeza urbana, entretanto, ocorre não somente através de atividades diretas que produzem as remoções, mas também por meio de ações que dizem respeito ao direito de ir e vir, acessar e permanecer em alguns espaços, como descrevem as entrevistas realizadas por Schuch, Gehlen & Santos (2017). O impedimento do direito de ir e vir, especialmente concretizados em ações de expulsão de locais e órgãos públicos como ruas, calçadas, praças, parques, marquises e serviços de saúde, foram frequentemente relatos nas entrevistas produzidas pelos autores acima citados.

Na análise dos dados de campo desta dissertação, essas questões aparecerem, figurando na elaboração de duas subcategorias das táticas de gestão territoriais, dadas as diferentes formas como elas se estruturam e são executadas na prática. As táticas territoriais estão ilustradas em diferentes subtópicos, sendo o primeiro deles chamado de “*Remoções, deslocamentos forçados e o uso da força como tática da necropolítica*”, cuja discussão diz respeito a ações por parte do Estado que retiram as pessoas em situação de rua de determinados pontos da cidade e mostra relação com processos mais amplos que envolvem a defesa da propriedade privada e a gentrificação da cidade.

O segundo subtópico, intitulado “*Arquiteturas, estruturas e dispositivos de expulsão na cidade*” trata de táticas utilizadas na cidade para impedir o acesso e a permanência de pessoas em situação de rua. Dentre elas, está o uso de estruturas metálicas ou de concreto pontiagudos no chão, embaixo de viadutos e em bancos e outros espaços públicos da cidade, e a utilização de produtos químicos ou jatos de água que dificultam e tornam desconfortáveis a presença de pessoas como forma de expulsá-las do local.

No tópico ***Táticas Extremas*** do exercício da necropolítica são discutidas algumas situações em que se evidenciam a prática de violência contra a população de rua que promovem processualmente a violação do corpo físico e produzem como consequência última a morte. A proposta desse agrupamento analítico é de traçar, a partir de alguns relatos da vivência de campo, as formas como a necropolítica expõe as pessoas que se encontram nas ruas à morte, de maneira processual e lenta, por meio do agravamento das situações de saúde e de risco social.

As diferentes expressões de necropolítica foram agrupadas dessa forma pois, à medida que a análise dos dados de campo ocorria e que novos acontecimentos iam se desenrolando no contexto das ruas da cidade de Porto Alegre, foi possível observar algumas diferenças na maneira como cada uma das táticas é executada na prática, demonstrando a utilização de diferentes mecanismos, seja na forma de ações estatais práticas (como a execução de remoções), seja por meio do uso de estruturas físicas inseridas na arquitetura da cidade. Essas diferenças práticas caracterizam a diversidade no

exercício da necropolítica e sua disseminação como estratégia plural e ampla, que atua em diferentes frentes para produzir seus efeitos.

Essas diferentes expressões da necropolítica, apesar de terem sido divididas em agrupamentos de categorias em separado para fins descritivos e de análise, ocorrem de forma concomitante no cotidiano da vida nas ruas e são executadas de forma articulada. Dessa forma, é possível pensar que uma tática de gestão territorial, como a realização de uma remoção, ocorre somente porque há mecanismos da necropolítica estruturante atuante por meio de aparatos estatais e políticas que executam e justificam a realização desses deslocamentos. Da mesma forma, a ocorrência do exercício da necropolítica em âmbito territorial e estruturante vai culminar na produção de táticas extremas, à medida que suas consequências produzem processos de morte subjetiva e física das pessoas em situação de rua que tiveram seus direitos recorrentemente violados.

Além disso, as divisões apresentadas aqui demonstram um recorte da realidade, pois há de se considerar a existência de outras táticas de exercício da necropolítica não desenvolvidas nesta escrita, afinal, a estratégia necropolítica desenvolve-se de forma dispersa e multifacetada. O discurso midiático, por exemplo, expressa um poder importante na sociedade contemporânea e está relacionado com a produção de expressões que justificam a propagação de violações contra a população de rua e sua naturalização como processo social “normal”.

Por fim, englobado no tópico *Considerações sobre as Táticas Necropolíticas e o Corpo Social* será discutido a relação ativa da sociedade civil com a reprodução e perpetuação de táticas de execução da necropolítica, tanto no que diz respeito a ações diretas produzidas, quanto pela sua articulação com agentes e instituições estatais que promovem e/ou justificam tais ações.

Faz-se importante pontuar que o racismo será considerado um marcador transversal estruturante da estratégia da necropolítica que atua em todas as categorias, compreendendo-o dentro de um debate sobre interseccionalidade e como a intersecção raça, classe, gênero e outros elementos de hierarquização de identidades atuam articulados na execução do necropoder. Aqui, a intervenção do Estado como mediador do racismo estrutural toma um papel importante, à medida que o racismo não poderia continuar se reproduzindo se não fosse alimentado pelo aparato estatal, que classifica e divide os sujeitos em classes e grupos (ALMEIDA, 2018).

## TÁTICAS ESTRUTURAIS

As Táticas Estruturais de exercício da necropolítica expressam dois elementos macrossociais, que são: as questões interseccionais, como o racismo e a violência de gênero, e as Políticas Públicas Intersetoriais, seus desafios, retrocessos e os limites na execução dos serviços que atendem as pessoas em situação de rua.

É possível observar, a partir das vivências e andanças pela cidade como moradora e pesquisadora, que há um aumento contínuo na quantidade de pessoas em situação de rua. Os serviços que atendem essas populações em Porto Alegre também possuem dados a respeito disso, registrando o aumento continuado de novos atendimentos e de pessoas adentrando para a situação de rua. Alguns levantamentos e pesquisas locais que foram produzidas ao longo das últimas décadas também demonstram esse aumento, como pode ser visto na pesquisa realizada pela UFRGS em parceria com a FASC em 2016 nas sistematizações de Schuch, Gehlen & Santos (2017), que serão utilizadas por se constituírem na principal fonte ampla de dados sobre essa questão na cidade.

O levantamento histórico sobre a presença de pessoas em situação de rua em Porto Alegre iniciou em 1995, a partir da primeira contagem dessa população na cidade, produzida a partir de uma pesquisa realizada pela PUC e FASC, na qual foram contabilizadas 222 pessoas. Em 2007/2008, as pesquisas apontavam para 1203 adultos em situação de rua. Em 2011, localizou-se 1347 adultos, e em 2016, os dados apontam para um aumento importante, quando foram cadastradas 2115 pessoas. Dessas, 85,7% eram do sexo masculino e 13,8% do sexo feminino (SCHUCH, GEHLEN & SANTOS, 2017). Não há dados sobre as pessoas transsexuais nesse levantamento.

A pesquisa realizada em 2016 e analisada por Schuch, Gehlen & Santos (2017) caracteriza-se como importante fonte de dados sobre a população em situação de rua em Porto Alegre e explicita um panorama atual sobre essa questão. Como não há censo nacional que inclua dados oficiais atualizados sobre a população em situação de rua, pesquisas locais ainda são necessárias para ilustrar as realidades de cada cidade. Esta discussão mostra-se importante à medida que há uma luta importante no campo dos movimentos de defesa da população de rua e do MNPR a nível nacional, para que dados sobre a população de rua sejam incluídos na leitura demográfica realizada pelo IBGE.

Segundo relatos de membros do MNPR-RS e de trabalhadores dos serviços que atendem essa população, o levantamento feito em 2016 não foi suficiente, pois haveria um número ainda maior de pessoas em situação de rua na cidade, o que apontaria para algumas limitações dessa pesquisa por não compreender a totalidade da população em situação de rua em Porto Alegre. Isso pode ter

ocorrido por algumas questões, dentre elas o curto período de abrangência da pesquisa, cujo cadastramento ocorreu em um mês, de 8 de setembro a 10 de outubro de 2016; a amplitude da distribuição das pessoas em situação de rua por diferentes bairros e espaços da cidade, bem como a dinâmica de circulação das pessoas em situação de rua.

Torna-se importante compreender os motivos do aumento de pessoas adentrando em situação de rua, considerando o crescimento dos níveis de pobreza extrema, de desemprego e a busca pelos grandes centros urbanos visando inserção no mercado de trabalho – que são os principais motivos relatados pelas pessoas que entram para a situação de rua com as quais pude me aproximar durante o trabalho de campo. Além disso, outros fatores também podem estar relacionados com o aumento, como o acirramento dos conflitos decorrentes das ocupações de facções do tráfico nas comunidades, que expulsam famílias de suas residências, o uso de drogas, conflitos familiares, dentre outras questões relatadas pela população de rua da cidade.

Dessa forma, é necessário compreender a situação de rua como uma questão complexa, que engendra uma série de fatores estruturais envolvendo elementos sociais como o aumento da pobreza, do desemprego, a ausência de políticas públicas de habitação, além de questões da vida dos sujeitos, que podem estar relacionadas com rompimentos e perdas de laços familiares, abuso de substâncias psicoativas, transtornos mentais, abusos e violências, dentre outros (TIENE, 2004). Não se pode negar, entretanto, que há pessoas que optam e desejam estar e permanecer nas ruas como um modo de vida, que não compactuam com as formas habituais de ser e estar no mundo, que rompem com as rotinas, burocracias e estruturas sociais convencionais buscando modos diferentes de viver. Mas, para a grande maioria, a rua se torna o único espaço possível de sobrevivência.

Nos encontros com as pessoas em situação de rua na cidade, são relatadas como determinantes para a ida para as ruas as dificuldades financeiras decorrentes do subemprego e do desemprego, que impedem as famílias de continuarem pagando alugueis ou mesmo manter as despesas mínimas de uma casa. Outros relatos incluem a existência de conflitos nas comunidades, especialmente relacionados às disputas de território pelo tráfico, que expulsam as famílias de suas casas e também as colocam em situação de rua. Já nas ruas, por conta do sucateamento e da extinção das políticas públicas, incluindo a ausência completa de política de habitação, essas pessoas encontram importantes dificuldades com moradia e trabalho, o que impede a superação da situação de rua e das demais vulnerabilidades.

Nesse sentido, trabalhar com pessoas em situação de rua nesse contexto é lidar continuamente com a ausência de possibilidades concretas de oferta de recursos e políticas públicas que de fato deem suporte para a superação da situação de rua. O que está disponível, em alguns

momentos, são encaminhamentos temporários e instáveis que, na melhor das hipóteses, apontam para uma suspensão da situação de rua, tendo como futuro provável o retorno para o espaço da rua. Dentre eles, ingresso em espaços de acolhimento institucional como albergues e abrigos, bem como alguns benefícios como alugueis sociais e programas temporários de moradia, que não possuem suporte de alimentação e renda e tampouco continuidade, o que acaba recolocando os sujeitos posteriormente de novo na rua, já que não há políticas efetivas de habitação e geração de renda e emprego.

Esse processo produz sentimentos de descrença e desconfiança tanto nas pessoas em situação de rua quanto nos trabalhadores que atuam nessa frente, dada à historicidade desses encaminhamentos precários. Assim, gera-se um movimento cíclico em que as pessoas permanecem alguns meses fora do espaço da rua, mas acabam retornando após esse período perante a impossibilidade de manterem-se autonomamente em um espaço de moradia. Esses ciclos ocorrem não somente com sujeitos adultos que permanecem sozinhos no espaço da rua, mas também com famílias e múltiplas gerações que vivenciam essa instabilidade.

A ida e permanência de famílias com crianças nas ruas traça uma questão histórica em Porto Alegre. Em 2004, foram registradas 637 crianças e adolescentes em situação de rua na cidade, segundo publicação de Schuch, Gehlen & Santos (2017). Nas pesquisas seguintes, essa presença diminui, chegando em 2007/2008 em 383 crianças e adolescentes em situação de rua e passando para 27 em 2016. A gradativa diminuição em torno da presença de crianças e adolescentes em situação de rua pode ter ocorrido por diferentes fatores, dentre elas os períodos de expansão das políticas públicas, a criação e fortalecimento de serviços voltados para o acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade social, para a redução do trabalho infantil, a ampliação de rede de acolhimento institucional para crianças e adolescentes (abrigos residenciais, casas lares, etc.) e de serviços como o Conselho Tutelar, que se desenvolviam nesse período.

A partir de 2017 e 2018, no entanto, retoma-se um período em que famílias, crianças e adolescentes retornaram para as ruas. Embora não se tenha dados quantitativos sistemáticos sobre isto, essas questões aparecem no trabalho de campo, nos relatos das famílias e nas andanças pela cidade. É possível observar que a presença de crianças e adolescentes nas ruas ocorre de diferentes formas: 1) em situação de rua moradia, habitando as ruas de forma fixa com barracas, colchões e pertences; 2) em situação de rua sobrevivência, através da presença nas ruas para a realização de atividades de trabalho infantil. Essa última é a mais comum atualmente, e tem se intensificado, especialmente no entorno do centro da cidade, nas regiões comerciais, nas proximidades dos grandes supermercados e nos semáforos de grandes avenidas, onde crianças e adolescentes

trabalham em atividades de reciclagem, mendicância e venda de balas de goma e de panos de prato. Com esse contexto e as medidas restritivas no campo das políticas públicas, as famílias em situação de vulnerabilidade são expostas de forma mais intensa à miséria, impelindo-as para as ruas e para a utilização do trabalho infantil como fonte complementar de renda.

Além disso, com a falta de vagas em escolas, especialmente as de educação infantil, as famílias com crianças menores de 6 anos acabam acompanhando seus pais em atividades laborais como recolhimento de materiais recicláveis – catação – ou mesmo em mendicância, especialmente em frente a supermercados, restaurantes e outros estabelecimentos e espaços da cidade com grande circulação de pessoas. Essa questão traduz uma forma de violência estrutural que coloca famílias e crianças em exposição nas ruas, afastando-as dos espaços educativos e de proteção. Quando agravada, tal situação de vulnerabilidade leva as famílias a adentrar as ruas como espaço de moradia, por conta de dificuldades financeiras, conflitos nos territórios, etc.

Assim, ao mesmo tempo em que há um contingente de novas famílias e grupos adentrando para a situação de rua nos últimos anos, há também o aumento da cronicidade da situação de rua: 50% das pessoas entrevistadas na pesquisa realizada em 2016 por Schuch, Gehlen & Santos (2017) relatam estar há mais de cinco anos na rua. Essa mesma pesquisa aponta para um crescimento importante nos percentuais de tempo com mais de dez anos de rua, o que pode estar relacionado à ausência de políticas efetivas de moradia e demais políticas públicas, ou da dificuldade de continuidade das mesmas (SCHUCH, GEHLEN & SANTOS, 2017). Esse fator transforma a situação de rua, que poderia ser transitória, em condição contínua, como único espaço possível de permanência.

Esse processo é visível a partir da vivência de campo, através da aproximação com idosos em situação de rua, que se encontram nessa condição há décadas, bem como adultos que adentraram as ruas ainda na infância, passaram pelo sistema de acolhimento institucional e, pela ausência de alternativas, retornaram para o espaço da rua, regressando ao ciclo de difícil superação. Esse fluxo traduz um contingente de pessoas, famílias e diferentes gerações que possuem longo histórico de atendimento nos serviços da rede por estarem continuamente em situação de vulnerabilidade social.

Esses elementos indicam a necessidade de Políticas Públicas que acessem essas pessoas, que garantam direitos básicos e ofertem cuidado em saúde, ingresso em espaços de educação, acompanhamento social, direito à justiça, alternativas de superação da situação de rua concretas, como políticas de habitação, geração de renda e trabalho, renda mínima, dentre outras questões. Políticas Públicas que partam da realidade da vida nas ruas, como a constituição racial, especialmente na cidade de Porto Alegre, onde a maioria das pessoas que se encontram em situação de rua são negras.

### Questões interseccionais nas ruas

Este subtópico tem por objetivo discutir os modos pelos quais a necropolítica enquanto estratégia utiliza táticas sociais importantes: o racismo estrutural e a desigualdade de gênero. A rua expressa um recorte populacional em que determinados marcadores sociais estão mais presentes que outros, o que faz com que a população em situação de rua seja composta majoritariamente por homens negros. Esse é um elemento importante para compreender as maneiras como as violências e violações decorrentes da necropolítica atingem diferentemente a diversidade das pessoas em situação de rua.

Almeida (2018) elenca essa discussão apontando para a urgência de olhar para os diferentes conflitos além da classe social, incluindo a questão racial e de gênero que compõe a dinâmica social de opressão. Henning (2015) indica, também, a importância de analisar os “modos através dos quais marcadores sociais da diferença, como gênero, sexualidade, idade/geração, ‘raça’, classe social e corporalidades, interagem, contextual e conjunturalmente, de modo a promover potenciais cenários de desigualdades sociais e hierarquizações” (HENNING, 2015, p. 100).

Ao pensar o contexto da vida nas ruas, há de se considerar diferentes marcadores sociais que produzem dinâmicas de opressão e que atravessam o cotidiano das pessoas em situação de rua. Essas questões constituem eixos importantes para a composição social nas ruas e podem fornecer subsídios para refletir sobre a dinâmica da situação de rua na cidade, tanto pela sua caracterização racial e de gênero, quanto pela invisibilidade a que alguns grupos, como as pessoas transexuais, ainda vivenciam.

A pesquisa realizada por Schuch, Gehlen & Santos (2017) realizou um levantamento de raça/cor autoatribuída nos entrevistados em Porto Alegre, no qual a categoria branca correspondeu a 35% das respostas, seguida da categoria negra (25%) e parda (12,4%), enquanto que pessoas que sinalizaram se identificar com outras raças/cores corresponderam a 24,5%. Considerando a somatória das categorias negra e parda, temos um total de 37,4% de pessoas negras, correspondendo à maioria das pessoas em situação de rua. No contato direto com as pessoas em situação de rua, essa composição é facilmente observada.

O processo social de autoatribuição de raça/cor é muito recente e está permeado por noções discriminatórias e preconceituosas, que comumente dificultam a autoidentificação ou a correta inclusão por parte do pesquisador/profissional. Ainda assim, esse dado aponta para uma presença importante da população negra nas ruas, o que está vinculado ao racismo estrutural e aos processos

históricos de negação de direitos e de vulnerabilidade social sob os quais essa população está submetida, que as coloca como um segmento populacional cujas condições de vida impelem para a situação de rua. Borges (2017) discute essa questão, apontando que o processo de racialização foi essencial no processo colonial, na hierarquização política e econômica, sem o qual seria muito difícil instituir a estrutura social vigente.

Os dados gerais da cidade de Porto Alegre, retirados a partir do Censo do IBGE de 2010, apontam que a população negra corresponde a 20,2% da população total de Porto Alegre (PORTO ALEGRE, 2013), quase metade da proporção de pessoas negras em situação de rua entrevistadas. Assim, a relação entre a proporção da população negra da cidade e sua presença na situação de rua aponta para um contexto desproporcional, fruto das desigualdades raciais relacionadas ao alto índice de analfabetismo, baixa escolaridade, alta taxa de desemprego, alto índice de mortes por homicídios, alta taxa de gestação na adolescência, crescimento nos casos de HIV/AIDS e outros fatores que expõem a população negra da cidade a situações de vulnerabilidade maior, quando comparados aos dados do restante da população da cidade (PORTO ALEGRE, 2013).

Mbembe (2011) aponta a questão racial a partir da discussão do dispositivo do biopoder, que funciona segregando as pessoas que devem morrer daquelas que devem viver; essa divisão está relacionada ao campo biológico através do qual o controle sobre as populações atua. Esse controle é definido por meio da distribuição da população em vários grupos e um rompimento biológico entre uns e outros – processo que ocorre através do racismo, que justifica a dominação de alguns grupos sobre outros e tem por função regular a distribuição da morte pelo Estado.

O racismo estrutural, para Almeida (2018), apresenta duas funções ligadas ao Estado: a) a de fragmentação, dividindo a espécie humana em grupos hierárquicos e distintos a partir dos quais se produz uma classificação racial e, conseqüentemente, uma linha divisória de superioridade e inferioridade, de bondosos e malvados, entre os grupos que merecem ser deixados à morte e morrer e aqueles que devem permanecer vivos; b) a de produção de uma relação positiva e naturalizadora da morte do outro, em que a *raça ruim*, os *degenerados* e *anormais* podem ser exterminados para justificar a suposta segurança dos cidadãos. Considerada de uma forma ampla, as ruas são compostas exatamente por esses grupos, e as diferentes formas de exercícios e táticas da necropolítica discutidas aqui apresentam forte relação com a disseminação desses discursos e práticas sociais.

Inevitável levantar alguns questionamentos sobre a população negra em situação de rua, que, além de passar por todos os processos de preconceito e discriminação a que a população em situação de rua passa por estar nessa condição, soma-se ao racismo, que impõe novas violências,

barreiras sociais, econômicas e de acesso às políticas públicas. Pude escutar de pessoas negras em situação de rua relatos de atitudes racistas, discriminatórias e de violência física praticadas por moradores da cidade e agentes da segurança pública e privada, sustentadas pela estrutura do racismo.

Essas questões compõem um cenário em que as pessoas negras apresentam maior risco de serem mortas por homicídio, violência policial e outras formas de violência letal, como aponta Amparo-Alves (2010) em sua pesquisa. Segundo o autor, isso ocorre por essa população se encontrar em condições de vida com acesso restrito aos bens sociais e políticas públicas que desenham um padrão de morbidade/mortalidade em que está mais predisposta a mortes prematuras, preveníveis e evitáveis – mecanismos apontados pelo autor como necropolítica racial. As pessoas negras em situação de rua encontram-se ainda mais expostas, considerando os riscos que as condições da vida nas ruas as colocam.

Quando reflito sobre as pessoas com situações de saúde mais agravadas que pude acompanhar no espaço da rua, todas eram negras. Muitas eram as situações de casos graves de tuberculose, HIV/AIDS, sífilis, pneumonias, dentre outras condições de saúde tratáveis, que atravessavam a vida das pessoas na rua, que passavam por importantes dificuldades no acesso à saúde, diagnóstico, tratamento e prevenção. Muitas dessas condições de saúde eram anteriores à ida para as ruas, advindas de um contexto de vulnerabilidade e exposição contínuo a agravos e riscos em saúde; outras formas de adoecimento foram se desenvolvendo a partir do cotidiano das ruas, do compartilhamento de barracas, das trocas e experiências com outros companheiros na rua.

Questões de saúde como tuberculose, por exemplo, são muito comuns entre as pessoas em situação de rua, por conta da condição precária de habitação, compartilhamento de barracas, baixo acesso à higiene, alimentação precária, dentre outros. E quando um parceiro da rua pega, outros também se contaminam pela proximidade física e pela condição estrutural da vida, fazendo com que seja comum a contaminação de várias pessoas em um mesmo grupo. Com isso, iniciar o diagnóstico, realizar o tratamento e evitar a contaminação no espaço da rua torna-se complexo, tendo em vista a inexistência de espaços e serviços de isolamento, o tratamento longo e repleto de efeitos colaterais e a ausência de intervenções e serviços que atuem a partir da redução de danos no espaço da rua.

Nesse sentido, algumas doenças acometem as pessoas em situação de rua de uma forma radical, fazendo com facilmente adentrem em processos graves de saúde e venham a falecer, normalmente por falta de suporte dos serviços e políticas de saúde no território. Isso parece ocorrer pela dificuldade de acesso aos serviços de saúde, que não se veem responsáveis pelo cuidado das pessoas em situação de rua, não as reconhecendo, por exemplo, como parte da população adstrita

de um território nas estratégias de saúde da família e como pessoas que também necessitam de cuidado longitudinal e integral no espaço da rua. Além disso, é muito comum relatos de pessoas em situação de rua que tiveram atendimento negado por serviços como a SAMU, que, ao saberem ou observarem se tratar de pessoas em situação de rua, negaram-se a prestar atendimento, alegando se tratar de uma questão social ou de uso de drogas. Além dos aspectos técnicos, questões morais aparecem como elementos que restringem o acesso à saúde e tornam o tratamento de doenças evitáveis e tratáveis no espaço da rua ainda mais complexo e limitado.

Com relação à composição predominantemente masculina das ruas, é possível pensar alguns motivos históricos e sociais relacionados, que comumente são relatados pelos homens em situação de rua que conheci nesse processo. Sendo majoritariamente negros, correspondem a uma parcela da população que possui baixo acesso à escolaridade, ao trabalho formal, a meios de geração de renda e a trabalhos que possibilitem estabilidade econômica, o que faz com que adentrem para a situação de rua facilmente. Além disso, passagens pelo sistema prisional e por serviços de acolhimento institucional acabam sendo fatores que os impelem para a situação de rua, por conta da inexistência de políticas de suporte para o ingresso ou reingresso no mercado de trabalho e da discriminação social imposta a esses sujeitos. Rompimentos familiares, mortes e relação abusiva com substâncias psicoativas também são relatadas como os fatores principais de ida para as ruas.

Outros pontos para pensarmos a composição de gênero nas ruas pode se relacionar com o lugar social dado às mulheres, que as coloca no espaço do privado, da casa e do cuidado. Como a designação social e cultural do lugar social das mulheres é o de reprodutora e socializadora do ambiente familiar e do espaço privado do lar, sendo as responsáveis pelos afazeres domésticos e o cuidado dos filhos, cabe aos homens o local do público, da rua, do mundo (TIENE, 2004). Assim, sendo a principal responsável pela casa no sentido de sua manutenção, o abandono da casa e da vida familiar para as mulheres torna-se mais complexo e passível de processos de culpabilização social, enquanto para o homem o abandono da esfera domiciliar é mais facilmente aceito e justificado socialmente. Assim, muitos homens relatam possuir filhos e filhas, bem como ter outros familiares, mas, por uma série de motivos, acabam não tendo contato ou não assumindo os cuidados desses, tendo o suporte de mulheres (mães, ex-companheiras, avós, tias, etc.) que permaneceram a frente dessas funções nos lares anteriores.

Apesar da aposta da casa como local de proteção, esse pode ser também espaço de violência, perversão e crueldade – expressando alguns dos motivos que levam as mulheres para a situação de rua. A rua, nesses casos, pode ser o exílio, uma saída para a violência e o sofrimento produzidos em casa (TIENE, 2004). Dentre os relatos trazidos por mulheres em situação de rua em

Porto Alegre com as quais me aproximei na pesquisa, essas questões aparecem, principalmente a partir de relatos de violência doméstica, vinda de ex-companheiros e demais familiares, juntamente com outros motivos como o uso de substâncias psicoativas, o desemprego, dificuldades financeiras, e o desejo por permanecer junto a namorados/companheiros que estão em situação de rua – no caso das mulheres heterossexuais.

As relações na rua, por mais que destoem em alguns pontos, podem seguir reproduzindo os mesmos mecanismos sociais e de desigualdade de gênero que vivenciamos na sociedade e domiciliadas: a opressão masculina, a violência, a competição entre as mulheres em busca de parceiros, etc. Essas questões fazem com que seja necessário desenvolver estratégias específicas de sobrevivência visando à busca por segurança, como a manutenção de relacionamentos afetivos com companheiro/os e o convívio em grupo ou família (TIENE, 2004). É muito comum, na dinâmica das ruas, algumas mulheres heterossexuais mudarem com frequência de companheiros. Nos relatos trazidos nos encontros com algumas mulheres em situação de rua, um dos principais motivos indicados dessa mudança é a ocorrência de situações de violências e ameaças, que faz com que busquem novos companheiros na procura por proteção.

Juliana<sup>4</sup>, uma mulher que conheci no trajeto da pesquisa, fugiu da comunidade onde morava por sofrer violência e ameaças do companheiro, adentrando para a situação de rua como alternativa possível frente à situação permanente de intimidações sofridas. Em situação de rua, Juliana permaneceu junto a um grupo em uma praça da cidade, onde era protegida nos momentos em que seu ex-companheiro a procurava. Após iniciar uma nova relação com um homem em situação de rua, Juliana afasta-se do grupo e volta a sofrer novas violências, agora do atual companheiro, retomando o ciclo de violações.

Esse debate é interessante, pois aponta para um contexto em que o corpo das mulheres é alvo de violências específicas atravessadas pela questão de gênero. Além das violações já sofridas por estarem em situação de rua, as mulheres são atravessadas por agressões físicas, verbais e morais, violência psicológica e estupros, principalmente por seus companheiros e homens próximos. No corpo dos homens, do modo geral, as maiores violações relatadas dizem respeito à violência física, moral e psicológica de agentes de segurança pública e privada, brigas entre moradores de rua e exposição à violência da comunidade em geral. Assim, parece que as violências apresentam nuances e formas diferentes no que diz respeito a questões de gênero no espaço da rua. E para além da oposição binária e cisgênera homem x mulher, a vivência e os processos de pessoas transexuais nas ruas implica outras discussões.

---

<sup>4</sup> Nome fictício

Pensar a vivência das pessoas trans significa localizá-las em um campo social imerso em discriminação, transfobia e outras violências, que se soma à necropolítica que envolve os riscos, exposições e conflitos da permanência nas ruas. Caravaca-Morera & Padilha (2018) discutem a relação dos corpos trans com as ruas compreendendo-a como parte das existências sociais cujas mortes – físicas e simbólicas – são justificadas por não se encaixarem nas normativas prescritas pela sociedade. Esses corpos são atravessados por “um campo difuso de exclusão e extermínio socioeconômico, nos quais determinados exercícios de necropoder social e federal ‘empurram’ deliberadamente certos grupos humanos (aqui em questão, a população trans) à morte e à invisibilização” (CARAVACA-MORERA & PADILHA, 2018, p. 2). É um processo que se dá, segundo os autores, por meio de um exercício contínuo de violência e de terror, que é desempenhado não somente pelo Estado, mas pela totalidade das instituições e da sociedade.

As mulheres trans que conheci no período da pesquisa trazem inúmeros relatos referentes a barreiras no acesso aos serviços e a discriminação relacionada ao uso do nome social, as questões de registro e documentação, assim como a dificuldade de ingresso no mercado de trabalho formal, que produz a necessidade de criação de formas alternativas de sobrevivência e trabalho, que normalmente envolvem atividades de risco e de grande exposição. Além disso, essas mulheres relatam com frequência serem vítimas de situações vexatórias e de violência nas ruas por motivos transfóbicos, incluindo espancamentos, linchamentos e estupros.

Pensar a questão trans nas ruas torna-se um debate de extrema importância, considerando o cruzamento das regras de comportamento e práticas heterocispunitivas (CARAVACA-MORERA & PADILHA, 2018) nas quais a sociedade é baseada, e que atravessam de maneira ainda mais intensa a população trans que se encontra em situação de rua. Esse conjunto de normas e práticas sociais justifica o desenvolvimento de táticas necropolíticas que “reforçam os mecanismos de falta de reconhecimento da cidadania e, conseqüentemente, aceleram os processos de morte prematura nas identidades trans e para aqueles que os regimes sociais, políticos e representacionais consideram como descartáveis” (CARAVACA-MORERA & PADILHA, 2018, p. 6).

Os mecanismos citados por Caravaca-Morera & Padilha (2018), que envolvem a falta de reconhecimento de cidadania e a produção de mortes prematuras, vai atuar sobre as vidas descartáveis nas ruas expressando diferentes formas da estratégia necropolítica. De tal modo, a transversalidade dos marcadores sociais nas ruas aponta para a necessidade de analisar como essas formas do exercício da necropolítica se desenvolverão nos corpos diversos nas ruas, produzindo possíveis desigualdades e hierarquizações, podendo impactar especialmente aqueles que não se enquadram no padrão branco, heterossexual e cisgênero.

A seguir, trarei para discussão outros elementos que compõem as táticas estruturais, que dizem respeito ao histórico das Políticas Públicas que atendem, de forma direta ou indireta, as pessoas em situação de rua, e que representam as maneiras pelas quais as necropolíticas estruturais vem se apresentando, por meio de cortes, ameaças e redução dessas políticas.

### **Trajatória das Políticas Públicas Intersetoriais para a população em situação de rua: marcas do necropoder**

A proposta deste eixo é traçar um breve histórico das Políticas Públicas que atendem direta ou indiretamente as pessoas em situação de rua, compreendendo-as, inicialmente, dentro de um processo de importantes avanços, com a ampliação do campo das políticas sociais das últimas décadas até os acontecimentos recentes, em que o cenário político e econômico vem produzindo restrições e cortes em políticas e serviços, que se encontram sob forte ameaça. Serão articulados acontecimentos a nível nacional e local, bem como relatos trazidos por pessoas em situação de rua que dizem respeito ao funcionamento dos serviços e à execução e limitações dessas políticas.

Compreende-se que as políticas públicas traduzem a maneira como o Estado atua frente às demandas e necessidades sociais, sendo, portanto, parte estruturante do modo de funcionamento da sociedade. Dessa forma, o Estado executa parte do seu papel político e de intervenção sobre a vida da população através das estruturas formais das políticas públicas, inscrevendo, necessariamente, também, marcas das estratégias necropolíticas nessa relação.

O primeiro marco que penso ser importante colocar nessa na discussão diz respeito à Constituição Federal de 1988 – conhecida como Constituição Cidadã, tanto pelo seu papel na consolidação da seguridade social, que culminaria na materialização da Política de Assistência Social e do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), quanto no campo da saúde com a criação do SUS (Sistema Único de Saúde). Em 1993, poucos anos após a Constituição Cidadã, é criada a LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, que passaria por reformulações nas décadas seguintes e que produziria, em Porto Alegre, ainda em 1994, as primeiras políticas públicas de assistência social com a Fundação de Educação Social e Comunitária – FESC<sup>5</sup> e da construção de uma rede de atendimento (SCHUCH, GEHLEN & SANTOS, 2017).

Em 1995, no bojo das discussões do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e da mobilização da sociedade civil organizada, é inaugurada a Escola Municipal Porto Alegre, ofertando o

---

<sup>5</sup> A FESC tornou-se posteriormente a FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania, órgão competente na execução da Política de Assistência Social atualmente em Porto Alegre/RS.

direto à educação às crianças e adolescentes que viviam nas ruas da região central da cidade de Porto Alegre. Atualmente, a EPA atende especificamente jovens em situação de vulnerabilidade social, constituindo a rede da Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (PORTO ALEGRE, s.d.). Além da oferta do acesso à educação, a EPA constitui-se em serviço de referência para a população de rua, que oferta em seu espaço a realização de oficinas, geração de renda, reuniões de movimento sociais, além de garantir acesso à higiene e alimentação aos alunos frequentadores.

A EPA, como é conhecida entre os estudantes, trabalhadores e militantes, é um espaço muito frequentado por pessoas em situação de rua, que relatam usar o espaço tanto para estudar, quanto para realizar oficinas de geração de renda e acessar alimentação, higiene e por terem o acompanhamento dos professores, estagiários e apoiadores para questões de acesso a outras políticas públicas como saúde, saúde mental, justiça, dentre outros, através do SAIA – Serviço de Acolhimento, Integração e Acompanhamento. Algumas pessoas em situação de rua passam o dia inteiro na EPA, por terem grande vínculo com os profissionais e estudantes da escola e por poderem acessar no mesmo espaço diversas atividades e recursos.

Apesar de ser importante espaço para as pessoas em situação de rua, o serviço tem passado por sérias ameaças de fechamento pelas gestões municipais desde 2014, e segue resistindo, juntamente com o MNPR-RS. Segundo notícia publicada no site Sul 21 por Fogliatto (2014), a proposta da Prefeitura é de fechar a EPA, transferindo os alunos para outra escola, transformando-a em uma escola de educação infantil. Sob protestos, audiências e atos públicos, os estudantes, professores e membros de movimentos sociais alegam que a EPA é a única escola que os acolhe e que produz, através da criação de metodologias pedagógicas e dinâmicas específicas para o atendimento ao aluno, uma forma de educar respeitando e compreendendo o modo de vida das ruas.

No cotidiano de atendimento a pessoas em situação de rua no entorno da EPA, é possível compreender a importância que esse vínculo e espaço possuem, sendo muitas vezes um local organizador da rotina de vida desses alunos. Muitos utilizam o espaço da escola para guarda de documentos, receitas, medicações, como espaço de garantia de alimentação diária, socialização, acolhimento, etc. Em alguns períodos, foi possível acompanhar pessoas em situação de rua que pernoitavam próximo à escola, e em período de férias ou greves, por exemplo, a impossibilidade de acesso à escola fazia com que os alunos necessitassem se reorganizar, buscar outros espaços fora da região central que minimizassem a falta da EPA.

Apesar de possuírem em seus projetos a EJA, outras escolas possuem outros métodos

pedagógicas e estão adequadas ao modo de vida e rotina das pessoas domiciliadas, que possuem formas de organização e de relação com o mundo diversas daquelas que se encontram nas ruas. Essas questões aparecem em relatos de pessoas em situação de rua que tentaram acessar outras escolas, principalmente por estarem em regiões mais afastadas do centro. De modo geral, os relatos sobre outras escolas traduzem uma dificuldade da coordenação e do corpo docente de compreender e flexibilizar a dinâmica de horários, de ofertar acesso a banho e espaços de higiene, de atuar com questões relativas ao uso de substâncias psicoativas e de trabalhar com discussões e vivências próprias da rua que fazem sentido para aqueles estudantes.

A ameaça de fechamento da EPA como escola de referência para a população de rua é uma forma de enfraquecimento da organização política das pessoas em situação de rua, considerando ser um espaço onde ocorrem reuniões e encontros, e uma negação, por parte do Estado, da necessidade de existência de um espaço de educação formal que seja adequado e adaptado aos desejos e necessidades de quem mora nas ruas. Atuando sob a perspectiva da educação inclusiva, trabalhando com turmas reduzidas e atendendo atualmente 116 pessoas em situação de rua com dificuldades de aprendizado e histórico de abandono escolar e repetência (CAVALHEIRO, 2018), a EPA resiste.

Somando forças com movimentos sociais e órgãos como a Defensoria Pública do Estado do RS e a Defensoria Pública da União, a EPA conseguiu, em novembro de 2018, a manutenção do funcionamento da escola, com base na necessidade de sua continuidade enquanto espaço de referência para a educação formal de pessoas em situação de rua (CAVALHEIRO, 2018). Apesar de firmada em decisão judicial, sabe-se que a luta será contínua, sendo necessário continuar resistindo às tratativas de fechamento dos serviços que atendem essa população.

No que diz respeito à atenção básica em saúde, foi a partir de 2004, com a criação do Programa de Saúde da Família (PSF) Sem Domicílio de Porto Alegre, localizado no conjunto de serviços da Unidade de Saúde Santa Marta, na região centro, que o cuidado em saúde específico para a população em situação de rua começou a se desenhar. O PSF Sem Domicílio trabalhava em conjunto com alguns serviços de saúde mental da Secretaria Municipal de Saúde que também atendiam a população de rua, como o CAIS Mental, também na região central, e o Programa de Redução de Danos, que atuava de forma itinerante na cidade (LONDERO, CECCIM & BILIBIO, 2014).

Assim, a equipe inicial do PSF Sem Domicílio passou a constituir uma rede importante de atendimento à saúde para a população em situação de rua, tendo na sua composição dois agentes comunitários em saúde, que eram responsáveis pelo mapeamento do território, identificação de novos usuários e buscas ativas. Um dos agentes comunitários da época possuía histórico e trajetória de situação de rua, o que fazia com que sua leitura do espaço da rua e a aproximação com as pessoas

atendidas tivesse um outro olhar. Posteriormente, com as mudanças na Política de Atenção Básica, o PSF Sem Domicílio passaria a compor uma equipe de Consultório na Rua.

Em 2010 foi implementado em Porto Alegre, junto ao Grupo Hospitalar Conceição – GHC, o Consultório de Rua, que atuava vinculado à Coordenação de Saúde Mental, com enfoque no abuso de substâncias psicoativas e redução de danos para a população de rua da região norte da cidade. Em 2011, a partir de mudanças na estrutura do Ministério da Saúde, os Consultórios de Rua tornaram-se Consultório na Rua - CnR, agora englobados na Política Nacional de Atenção Básica - PNAB, atuando tanto com as demandas de saúde mental quanto de atenção básica em saúde (LONDERO, CECCIM & BILIBIO, 2014).

Assim, a cidade de Porto Alegre possui atualmente duas equipes de Consultório na Rua, uma na região central, executada por uma Organização da Sociedade Civil – OSC, e outra no norte da cidade, executada pelo GHC. O PSF Sem Domicílio, que se tornou Consultório na Rua da região centro, possui um histórico importante de cuidado à população de rua, sendo reconhecido e procurado por uma parcela importante dos moradores de rua de Porto Alegre como a referência para atendimento em saúde, principalmente por ter na rotina de trabalho ações de saúde que ocorrem no espaço da rua.

No campo da Assistência Social, em 2004, é instituída a PNAS – Política Nacional de Assistência Social e em 2005 é criado o SUAS – Sistema Único da Assistência Social. Em 2005, a LOAS recebeu alterações, sendo incluída a obrigatoriedade de formulação de programas voltados à população em situação de rua (BRASIL, 2008). Em Porto Alegre, programas voltados para a população em situação de rua intensificaram-se em 2007, com a contratação de equipes especializadas em abordagem social de rua, vinculadas aos CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social). Essas equipes, contratadas por meio de convênios com OSCs, tinha como enfoque o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua – incluindo o acompanhamento de famílias com situação de trabalho infantil (reciclagem, mendicância, comércio informal, dentre outros) e exploração sexual em toda a cidade (SCHUCH, GEHLEN & SANTOS, 2017).

Em 2008, é elaborada a Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua - PNISPSR, cujas diretrizes incluem a implementação de políticas públicas intersetoriais nos três níveis de poder, tendo ações estratégicas em diferentes níveis: direitos humanos, trabalho e emprego, desenvolvimento urbano/habitação, Assistência Social, Educação, Saúde e Cultura (BRASIL, 2008). A PNISPSR também define a alocação de recursos e regulamenta a complementariedade de ações entre o Estado e iniciativas da sociedade civil.

A partir de 2009 a rede de serviços socioassistenciais de Porto Alegre começou a ser

ampliada, com a implementação da Proteção Social Básica e Especializada, incluindo outros serviços voltados para a população de rua, como os albergues, abrigos, centro pop e repúblicas (SCHUCH, GEHLEN & SANTOS, 2017). Ainda hoje, esses são os principais serviços que as pessoas em situação de rua acessam na cidade, estando quase na sua totalidade sendo executados por OSCs.

Apesar do reconhecimento da importância dos serviços do CnR no campo da saúde da população em situação de rua, é necessário indicar que a grande maioria dos serviços específicos para essa população são vinculados à Política de Assistência Social e compõem a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2013). Dentre esses serviços estão os de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos - PAEFI, que são executados pelo CREAS; as equipes Serviço de Abordagem Social, que em Porto Alegre são chamados de Ação Rua; os Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop; e os serviços de Acolhimento Institucional, como os Abrigos Institucionais, Casas Lares, Repúblicas e Albergues.

A estrutura de serviços e programas intersetoriais de atendimento à população em situação de rua possui um importante histórico nacionalmente, sendo que desde 2014, quando foi assinado o Termo de Adesão à Política Nacional para População em Situação de Rua (SCHUCH, GEHLEN & SANTOS, 2017), esse processo se edifica. Em 2015 em Porto Alegre foi instituído o Comitê Municipal Intersectorial de Monitoramento e Acompanhamento à Política, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Direitos Humanos – e não da Assistência Social, conforme orienta a Política Nacional.

Foi criado, com isso, o Plano de Atenção Pop Rua a ser executado intersectorialmente nos anos de 2015-2016 com uma longa série de ações para as áreas da assistência social, saúde e habitação – muitos deles até hoje não cumpridos. Dentre as ações previstas no plano, está o reordenamento da rede de Serviços de Acolhimento Institucional como os albergues, abrigos, casas lares para crianças, adolescentes e população adulta. Outra ação importante é a ampliação das equipes do Serviço Especializado em Abordagem Social para a População de Rua, vinculados aos CREAS, que ocorre a partir de 2015, com a contratação de novas equipes de referência para a população adulta em situação de rua em todo o território de Porto Alegre a partir da parceria com OSCs (SCHUCH, GEHLEN & SANTOS, 2017).

Atualmente, na execução das Políticas Públicas de Assistência Social para a população de Rua em Porto Alegre, coexistem serviços governamentais próprios e parcerizados com diferentes entidades não governamentais e da sociedade civil. Com isso, produz-se uma heterogeneidade no modo de execução e organização das ações socioassistenciais. Inclusive, há serviços em que coexistem diferentes formas de contratações e vínculos trabalhistas, incluindo a presença de voluntários – principalmente em alguns albergues para a população adulta (SCHUCH, GEHLEN &

SANTOS, 2017). Além dos serviços e políticas especializadas para essa população, outras instituições atuam de forma direta ou indireta, como coletivos, ONGs e instituições religiosas através de ações de distribuição de alimentação e banho, Defensoria Pública Estadual e Defensoria Pública da União, Centro de Referência em Direitos Humanos, etc.

É possível observar, com esse breve panorama das políticas públicas que atendem à população em situação de rua, especialmente na cidade de Porto Alegre, que se desenvolveu um processo importante de ampliação e diversificação das mesmas e dos serviços que atendem essa população partir de 2004. Ao mesmo tempo em que cresceu a oferta de serviços e políticas, essa oferta se estagnou a partir de um determinado momento, não acompanhando de maneira efetiva o grande aumento da população em situação de rua em Porto Alegre ao longo dos anos. Essa questão, somado ao contexto político, econômico e social atual, traz implicações importantes para as políticas sociais, que tem sido alvo de ações de redução e corte, sob a justificativa de uma crise econômica e do avanço de políticas e gestões neoliberais.

De forma mais ampla, as mudanças no contexto político brasileiro pós-golpe de 2016, somadas ao crescimento de propostas e governos de direita e extrema direita nas eleições de 2018, afetam e ameaçam a continuidade de muitas políticas públicas e os direitos sociais. Dentre essas mudanças, estão a aprovação Emenda Constitucional nº 95/2016, que fixa um teto de gastos públicos, a redução de acesso e as revisões de benefícios sociais como o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada - BPC e auxílio doença, além do consequente sucateamento e subfinanciamento de serviços como os da área da saúde e assistência social. Essas medidas trazem efeitos significantes para as pessoas em situação de rua, que têm seus benefícios de renda ameaçados, e para populações mais vulneráveis, que passam a ter um agravamento nas suas condições de vida, fazendo com muitas acabem por também adentrar para a situação de rua.

Esses elementos provenientes do contexto do país traçam aspectos das táticas do exercício da necropolítica estrutural, à medida que o Estado atua em medidas que trazem grande impacto na vida das populações mais pobres, especialmente quando faz a gestão estatal cortando gastos e restringindo o acesso e a continuidade das políticas públicas e dos direitos sociais anteriormente conquistados. Essa discussão é feita por Hilario (2016), ao relacionar o conceito de necropolítica de Mbembe com as mudanças estruturais no sistema social, descritas no trecho abaixo:

[...] sua noção de necropolítica possibilita uma análise crítica dos fenômenos de violência próprios da periferia do capitalismo, onde o desfazimento de um débil Estado de Bem-Estar Social se realiza por meio da barbárie numa dinâmica em que a era de crescimento de direitos individuais e políticos é substituída pela fase de declínio e retirada desses mesmos direitos. Toda essa dinâmica de desconstrução do arranjo de Bem-Estar Social é feita também por meio da agudização das

tendências que sempre foram a regra na periferia brasileira do capitalismo: exclusão, barbárie e autoritarismo. (HILÁRIO, 2016, p. 205).

O que vemos, nesse sentido, é a agudização desse contexto, especialmente para a população em situação de rua. Cabe aqui resgatar a discussão de Mbembe (2011) sobre soberania do Estado e sua relação na definição de quem pode viver e quem deve morrer, exercendo o controle sobre a mortalidade e a definição sobre a vida. Essa produção de morte atua também por meio de mecanismos indiretos, como na retirada de direitos sociais e na ausência ou extinção de políticas públicas que formam a base de sobrevivência dessas populações.

Além da questão diretamente relacionada aos benefícios sociais, a Emenda Constitucional nº 95/2016, conhecida como emenda do teto, fixou um regime fiscal que afetará de forma impactante as políticas públicas e congelará por 20 anos os gastos públicos em determinados âmbitos do Estado. Esse regime fiscal “impedirá os investimentos necessários à manutenção e expansão dos serviços públicos, incorporação de inovações tecnológicas, aumentos de remuneração, contratação de pessoal, reestruturação de carreiras” (MARIANO, 2017, p. 261), o que poderá levar ao sucateamento das políticas públicas, principalmente em áreas como saúde, educação e assistência social.

Segundo Mariano (2017), a fixação do teto afeta todas as unidades administrativas e órgãos, visto que não será mais possível aumentar os investimentos em uma área sem que seja necessário retirar de outra. Para a autora, o teto de gastos trata-se de uma forma direta de retirada dos direitos sociais conquistados com a constituinte de 1988 e afetará os níveis de desigualdade social e econômica do país, pois não leva em consideração os crescimentos demográficos e econômicos e as mudanças nas necessidades da população. As populações mais vulneráveis serão as mais afetadas, afinal, dependem, em grande parte, dos programas e serviços públicos para a garantia dos seus direitos básicos.

Dentro das ações de cortes dos direitos e auxílios sociais está o Bolsa Família, que é considerado o maior programa de transferência de renda do país e garante acesso a valores a partir de R\$91 reais para pessoas e famílias em situação de pobreza extrema e miséria. Em 2017, durante o governo de Michel Temer, o Bolsa Família atingiu cerca de 14 milhões de famílias. No mesmo ano, foi determinado o corte de mais de um milhão de auxílios, com a justificativa da necessidade de economia de gastos públicos (MEDEIROS, 2017). Posteriormente, outros cortes foram sendo executados, sendo cada vez mais restrito o acesso ao programa. Apesar de se tratar de um valor pequeno frente às necessidades de gastos para a garantia de sobrevivência de um indivíduo ou família e de não garantir condições para a superação da pobreza, o Bolsa Família apresenta um

importante impacto na vida das pessoas em situação de rua; para a grande maioria delas, essa é a única fonte de renda fixa que possuem que auxilia no acesso mínimo à alimentação, vestuário e outras possibilidades de consumo.

O mesmo ocorreu com o BPC, benefício que define o valor de um salário mínimo mensal para pessoas idosas ou com deficiência grave, cujas rendas *per capita* são inferiores a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo. Ao contrário do Bolsa Família, o BPC é um benefício previsto na Constituição Federal – portanto política de Estado – e possui uma regularidade no repasse, independentemente da gestão governamental. Mesmo assim, o BPC foi alvo de revisões na chamada Operação “pente-fino” (MEDEIROS, 2017). Esta intervenção fez com que fossem revistos milhões de benefícios de idosos, deficientes e suas famílias entre 2017 e 2018, a partir de reavaliações de médicos peritos e assistentes sociais do INSS.

No atendimento com pessoas em situação de rua, esses efeitos aparecem com frequência, principalmente para aquelas que não conseguem ingressar nos benefícios ou mesmo para aquelas que perderam seus benefícios a partir dos cortes executados. Nesses casos, é possível perceber que a impossibilidade de ingressos em benefícios sociais, especialmente o BPC, auxílio doença, aposentadoria, dentre outros, torna a superação da situação de rua ainda mais difícil. Além disso, o excesso de burocracia, os processos morosos e restritos das perícias e demais avaliações do INSS, faz com que o acesso e a garantia de direitos seja cada vez mais raro.

Considerando a dificuldade de acesso à informação, as barreiras de ingresso nos serviços, as dificuldades nos encaminhamentos e pertença de documentos, a população em situação de rua constitui-se em um segmento populacional com importantes dificuldades na manutenção dos cadastros atualizados e na realização das reavaliações, e conseqüentemente com riscos de suspensão e cancelamento de benefícios como esses. A extinção ou redução dessas políticas representa barreiras ainda maiores para que as pessoas em situação de rua tenham acesso integral à alimentação, saúde, aos cuidados referentes aos agravos da situação de rua e a outras questões que se complexificam nas ruas. Com isso, a qualidade de vida e as possibilidades de superação da situação de rua encontram-se cada vez mais restritas.

Além das questões macroestruturais que dizem respeito ao arcabouço das políticas públicas e serviços em termos de gestão, a imersão cartográfica desta pesquisa permitiu escutar relatos e refletir sobre questões localizadas localmente, que apontam para algumas limitações e desafios relatados no acesso a alguns serviços da cidade. Essa discussão inclui relatos de barreiras no acesso a serviços, situações que envolvem preconceito, discriminação e atos violentos, elementos do funcionamento interno e regimentos, superlotação, precarização e sucateamento, que envolvem

questões de infraestrutura e de composição de trabalhadores, assim como questões mais amplas, como a ausência de políticas efetivas de moradia, que superem ofertas pontuais e temporárias, e de trabalho, que ofertem a inserção desse segmento populacional no mercado de trabalho formal. Essas questões não compreendem a totalidade do que é produzido nos serviços, pois eles são extremamente necessários e abrangem uma gama de ações importantes na defesa dos direitos da população de rua. Entretanto, apontam para a existência de formas estruturais de exercício da necropolítica nos serviços que compõem os modos como as políticas públicas são construídas e executadas no cotidiano da relação com as pessoas em situação de rua.

a) Acesso e funcionamento dos serviços:

Dentre as dificuldades relatadas por pessoas em situação de rua, está a existência de regramentos e normas instituídas que se constituem em barreiras de acesso a alguns serviços. Essas regras delimitam quem, quando e de que forma podem acessar e permeiam o acesso a serviços da Assistência Social, como os albergues e abrigos, e também serviços da Saúde.

Ainda que se constituam em espaços importantes de acolhida para pernoite, higiene e alimentação, sendo acessados, segundo pesquisa de Schuch, Gehlen & Santos (2017) por cerca de 49% das pessoas em situação de rua entrevistadas, os albergues disponíveis na cidade apresentam algumas questões importantes que são relatadas por quem acessa ou acessou esses espaços em algum momento. Os albergues são, na sua maioria, conveniados com a prefeitura, executados por OSCs e oferecem pernoite, alimentação, higiene, roupas e atendimentos psicossocial para pessoas em situação de rua, possuindo, portanto, caráter temporário. A limitação no tempo de permanência no serviço é de, no máximo, 15 dias.

Após o encerramento desse período, as pessoas precisam transitar para outros albergues, até que termine o prazo e possam retornar. Isso produz um trânsito das pessoas entre os albergues, na busca contínua por espaços para dormir e, quando não é possível retornar, acaba direcionando novamente as pessoas para o pernoite no espaço da rua. Outro efeito é exatamente o oposto: muitas pessoas acabam optando por não acessar a rede de albergues, pois compreendem que essa dinâmica instável e temporária desorganiza as estratégias de sobrevivência e impossibilita a fixação de rotinas.

Outros exemplos dos limites no acesso são os horários de entrada e saída dos albergues, que normalmente são poucos flexíveis e pouco sensíveis às especificidades e à dinâmica das ruas. Em alguns albergues, por conta da superlotação e do funcionamento do serviço, é necessário entrar para

a fila de espera no meio da tarde, por volta das 16h, aguardando até 19h ou 20h para ingressar. Isso coloca uma precisão na organização com o horário e o impedimento de entrada para aquelas pessoas que realizam atividades no período da tarde e noite, como os estudantes e os trabalhadores. Além disso, o horário de despertar e de saída do serviço é por volta das 6h, o que faz com que as pessoas tenham que se deslocar para outros espaços da cidade após esse horário, tendo que aguardar até a abertura dos outros serviços, por volta das 08h30 da manhã. Além disso, durante os períodos de frio na cidade, permanecer na fila e sair durante a madrugada sujeita as pessoas a uma situação de grande desconforto, além de riscos para a saúde, especialmente quando expõe famílias com crianças pequenas e bebês às condições climáticas da rua.

Ainda sobre alguns regramentos dos albergues que produzem barreiras no acesso, a impossibilidade de acessá-los sobre efeito de substâncias psicoativas traduz uma questão que pode afetar o ingresso de pessoas que fazem uso de drogas em um espaço protetivo. Essa discussão faz-se necessária, pois uma parcela importante das pessoas que se encontram em situação de rua de Porto Alegre possui histórico de uso de álcool e outras drogas, sendo a necessidade de abstinência um elemento que institui um limitador do acesso. O uso de substâncias psicoativas diz respeito a uma questão do âmbito da saúde e que, em muitos casos, submete as pessoas usuárias em situação de rua a maiores riscos quando expostas ao pernoite nas ruas; assim, parece que a limitação de acesso produz um mecanismo de ampliação da vulnerabilidade, à medida que nega acesso a um espaço protetivo, cuja possibilidade de alimentação, higiene e atendimento profissional poderia minimizar os riscos do uso de substâncias e da permanência na rua.

A discussão sobre uso de substâncias, abstinência, estratégias de redução de danos e acesso aos serviços é complexa, apesar de muito importante. Muitos são os relatos de pessoas que fazem uso e que mencionam que esse se intensifica e se agrava quando da permanência no espaço da rua, tanto pelo alcance fácil e rápido às substâncias, quanto pela necessidade de se aquecer durante o dia, de permanecer alerta durante as noites e também pela socialização e troca com outras pessoas da rua. Assim, para muitas pessoas, adentrar para um espaço protetivo pode se tornar uma estratégia de redução de danos, pela diminuição do uso de substâncias, pelo acesso à higiene, alimentação, hidratação e descanso. Entretanto, caso tentem adentrar nesses espaços sob o efeito de substâncias, seu acesso é negado, fazendo com que o retorno para a rua seja necessário.

Dentro do funcionamento dos albergues, há também a separação entre alas masculinas e femininas, que trazem consequências no que diz respeito às dinâmicas e necessidades da vida nas ruas. Ao acessar o espaço do albergue, famílias heterossexuais precisam dormir em espaços separados, mesmo quando estão acompanhadas de filhos. Isso faz com que a criança tenha que ficar

com um dos responsáveis, separando o núcleo familiar e impondo a um dos responsáveis o cuidado da criança – o que comumente acaba sendo delegado às mulheres. Essa questão poderia ser resolvida, por exemplo, com a criação de ambientes próprios para grupos familiares dentro dos espaços do albergue, que permitam o pernoite temporária para famílias em situação de rua.

É necessário reconhecer a necessidade da existência de regras e normas de funcionamento nos serviços, principalmente por se tratar de instituições com grande circulação de pessoas, com oferta limitada e reduzida, de onde decorre a importância da organização. Entretanto, esses elementos são levantados para a produção de uma reflexão sobre as consequências que tais regramentos podem produzir na relação das pessoas usuárias desses serviços e trazem alguns elementos sobre o modo como as políticas públicas voltadas a essa população estão sendo criadas e executadas, principalmente quando analisadas sob a luz da discussão das táticas necropolíticas.

Outros relatos referentes ao acesso a albergues dizem respeito a questões mais amplas, como a falta de profissionais e de vagas, especialmente em períodos mais frios e chuvosos, a más condições de higiene, incluindo infestações de pulgas, a situações de brigas e outras formas de violência vivenciadas nesses espaços, tanto na relação com outros usuários dos serviços quanto com trabalhadores. Inclusive, as restrições no investimento e a falta de manutenção desses serviços demonstram formas de uma estratégia ampla da necropolítica que tem por consequências o sucateamento e a precarização dos serviços.

Como alternativa de espaço de permanência mais longa, há Abrigos Institucionais para adultos na cidade, que acolhem pessoas em situação de rua por tempo indeterminado, garantem todas as refeições e espaços para a garantia da proteção das pessoas, incluindo equipe profissional 24 horas por dia. Considerando a grande demanda da cidade e a pequena oferta de vagas, os abrigos atualmente não são suficientes para realizar o acolhimento das pessoas em situação de rua que desejam ou necessitam, sendo um serviço de acesso limitado. Assim, apesar de vermos o aumento contínuo das pessoas adentrando para a situação de rua, esses espaços permanecem com suas vagas fixas, não havendo abertura de novos serviços para ampliar o acolhimento da população.

Essas questões, apontadas aqui como expressões do exercício da necropolítica e referentes aos serviços de acolhimento institucional, contrapõem-se aos objetivos principais elencados na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2013). Dentre os objetivos, estabelece que esses serviços devem: a) acolher e garantir proteção integral; b) contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos. É possível observar, entretanto, que esses objetivos não têm sido suficientemente alcançados, principalmente ao se refletir sobre as barreiras no acolhimento e na propagação de situações de negligência e violência de

decorrem do acesso aos serviços.

Com relação à rede de saúde, essas barreiras também aparecem, principalmente no acesso a serviços de saúde gerais, não específicos para a população de rua. Como já foi discutido anteriormente, em Porto Alegre há duas equipes de CnR, responsáveis pelo cuidado em atenção básica à população em situação de rua, sendo serviços de referência para aqueles que os acessam. Essas equipes, entretanto, são insuficientes para cobrir toda a extensão de território da cidade, considerando que há regiões sem cobertura de CnR, e não conseguem garantir a totalidade de demandas apresentadas por seu público. Além disso, mesmo nas regiões em que há equipe de CnR, as pessoas em situação de rua acabam necessitando e acessando outros serviços da rede de saúde, compreendidos em todos os níveis, desde as Unidades Básica de Saúde, Estratégias de Saúde da Família, Unidades de Pronto Atendimento e Emergências, até o acesso ao SAMU. Esse acesso, entretanto, não ocorre de maneira fluída, tendo muitos relatos de situações onde ocorrem dificuldades de acesso, incluindo negação de atendimento e discriminação.

São comuns os relatos sobre usuários que tentam acessar as unidades de saúde próximas aos locais onde permanecem nas ruas e têm seu atendimento negado e direcionado para o CnR. Isso implica, em muitos momentos, que a pessoa tenha que se deslocar por muitos quilômetros até chegar à região centro, quando seu atendimento de saúde já poderia ter sido realizado na unidade anteriormente acessada. Assim, há uma restrição importante na compreensão das equipes de saúde sobre a necessidade do acolhimento das pessoas em situação de rua, que muitas vezes não entendem como sendo de sua competência também atender aqueles que permanecem em seus territórios adstritos, mas sem residência ou moradia fixa.

Esses processos, entretanto, não podem ser analisados sob o ponto de vista da responsabilização dos profissionais, como se fossem os únicos atores responsáveis por esses atravessamentos nos serviços. A crítica sobre a formação profissional, a precarização das contratações, os fluxos e processos de gestão e as condições de trabalho precisam ser pensadas a partir do contexto mais amplo, principalmente considerando que a oferta dos serviços não acompanhou o aumento da quantidade de pessoas em situação de rua na cidade e as necessidades daquelas que se utilizam das políticas. Esses elementos precisam ser analisados como consequências do contexto mais amplo discutido anteriormente, em que esses serviços e políticas encontram-se sob ameaça e subfinanciamento, acarretando prejuízos para o público que os acessa e traduzindo aspectos de uma tática estrutural da necropolítica.

b) Políticas de suporte à superação da situação de rua

A necessidade de acessar políticas que ofereçam suporte à superação da situação de rua é trazida nos relatos das pessoas em situação de rua e tem sido pauta das lutas do MNPR-RS, principalmente no que diz respeito à luta por moradia. A ausência de políticas públicas que garantam moradia e renda para a população em situação de rua acaba por impor saídas individuais como as únicas possíveis, muitas delas exigindo mérito e esforço pessoal.

Atualmente em Porto Alegre não há políticas que forneçam alternativas de moradia fixa, somente alguns espaços temporários como albergues e abrigos, que foram descritos de maneira breve anteriormente, ou formas de Aluguel Social - benefício que fornece um valor mensal para locação de imóvel por períodos de até 12 meses. O Aluguel Social historicamente é ofertado para alguns grupos populacionais afetados por ações de remoções e desalojamentos e para a população em situação de rua e, além de ser um benefício temporário, apresenta graves irregularidades no pagamento por parte do poder público, o que produziu, ao longo dos anos, várias situações relatadas por pessoas em situação de rua, que tiveram que sair das residências alugadas, sofrendo expulsões, ameaças e outras violações por atrasos e ausências do pagamento e pelo cancelamento ou término dos benefícios.

Esses benefícios, além de gerarem uma grande descrença e desestímulo por parte das pessoas em situação de rua que vivenciaram ou souberam dessas questões, produzem um processo cíclico em que as pessoas adentram para espaços de moradia, organizam suas vidas e espaços, vinculam-se a um território e constroem uma dinâmica de sobrevivência e rede de relação e afetos nele, tendo-os, posteriormente, rompidos bruscamente. Isso ocorre tanto pelo curto período em que os benefícios ficam vigentes, quanto pela inexistência de programas que ofereçam renda e trabalho para que as pessoas consigam posteriormente se organizar autonomamente para esses fins.

Programas de bolsa-aluguel ou aluguel social são previstos na Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (BRASIL, 2008), juntamente com outras ações estratégicas pontuadas nesse documento, que incluem: a) criação de projeto de reforma de imóveis urbanos para uso habitacional e sua inserção em programas de habitação de interesse social existentes nas cidades; b) disponibilização de imóveis vazios nas regiões centrais das cidades para elaboração de projetos de moradia para a população de rua. Essas duas ações forneceriam subsídios concretos e duradouros de moradia para as pessoas em situação de rua, mas inexistem na cidade de Porto Alegre; por isso, foram pautas das reivindicações da Ocupação Aldeia Zumbi dos Palmares, que será discutida como exemplo de luta e resistência frente às formas apontadas posteriormente no tópico sobre Táticas de Gestão Territoriais da necropolítica.

Além da moradia, Schuch, Gehlen & Santos (2017) apontam também para a necessidade de

outras medidas de estabilização para dar suporte à superação da situação de rua, como a oferta de fontes de geração de renda e trabalho que permita às pessoas em situação de rua a manutenção com os gastos mínimos de sobrevivência, o que está previsto na Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (BRASIL, 2008) que inclui em um dos eixos estratégicos questões relacionadas à geração de renda e trabalho. Dentre outras coisas, aponta para: a) inclusão desta como público alvo na qualificação profissional, na criação de parcerias com a iniciativa privada e o setor público para a inserção em postos de trabalho; b) incentivo a ações de reserva de cotas de trabalho.

Essas estratégias, entretanto, parecem não existir ou não alcançar efetivamente as pessoas que se encontram em situação de rua. Muitos são os relatos de pessoas em situação de rua que tentaram procurar vagas de emprego formal em agências de emprego como na sede do SINE – Sistema Nacional de Emprego de Porto Alegre, e foram informados da inexistência de vagas pela baixa formação e experiências profissionais e pela ausência de moradia fixa. Isso produz, na prática das vidas nas ruas, a ida das pessoas em situação de rua para a realização de atividades informais como bicos e trabalhos temporários com reciclagem, flanelinha ou guarda de carros, trabalhos em pequenas obras, na montagem e desmontagem de eventos, mendicância, dentre outros.

No ano de 2017, a Prefeitura de Porto Alegre lança o Decreto nº 19.885 (PORTO ALEGRE, 2017), onde consta a descrição do *Programa Mais Dignidade*. Esse programa foi elaborado em uma parceria entre o Governo Municipal e o Governo Federal através da SENAD – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, que culmina em vários eixos de intervenção, dentre eles a oferta de uma quantia de bolsas para auxílio-moradia e bolsa formação e qualificação profissional para pessoas em situação de rua da cidade.

Esse programa visa atingir as duas demandas apontadas acima, que diz respeito à moradia e fonte de renda. Sua implementação, entretanto, traz reflexões importantes que têm sido relatadas por pessoas em situação de rua, dentre eles o fato de se constituir em um programa restritivo, que possui uma série de critérios complexos para ingresso, e por possuir uma oferta pequena de bolsas que atingirá uma parcela muito pequena da população em situação de rua da cidade. Além disso, o programa apresenta um prazo limitado para sua execução – as bolsas, por exemplo, poderão durar de 6 a 12 meses – não se tratando, portanto, de uma política de Estado, que tenha garantia de continuidade ao longo do tempo e que ofereça renda fixa que permita a superação da situação de rua.

Juntamente com a oferta das bolsas e o início do desenvolvimento dos outros eixos, estão desenhados no Plano Municipal de Superação da Situação de Rua (PORTO ALEGRE, 2018) a criação

de serviços especializados e a ampliação da rede de saúde, especialmente de saúde mental e o desenvolvimento de ações de revitalização do espaço urbano. Na prática, essa revitalização tem ocorrido em conjunto com ações de remoção e deslocamento forçados que têm sido realizadas na cidade e que atingem as pessoas em situação de rua, constituindo mecanismos das Táticas de gestão territoriais, que serão discutidas posteriormente nesta pesquisa.

É possível observar que, ao longo do tempo, esse programa – que tinha por objetivo reproduzir o *Moradia Primeiro*, programa conhecido internacionalmente – acaba por reproduzir restrições e questões semelhantes às observadas com os projetos e encaminhamentos já existentes, por serem restritos, limitados ao longo de tempo e por não fornecerem saídas concretas para a superação da situação. Assim, criam-se novas estratégias de suspensão temporária da situação de rua, que repetirão, em grande parte, os processos cíclicos e de retorno posterior para a rua como espaço de moradia e sobrevivência.

Assim, ao mesmo tempo em que o Estado produz uma série contínua de remoções e violações contra a população de rua na cidade, desenvolve ações e oferta serviços que aproximam as pessoas em situação de rua das políticas públicas. Essa ambivalência na ação estatal é sentida pelas pessoas em situação de rua, que apontam para essa instabilidade e restrições e não conseguem alcançar perspectivas concretas de mudança na sua condição de vida. É sentida, também, por aqueles que atendem essa população, que acabam se tornando os agentes que acompanham esses processos cíclicos e que acolhem o sofrimento e desesperança daqueles que se sentem violados por tais ações.

A contradição apresentada parece refletir a composição e os movimentos cíclicos do Estado, pois esse, de fato, se relaciona com a população de rua por essas diferentes vias em diferentes momentos, transitando entre a violência e a garantia de direitos. Existem serviços e políticas com importante potencial de cuidado e de aproximação com a esfera da garantia de direitos, de acesso à saúde, produção de autonomia e cidadania para a população em situação de rua. A questão que se coloca é que, cotidianamente, esse balanço entre direito *versus* violações tem pesado fortemente para o lado das estratégias da necropolítica, evidenciando a exacerbação dessa perspectiva e a execução de um projeto estatal de morte e de defesa dos interesses do Capital.

É preciso apontar para os movimentos sociais, em especial o MNPR a nível nacional, estadual e municipal, como movimento importante de tensionamento político para a permanência e ampliação das políticas públicas e serviços especializados para a população de rua, resistindo às marcas do necropoder. Em meio a um cenário repleto de discursos e práticas reacionárias e violentas e com o apoio de outros movimentos sociais, o MNPR é o principal ator de resistência contra os

retrocessos das políticas públicas, as violações e retirada de direitos da população de rua, e tem trazido visibilidade para a pauta da população de rua, seus direitos e suas necessidades.

## TÁTICAS DE GESTÃO TERRITORIAIS

Este tópico tem por objetivo discutir a relação de algumas ações desenvolvidas territorialmente na cidade com as estratégias necropolíticas e a população em situação de rua. Serão consideradas táticas de gestão territoriais as ações que produzem a negação do uso dos territórios da cidade, os atos de expulsão e deslocamentos forçados, além de algumas estruturas físicas da cidade que delimitam ou impedem o acesso de pessoas em alguns espaços na cidade, como grades, armações pontiagudas e utilização de água e produtos químicos.

Os agrupamentos categóricos serão compreendidos de modo mais amplo a partir da discussão sobre gentrificação, que será tratada de maneira mais detalhada posteriormente, e diz respeito a um processo que tem se desenvolvido historicamente nas grandes cidades e é executado a partir da expulsão de populações mais pobres das regiões centrais da cidade, juntamente com o massivo investimento público-privado nessas regiões e o retorno da presença da classe média nessas localidades. Segundo Andrade (2011) essas ações ocorrem desde o fim do século XIX, com a expulsão e demolição de moradias de classes populares das grandes cidades e uma série de intervenções urbanísticas.

Essas ações comumente possuem o Estado como agente mediador, que se utiliza de instrumentos legais de vários órgãos públicos, como os órgãos de limpeza urbana, meio ambiente, secretarias de governo, além da arquitetura dos espaços da cidade, somados ao aparato do poder militar. Assim, por serem desenvolvidos com o uso de justificativas administrativas, que se utiliza de diversas estratégias para alegar a necessidade institucional dessas ações, esses processos produzem um consenso social de legitimidade e carregam consigo um projeto político, social e econômico de cidade.

A discussão sobre as estratégias da necropolítica a nível territorial, realizadas a partir de remoções e deslocamentos forçados, será articulada com o debate sobre as necropolíticas de gentrificação executadas na cidade de Porto Alegre. O conceito de gentrificação será compreendido nesta discussão como um processo que articula a expulsão de populações de camadas mais populares das regiões centrais da cidade, com a valorização dos imóveis e sua reocupação pela classe média, conhecida por *gentry* (FURTADO, 2011), juntamente com intervenções estatais, especialmente através de parcerias público-privadas, que visam ao reinvestimento nos bairros centrais da cidade que se encontravam degradados e ocupados pelas classes populares (SMITH, 2006).

Assim, a análise dessas ações incluirá elementos do ato prático que impõe a mudança de

local de permanência ou moradia das pessoas, e outras consequências produzidas, como as perdas materiais e o rompimento de vínculos com o território, com as redes de apoio e afeto que existiam, que modificam por completo a vida de comunidades inteiras e que atravessam a produção dos determinantes sociais em saúde, que serão discutidos posteriormente.

Inicialmente, serão discutidas situações atuais na cidade de Porto Alegre que compuseram o diário de campo e que transcrevem o desenvolvimento dessas ações e mecanismos sobre a população de rua, produzindo remoções, deslocamento forçados, a construção de estruturas físicas que expressam o necropoder sobre os corpos nas ruas. Posteriormente serão levantados alguns elementos que resgatam a historicidade dos processos de expulsão, limpeza social e gentrificação no país, e sua relação com a estratégia necropolítica.

### **Remoções, deslocamentos forçados e o uso da força no território**

Durante a vivência no campo, esses processos anteriormente descritos ficaram evidentes nos encontros com as pessoas em situação de rua, que trouxeram relatos de remoções e retirada de pertences, tendo seus documentos pessoais, receiptários e cartões de benefícios sociais levados com o caminhão do DMLU, juntamente com as lonas, madeiras e outras estruturas que os protegiam e demais objetos pessoais. Somado a essas perdas, as pessoas que vivenciaram esses processos carregam o medo e a exaustão produzidos pelas remoções recorrentes.

Além dos relatos, ao caminhar pelas ruas é possível observar as consequências das remoções: praças, avenidas, ruas e parques anteriormente ocupados por barracas, colchões e pessoas em situação de rua são esvaziados a partir de ações de higienização e apropriação de pertences. Com isso, surge a necessidade de deslocamento e as pessoas precisam se movimentar para outros locais da cidade, praças, parques, ruas e viadutos, iniciando um ciclo contínuo de deslocamentos que impõe às pessoas em situação de rua a troca sucessiva de espaços de permanência na cidade.

Para ilustrar essas situações, serão levantados alguns exemplos de grandes ações de remoção recentes que se desenvolveram na região central de Porto Alegre e que pude me aproximar durante a inserção no campo: o Viaduto Otávio Rocha – conhecido como Viaduto da Borges – a Ocupação Aldeia Zumbi dos Palmares e a Orla do Guaíba. Outras ações menores ocorreram na cidade e serão discutidas também nesse tópico. Esses são exemplos recentes de ações de gestão territorial praticadas contra os moradores de rua da cidade, pautadas em projetos de governo da cidade que

fortalecem a gentrificação. Essas ações de remoção e reintegração de posse atingiram diferentes grupos e famílias em situação de rua na cidade e ocorreram de diferentes formas, mas compreendem um projeto comum e ocorreram paralelamente à revitalização ou reurbanização dessas áreas da cidade.

Aqui surge um ponto importante para análise e que está diretamente relacionada com a gentrificação, que se desenvolve através de processos nomeados como revitalização. A revitalização tem sido utilizada em Porto Alegre como mote para desenvolver ações das mais diversas e, por estar se desenvolvendo de forma mais intensa na região central da cidade, onde há também a maior concentração de pessoas em situação de rua, tem produzido muitos efeitos sobre a permanência e o deslocamento da população de rua nessa região. Na Avenida Goethe, região cujos bairros do entorno compreendem um seguimento populacional de classe média e alta, essas ações têm se desenvolvido com o objetivo de revitalizar e instalar *foodtrucks*, afetando diretamente a vida das pessoas em situação de rua que permaneciam no local, como indica a publicação de 11 de setembro de 2018 do portal de notícias Sul 21 escrita por Gomes (2018).

O termo revitalização parece sinalizar a inexistência de vida anterior no local, desqualificando a presença de moradores de rua como não vivos, não humanos, objetos. Podemos relacionar essa discussão com ao debate de Mbembe (2016) ao nomear o lugar social designado para os colonizados, que são relegados a “uma terceira zona, entre o status de sujeito e objeto” (MBEMBE, 2016, p. 135), podendo assim ser expulsos, retirados e removidos a qualquer custo e em qualquer momento.

A revitalização aposta, assim, na retirada das vidas antes existentes e na sua substituição por estruturas físicas que fomentem o comércio, o turismo e o investimento privado. Essa revitalização é executada, dessa forma, por meio da produção de uma política de morte que nega a existência de sujeitos nas ruas, fortalecendo a segregação socioespacial, produzindo uma fragmentação da urbe, além de isolamento, controle e privatização dos espaços e hábitos cotidianos (ANDRADE, 2011).

A seguir, serão discutidas algumas situações acompanhadas no trabalho em campo e registradas a partir de relatos de pessoas em situação de rua que vivenciaram essas remoções.

a) Viaduto Otávio Rocha – o “Viaduto da Borges”

Um exemplo importante que traduz esses processos diz respeito ao Viaduto Otávio Rocha, que foi palco de uma ação direta de remoção em 2018. Conhecido como Viaduto da Borges, por se

localizar na Avenida Borges de Medeiros, é uma importante via de acesso e trânsito no centro da cidade, constituindo-se em cenário de moradia de pessoas em situação de rua há anos. Historicamente, muitas pessoas em situação de rua escolhem permanecer junto ao viaduto, relatando essa opção por se tratar de local com banheiros públicos disponíveis, pela sua localização próxima a comércios, paradas de ônibus, serviços públicos, por ser uma região com intenso movimento de pedestres, onde ocorrem muitas ações de doações e onde coletivos, organizações religiosas e ONGs fornecem alimentos, banho solidário, doação de roupas, dentre outros. Além disso, a estrutura física do viaduto fornece, a partir de suas grandes paredes, proteção contra o frio, chuva e ventos, e sustentação para as barracas.

Esse mesmo cenário também é alvo de recorrentes ações de remoção pelo poder público, seja em períodos de grandes eventos como a Copa do Mundo, seja por pedidos da comunidade do entorno ou para realizar o projeto de revitalização e gentrificação da cidade. Nos últimos anos, o Viaduto da Borges vinha recebendo a atenção de setores da sociedade, principalmente moradores do entorno do Centro Histórico, da mídia hegemônica da cidade e, conseqüentemente, da gestão atual da cidade, tanto por conta da presença de moradores de rua, quanto por denúncias e ocorrências de assaltos, uso e venda de drogas. A situação é relatada pelas pessoas em situação de rua que ali permaneciam, que vivenciavam essa tensão e os conflitos em decorrência desse processo com os moradores do bairro e também com os agentes de segurança pública, que com frequência estavam presentes nesse espaço realizando revistas vexatórias nas pessoas, utilizando a abordagem policial como forma de coibir o uso e venda de drogas e assaltos e furtos no local.

Com a justificativa de revitalizar o viaduto e de retirar o tráfico e uso de drogas no local, as dezenas de pessoas em situação de rua que ali se encontravam, sendo traficantes, usuárias de drogas ou não, foram forçadamente deslocadas com o uso intenso do poder militar, como foi narrado na notícia do Sul 21, de Canofre (2018), onde é colocado o pedido dos moradores do Centro para que a Brigada Militar retire as pessoas em situação de rua do espaço. Como não houve nenhuma oferta concreta de políticas sociais e de moradia para a superação da situação de rua, as pessoas que ali se encontravam precisaram se deslocar para outras partes da cidade, incluindo praças, viadutos e ruas próximas.

Essa ação relembra o ocorrido na cidade de São Paulo, na região da Luz, onde a chamada “guerra às drogas” é usada como justificativa para a execução de ações violentas e de remoção das pessoas em situação de rua, como discute Borges (2017):

[...] a narrativa da “guerra às drogas” – já que não se “guerreia” contra substâncias – não passa de um pretexto para uma ação e ideologia articuladas com o intuito de

militarizar e especular territórios, exterminando subjetividades e vidas. É uma guerra que ocorre cotidianamente de modo silencioso em diversos territórios negros e periféricos e atua apenas na ponta da economia das drogas. (BORGES, 2017, s. p.).

A guerra às drogas funciona, por fim, como um mecanismo relacionado ao necropoder que permanece criminalizando a pobreza, o uso e comércio de drogas, justificando, naturalizando e dando continuidade às estratégias de extermínio da população negra, jovem e pobre das periferias das grandes cidades, e que atinge, também, a população em situação de rua, sendo elas usuárias, traficantes ou não. Com isso, a segurança pública torna-se o órgão responsável pela atuação junto à população de rua, fortalecendo a concepção social de criminalização dessa população e justificando socialmente a continuidade de ações de remoção na cidade através da bandeira da chamada luta contra o tráfico.

Isso pode ser visto em um recorte de uma notícia do Portal G1 RS, onde a remoção realizada no Viaduto da Borges é descrita como ação necessária ao combate ao tráfico, relacionando a população em situação de rua com atos criminosos, como descrito no seguinte trecho: “De acordo com o tenente-coronel Rodrigo Mohr, do 9º Batalhão de Polícia Militar, não havia mais moradores de rua vivendo nas barracas. Apenas usuários e traficantes de drogas estariam usando a cobertura do viaduto, e deixaram o local” (DE PAULA, 2018). Essa compreensão evidencia o discurso que relaciona a população em situação de rua com a criminalidade e, com isso, produz um processo que desumaniza e justifica ações violentas e violações de direitos. A discussão evidencia, também, o papel contraditório desempenhado pelo Estado, que transita entre a garantia de direitos e a segurança pública, produzindo duas concepções sociais sobre os moradores de rua: de sujeitos violados pelo Estado a sujeitos violadores e ameaçadores frente à ordem pública (SCHUCH, GEHLEN & SANTOS, 2017).

A foto a seguir ilustra um registro atual feito do Viaduto Otávio Rocha após a ação de remoção e com a contínua presença do aparato militar, impedindo que as pessoas retornem ao espaço.

Fotografia 1: Viaduto Otávio Rocha após a remoção



Fonte: Diário de Campo (2018)

Diferentemente do processo ocorrido em outros pontos da cidade e em outros episódios de remoção, a presença massiva do poder militar segue ocorrendo no Viaduto Otávio Rocha após a remoção, com o objetivo de impedir que as pessoas em situação de rua retornem ao espaço, incluindo aqueles que utilizavam o espaço do viaduto como local de trabalho e geração de renda – como no caso dos guardadores de carro. Esse é um ponto importante e que diz respeito a um projeto maior para o espaço, visto que poucos dias após essa remoção, foram instalados *foodtrucks* no local, juntamente com todo um aparato de estruturas para fomentar concessões à iniciativa privada e a ocupação desse local por um segmento populacional mais favorecido através do estímulo ao consumo, como descrita na notícia do Portal G1 RS (2018), onde é noticiado que a cidade ganha um espaço para a “gastronomia itinerante”. A questão que se coloca é que, para que o restante da cidade tenha entretenimento e acesso à gastronomia itinerante, pessoas que nem sequer tem acesso à alimentação são violadas, necessitando de estratégias itinerantes e instáveis para a sobrevivência.

As pessoas que passaram por essa remoção relataram que precisaram se dispersar para outros pontos da cidade, incluindo praças e ruas próximas. Isso produz nova comoção social à medida que o poder público e os moradores das outras regiões da cidade passam a se incomodar

com as novas aglomerações de moradores de rua que surgiram pós-remoção, gerando novas expulsões e ações violentas, que produzem um ciclo de violações. Esse fato ocorre principalmente no entorno do centro, que historicamente tem sido enfoque do campo social entorno da população de rua, como resgata Schuch, Gehlen & Santos (2017):

A visibilidade na região central de Porto Alegre, nos últimos anos, de um crescente número de pessoas adultas em situação de rua, ocupando o espaço público, calçadas, mocós, praças, viadutos, terrenos baldios, espaços sob viadutos e pontes passou a imprimir ao poder público, tanto por parte da população em geral como da mídia, providências e ampliação dos serviços públicos no atendimento a esse segmento populacional da cidade (SCHUCH, GEHLEN & SANTOS, 2017, p. 123).

A questão que se coloca é que, de modo geral, a providência que tem sido tomada pelo aparato estatal é o desenvolvimento de novas ações de remoção, e não a ampliação de ofertas de políticas públicas que minimizem os efeitos perversos das hierarquias sociais e de seus efeitos necropolíticos. Para as pessoas em situação de rua, normalmente as remoções executadas oferecem como contrapartida ofertas de vagas em albergues, abrigos e outras alternativas temporárias de moradia e proteção, ou ofertas de Aluguel Social, que historicamente são fontes de falta de pagamento, atrasos e outras problemáticas que dificultam a efetividade desse benefício. Assim, segue um ciclo em que a gestão territorial da cidade produz recorrentes violações, não ofertando alternativas concretas de superação da situação de rua.

A região central possui outros pontos históricos importantes de presença da população em situação de rua e que têm sido alvo de revitalizações, sustentadas a partir das remoções e violações de direitos, como a região no entorno da Orla do Guaíba.

#### b) Orla do Guaíba

Outro espaço importante da cidade que tem sido foco do poder público municipal no que tange investimentos público-privados e ações de revitalização é o entorno da Orla do Guaíba, que vinha passando por reformas e há poucos meses foi (re)inaugurada ao público, com a disposição de bancos, ciclovias, gramados e estruturas para a instalação de restaurantes. Juntamente com a reinauguração da Orla, foram revitalizadas algumas praças no entorno, onde também havia pessoas em situação de rua. Durante as obras, muitas pessoas em situação de rua que ficavam nessa região foram removidas. Para que a obra de revitalização da Orla do Guaíba pudesse ocorrer, foram realizadas várias ações de remoção de pessoas em situação de rua ao longo do calçadão, na beira do Guaíba e no entorno, incluindo várias praças próximas, tendo sido retiradas barracas, pertences e, conseqüentemente, pessoas.

A preferência pela permanência nessa região é trazida pelas pessoas em situação de rua que permaneciam nesse entorno, que relatam que a proximidade com o rio e a possibilidade de acesso a meios de higiene e banho no local são atrativos. Por se tratar de regiões majoritariamente residenciais e de grande circulação de pessoas, o recebimento de doações e oferta de alimentos também é facilitado. Ao mesmo tempo, há partes do entorno da Orla, especialmente alguns pontos próximos ao rio e à mata fechada, em que é possível ter sua moradia camuflada, evitando o acesso de pessoas e também de remoções e outros atentados violentos, além de ofertar maior privacidade. Além disso, por se tratar de um lugar turístico no entorno do rio, de teatros, museus, estádio de futebol e grandes eventos, é possível desenvolver algumas formas de trabalho informal, como guardando carros, o que auxilia na geração de renda e garantia de meios de sobrevivência das pessoas que estão em situação de rua.

A permanência nessa região, entretanto, tem sido repreendida. Por conta do extenso período de realização das obras, que tem demorado mais do que o planejado e que foi se realizando por partes, ocorreram diferentes ações de remoção, onde a cada momento uma parte era atingida. Em cada ação, as pessoas que ali se encontravam juntamente com seus pertences eram retiradas e era realizada a capina e limpeza do local, dando lugar a máquinas e a estruturas de construção. Por estarem adaptados e por terem redes de apoio no entorno da Orla, as pessoas iam se deslocando para as partes da Orla onde não havia obras, afastando-se cada vez mais da Usina do Gasômetro, indo em direção a outros pontos da Orla.

Dentre as pessoas que vivenciaram as remoções, algumas conseguiram pegar seus pertences e partes das estruturas de suas habitações, pois estavam presentes durante a ação, deslocando-se para outros pontos da cidade; outras não tiveram essa possibilidade, e tiveram todos os seus pertences levados, como o casal Nádia e Eri<sup>6</sup>. Nádia e Eri, que mantinham sua barraca há meses em uma praça ao lado da Orla, trabalhavam e desenvolviam formas autônomas de sobrevivência. O casal relatou que não sabiam da remoção e que saíram pela manhã para fazer sua rotina diária em outros espaços da cidade, procurando alimentos e coletando materiais recicláveis para reverter em dinheiro, e, quando retornaram para sua barraca, não havia mais nada. Toda a estrutura de sua barraca, lonas, madeiras, colchão, roupas pessoais e de cama, documentos e outros pertences foram levados, sem que pudessem separar e carregar parte deles ou se organizar previamente. Por terem perdido todas as suas pequenas propriedades, eles optaram por acessar um albergue por alguns dias, onde permaneciam na fila nos finais de tarde para garantir suas vagas, dormiam em dormitórios separados e acordavam por volta das 6h, quando tinham que se organizar para deixar o espaço. Por não se adaptarem ao funcionamento e regras da instituição e após receberem novas doações de

---

<sup>6</sup> Nomes fictícios.

lonas, colchões e cobertas, retornam para a praça onde ficavam anteriormente. Por conta dos riscos da realização de novas remoções, o casal desenvolveu uma nova estratégia de permanência, e passaram a montar a barraca no início da noite, desmontando logo cedo pela manhã para que não sejam vistos, tendo que esconder ou carregar consigo a pequena estrutura da sua moradia durante o dia.

Na situação vivenciada pelo casal, transparece a elaboração de mecanismos de sobrevivência visando evitar novas violações e o desenvolvimento de sentimentos de medo constante. Assim, as remoções produzem não somente perdas materiais, mas trazem consequência nos níveis subjetivos, como descrevem Schuch, Gehlen & Santos (2017): “A vulnerabilidade, a experiência da violência e da discriminação afetam o corpo, a identidade e a percepção do mundo das pessoas em situação de rua. Não por acaso, despertam sentimentos de medo e insegurança e colocam essa população em um estado constante de alerta e tensão. (SCHUCH, GEHLEN & SANTOS, 2017, p. 217)”.

As remoções, portanto, não implicam na resolução do problema social que gerou a ocupação daquele espaço, ao contrário, os encaminhamentos geralmente deixam estas pessoas com menos possibilidades de estabelecerem estratégias de sobrevivência e pioram ainda mais a qualidade de vida. No que tange ao trabalho com pessoas em situação de rua, essas remoções constantes produzem dificuldades na localização, na construção de vínculos e na continuidade do acompanhamento dos serviços, dadas as rupturas que produz nos processos de aproximação no espaço da rua.

Dessa forma, essas ações expressam uma concepção política e social da cidade que impele determinados grupos sociais a viver de forma a não criar vínculos e a permanecer em uma situação de risco eminente de ocorrência de novas remoções e violações. Essas ações reiteram um lugar social destinado a essas pessoas que as segrega e as exclui do espaço de convivência da cidade, reforçando os processos de exclusão social e de discriminação das pessoas em situação de rua da relação social da cidade.

Outro exemplo de local próximo à Orla do Guaíba que passou por processos parecidos é a Ocupação Aldeia Zumbi dos Palmares, que ocorreu no início de 2018, e estava localizada em um terreno público cujos interesses de revitalização e gentrificação são evidentes.

#### b) Ocupação Aldeia Zumbi dos Palmares

Nas proximidades da Orla do Guaíba, localizava-se a Ocupação Aldeia Zumbi dos Palmares. Fixada em um terreno da Prefeitura inutilizado e sem função social há anos, esse espaço foi ocupado

por pessoas em situação de rua, com a organização do MNPR-RS, o Jornal Boca de Rua e o apoio de diversos coletivos e movimentos sociais. O MNPR-RS foi um importante ator nesse processo, pois possui grande acúmulo de vivência, debate e crítica sobre esses processos e violações a que a população de rua é submetida historicamente no país. O movimento possui forte engajamento nas lutas e na organização política, especialmente na cidade de Porto Alegre, e se constitui em espaço essencial de resistência, organização e luta política pelos direitos da população de rua. Assim, uma das formas de luta organizada contra as estratégias da necropolítica vivenciada nas ruas, sem dúvida, é junto aos movimentos sociais, principalmente o MNPR, que organizou a Ocupação Aldeia Zumbi dos Palmares, a primeira ocupação da população de rua no país, que também foi alvo de ações do necropoder.

Pude acompanhar na minha inserção no campo alguns processos relacionados à ocupação, desde antes dela se estabelecer como ocupação propriamente dita. A utilização deste terreno como espaço de moradia já havia sido realizada em momentos anteriores por um pequeno grupo de moradores de rua, que, na época, ocuparam esse local após a realização de remoções numa área próxima, nomeada por Aldeia e localizada junto ao Parque Harmonia. Assim, anos depois, e na tentativa de retornar para o espaço desse terreno de forma coletiva, articula-se um grupo maior, agora com uma pauta de luta por moradia coletiva, contando com apoio de movimentos sociais e da Defensoria Pública da União, que acompanhou a ocupação na esfera jurídica.

As pessoas que adentraram para a Ocupação relataram que esse nome, Ocupação Aldeia Zumbi dos Palmares, foi escolhido para resgatar o histórico anterior do grupo que já habitava a Aldeia, cujo significado impõe um significado de coletividade. Além disso, a palavra zumbi é utilizada e ressignificada, cuja referência social relaciona pessoas em situação de rua com usuários de drogas, transformando-os em zumbis. Zumbi, no imaginário social produzido em torno dos usuários de substâncias em situação de rua são seres assustadores, violentos e desprovidos de razão. O termo Zumbi dos Palmares foi então escolhido para retomar a força de luta de Zumbi de Palmares, importante líder da resistência negra no país, e desarticular a visão moralista e taxativa sobre as pessoas em situação de rua. Para além do nome como elemento linguístico, podemos pensar na potência de ressignificação e resistência a que esse coletivo chegou, ultrapassando as barreiras da produção da necropolítica colocadas, indo na contramão de toda a política gestada na cidade.

Assim, com o objetivo de tensionar o poder público para garantir uma oferta efetiva de habitação, o terreno foi ocupado por diversas famílias, que trabalharam no espaço, estruturaram barracas e tendas, criando banheiro e cozinha coletivos e fomentando a realização de atividades culturais e de debates públicos nesse espaço.

O terreno, localizado no Centro Histórico da cidade, em frente à Orla do Guaíba, está situado às margens de duas recentes obras de revitalização de Porto Alegre, a Orla do Guaíba e a Praça Julio Mesquita. Além disso, o terreno fica situado ao lado da EPA, espaço historicamente utilizado por pessoas em situação de rua. Na entrada da Ocupação, havia bandeiras do MNPR e do coletivo Boca de Rua cobrindo o portão trancado com cadeados e correntes, que auxiliavam no controle de quem entrava e saía da ocupação, e um letreiro grande com os dizeres da ocupação. Lá dentro, aos poucos foram se estruturando, além das barracas onde permaneciam casais, grupos e famílias, espaços coletivos para cozinhar, banheiro e locais para reuniões e atividades coletivas.

O espaço estava sendo ocupado para além da moradia e tornou-se um espaço de resistência social da população de rua e de produção de estratégias de redução de danos, para aqueles que eram usuários de substâncias psicoativas. Foram criadas regras coletivas com relação ao uso de drogas dos ocupantes que potencializaram a organização do espaço e a luta coletiva. Uma das mulheres que estava na ocupação relatou que a construção coletiva das regras, as responsabilidades, a convivência e luta conjunta fez com que ela conseguisse ter uma importante diminuição no consumo de drogas, tornando-se um dispositivo de redução de danos. Nas aproximações com os militantes que estavam na ocupação, era comum ouvir relatos sobre as conquistas que a ocupação trazia, especialmente na potência da organização coletiva e na construção de alternativas que superassem as apostas e saídas individuais.

Ao mesmo tempo, a ocupação viveu desde a sua criação uma série de desafios com relação a entraves no diálogo com setores do poder público, que já evidenciavam sua perspectiva de reintegração de posse. Da mesma forma como outras ocupações estruturadas em prédios da cidade de Porto Alegre, a ocupação desse terreno inutilizado passou a incomodar setores da sociedade civil e do poder público municipal, que negam o direito social de moradia e pautam, através de reintegrações de posse, a retirada das famílias no local.

A foto a seguir traz uma pichação cujos dizeres “direito à moradia e à cidade” expressava a pauta principal da Ocupação. Essa pauta, prevista na Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (BRASIL, 2008), poderia ser desenvolvida a partir da garantia da utilização de imóveis desocupados na região central da cidade e sua destinação para projetos que envolvam a população em situação de rua.

Fotografia 2: Terreno da Ocupação Aldeia Zumbi dos Palmares



Fonte: Diário de Campo (2018)

Quatro meses depois do início da ocupação, o poder público municipal autoriza a reintegração de posse do terreno. A reintegração de posse ocorre e a reivindicação do coletivo não é atendida, não tendo sido ofertadas possibilidades concretas de moradia, somente alternativas temporárias como o acesso a albergues e abrigos, e opções incertas como o Aluguel Social, cujo benefício seria de um auxílio mensal de R\$500 para aluguel de moradia, mas possui um longo histórico de atrasos e pagamentos irregulares, situação que promoveu a expulsão dos inquilinos que usufruíram desse benefício em outros períodos. Essas ofertas não contemplavam a pauta dos participantes da Ocupação e não foram aceitas pela maioria dos ocupantes, que se deslocaram para outros pontos da cidade, permanecendo em situação de rua.

A foto a seguir retrata também a situação atual do terreno, que se encontra vazio e fechado por cadeados, não tendo sido direcionado nenhum uso social do espaço após a remoção.

Fotografia 3: Terreno da Ocupação Aldeia Zumbi dos Palmares



Fonte: Diário de Campo (2018)

Vazio e inutilizado, o espaço que era ocupado por várias famílias e grupos permanece sem função social, reforçando o descaso do poder público por meio da ausência de estratégias de destinação social para terrenos desocupados na cidade e traduz a barbárie da estratégia necropolítica sobre a população de rua. A reintegração de posse ocorreu, por fim, sem que houvesse uma necessidade real de usufruto do terreno, demonstrando a primazia do interesse privado em detrimento do público, do Capital sobre a vida das pessoas.

Assim, a desocupação da Aldeia Zumbi dos Palmares parece estar fortemente vinculada a duas questões, que diz respeito à gentrificação e à relação do Estado e do atual governo municipal com os movimentos sociais. Gentrificação, à medida que a ocupação se localizava em uma área recém revitalizada, cujo foco da Prefeitura está em incentivar ações que valorizem econômica e esteticamente a região, como as licitações milionárias para a inserção de comércios e restaurantes. E conflituosa, por se tratarem de pessoas em situação de rua e membros de movimentos sociais – que têm sido alvo de criminalizações e ataques por parte de governantes e setores conservadores do país.

Esses procedimentos de remoções maiores, como os que foram discutidas anteriormente, comumente são veiculados em portais de notícias e de televisão, gerando reações populares de

apoio e também de revolta. Remoções de porte menor, como as que ocorrem em ruas de bairros ou em pequenas praças ganham pouco espaço na mídia, normalmente ocorrem em finais de semana ou períodos em que há pouca circulação de pessoas e nos momentos em que a maioria dos serviços de atendimento socioassistencial não estão disponíveis, o que faz com que essas ações tenham pouco alcance social.

Os registros abaixo ilustram uma remoção ocorrida no início de 2018 no bairro Santana, cuja ação estava focada na retirada de uma barraca do canteiro de uma avenida e foi registrada por Roger Souza. Nessa barraca permaneciam há meses um homem negro em situação de rua juntamente com seu cachorro. Nesse dia, todo o aparato estatal e agentes de órgãos como o DMLU, Secretaria do Meio Ambiente e Guarda Municipal estavam presentes, sendo responsáveis pela retirada dos pertences e da barraca.

Fotografia 4: Remoção sendo realizada por órgãos públicos



Fonte: Roger Souza – arquivo pessoal (2018)

O momento retratado nessa foto expressa alguns instantes em que esse homem tentava dialogar com os agentes, na tentativa de permanecer com seus pertences. Depois de alguns minutos em que tentava escolher quais pertences priorizar, conseguiu ficar com algumas roupas e cobertas, porém toda a estrutura de sua barraca foi despejada no caminhão do DMLU. Em ações como essas é possível compreender que as estruturas que servem de moradia e proteção e que estrutura uma possibilidade de noção de pertença e propriedade para as pessoas em situação de rua são consideradas lixo e objetos poluidores do meio ambiente, sendo carregados para o aterro sanitário.

A foto a seguir ilustra a mesma remoção sob uma outra perspectiva, demonstrando a presença de dois veículos e agentes da Guarda Municipal, que organizavam o trânsito de modo a desviá-lo do local onde estava acontecendo a ação.

Fotografia 5: Remoção sendo realizada por órgãos públicos



Fonte: Roger Souza – arquivo pessoal (2018)

Esses registros demonstram o modo como ocorrem as remoções na cidade, indicando a presença de vários veículos, agentes e recursos públicos para a remoção de barracas e pessoas em situação de rua. Cada remoção ocorre com algumas peculiaridades, a depender do horário do dia, da localização territorial do bairro e rua, da presença ou ausência de transeuntes e trânsito no entorno, do dia da semana, da proximidade ou distância com serviços de atenção e garantia de direitos, etc. Fica, no entanto, a certeza de que todas as remoções retiram muito mais que pertences e objetos, mas expropriam a construção de pertença dessas pessoas aos seus territórios de existência, aos vínculos afetivos e de apoio com a vizinhança e seu entorno, fazendo com que tenham que buscar esses laços em outros locais, além de travar uma busca por um novo espaço seguro para permanecer e morar.

Dentre essas histórias de remoções, retomo o relato de Roberto<sup>7</sup>, rapaz que trabalhava durante o dia como guardador de carros e à noite dormia com sua barraca em uma praça pequena e

---

<sup>7</sup> Nome fictício.

pouco movimentada também do bairro Santana, que passou por uma remoção. Roberto relatou que durante uma madrugada estava dormindo e foi acordado pelo barulho de um caminhão do DMLU e de trabalhadores que o acordaram exigindo que saísse da praça. Sem ter tempo de organizar suas coisas, Roberto pegou o que pôde e deslocou-se para uma rua próxima à praça onde ficava, buscando um espaço para se abrigar. Nesse processo, perdeu alguns documentos e receituários médicos que havia recentemente encaminhado junto aos serviços de saúde. Roberto relatou que, apesar de receber muito apoio dos moradores do entorno da praça onde ficava, incluindo alimentação e outras doações, acreditava que a denúncia tinha vindo de algum deles, e não retornou mais ao local anterior com medo de sofrer novas remoções.

Outra situação semelhante de remoção foi vivenciada por André<sup>8</sup>, que tinha condições crônicas complexas de saúde, incluindo um estágio avançado de AIDS, problemas respiratórios crônicos que exigiam uso contínuo de vasodilatadores, além do uso intenso de *crack*. Nos encontros realizados com André nas ruas, era muito comum ele estar de cabeça baixa, respirando profundamente e com muita dificuldade, principalmente pelo agravamento de suas condições de saúde. Em um desses encontros, André lembrou das remoções pelas quais passou estando em situação de rua, onde permanecia em uma barraca junto a uma grande avenida da cidade juntamente com sua companheira.

Por conta das constantes remoções pelas quais passou, a barraca de André apresentava furos na lona e buracos por onde a chuva e o frio entravam, o que o expunha a situações de frio intenso e muita umidade, molhando colchão, cobertas e roupas, agravando sua situação de saúde, principalmente suas condições respiratórias. Uma das idas ao campo deu-se em um dia frio e chuvoso, não sendo possível permanecer em frente a sua barraca, e a conversa com André só pôde ocorrer após o deslocamento até uma marquise que ficava no outro lado da rua. Só ali era possível escutar André de maneira adequada e minimamente protegida. Nesse dia, André relatou que estava precisando de lonas, pois não estava conseguindo dormir durante a noite por conta do frio, da chuva e do vento. A ausência de estrutura de proteção fazia com que suas condições de saúde se agravassem, expondo-o a mais riscos.

Nas várias remoções que André sofreu, eram levados seus pertences, retirada a estrutura da barraca, os documentos, remédios, receituários e todo um aparato de objetos do seu cotidiano que demarcavam sua vida, que definiam seus contornos de pertencimento e de vinculação com o sistema social, que o protegiam, que o identificavam e que, de alguma forma, o situavam no campo dos direitos e da cidadania. Após as remoções, ao contrário do que fez Roberto, André retornava para o

---

<sup>8</sup> Nome fictício.

mesmo local, construindo com as doações que recebia uma nova moradia improvisada. Um dos fatores que faziam André retornar para o mesmo local era porque naquele mesmo ponto permanecia durante o dia em mendicância, segurando uma placa em que pedia dinheiro. Muitas pessoas que trabalhavam ou circulavam pelo local já o conheciam e forneciam doações diversas com frequência. Assim, sair daquele local era abrir mão dessa rede de apoio que existia e que garantia suporte mínimo para sua sobrevivência.

João<sup>9</sup>, ao contrário de Roberto e André, criou uma estratégia para manter sua moradia, mesmo com as ameaças e situações de remoção intensificadas na cidade. João construiu sua moradia-móvel em cima de uma estrutura com rodas e ferro, utilizando madeiras e lonas, o que fez com que pudesse se deslocar pela cidade sempre que desejasse ou precisasse, evitando assim a perda de sua estrutura e pertences. Inicialmente, João permanecia em um canteiro próximo ao Viaduto da Conceição, no centro da cidade, onde relatou ter sofrido ameaças de expulsão durante uma madrugada; meses depois, João muda-se para uma praça da cidade, permanecendo com sua moradia-móvel, que ganhou uma pintura de *grafitte* de um artista local. É possível perceber, com isso, que João encontra uma estratégia própria para permanecer com sua moradia de maneira a buscar segurança, deslocando-se quando necessário e mudando seu local de fixação de acordo com a situação e os riscos em cada espaço.

Diferentemente da estratégia adotada pelas pessoas acima mencionadas, é muito comum nas ruas observar pessoas que não fixam moradia, não possuem barracas e desenvolvem uma dinâmica nômade pela cidade, mudando de rua, bairro ou região com frequência, levando consigo uma mochila ou saco com pertences. Essas dinâmicas de nomadismo desenvolvem-se como formas de sobrevivência, dificultando a localização e a identificação das barracas e pessoas, evitando possíveis situações de violência e remoção. Esses diferentes modos de pertencer e se relacionar com as ruas vão demonstrando questões, decisões e preferências pessoais, mas também dão pistas sobre a necessidade de elaboração de diferentes estratégias de sobrevivência que a gestão territorial da necropolítica das cidades impõe às pessoas em situação de rua.

Como exemplo dessas diferentes estratégias é possível relatar a situação de Paulo<sup>10</sup>, homem que está em situação de rua na região central da cidade há cerca de 8 anos. Paulo permanece junto a dois amigos embaixo de uma aba de um prédio durante a noite, dormindo em um colchão com cobertores; ao acordar, assim que a manhã se inicia, Paulo dobra sua cama improvisada e a esconde entre os galhos de uma árvore em frente ao prédio, onde a deixa até o início da noite seguinte. Durante o dia, Paulo circula pela cidade, acessa os serviços e locais onde se alimenta, faz sua higiene

---

<sup>9</sup> Nome fictício

<sup>10</sup> Nome fictício

e coleta materiais recicláveis para venda, retornando no período da noite para dormir. Paulo relata que, com isso, os vizinhos e moradores da região ficam menos incomodados, já que, durante o dia, não há qualquer sinal da presença de pessoas em situação de rua no local. Ele conta que já teve barraca em outros momentos, mas que foram retiradas em ações de remoção. Com isso, desfez-se da ideia de ter barraca e aprendeu a esconder seus pertences em árvores, onde a identificação e o acesso aos pertences ficam restritos. A saída encontrada por Paulo sinaliza uma relação com a rua em que se torna possível permanecer por mais tempo com seus pertences, dada à estratégia de escondê-los em um local de difícil acesso.

Essas diferentes formas de organização e permanência nas ruas, ao mesmo tempo que são formas de sobrevivência frente às estratégias necropolíticas, às ameaças de retirada de pertences, intimidações e violações, trazem consequências também para o campo das políticas públicas, à medida que dificultam que as equipes que atuam nas ruas localizem as pessoas para dar continuidade a ações de saúde e de assistência social. O que, conseqüentemente, ampliará a situação de vulnerabilidade e riscos a que são expostas nas ruas.

Assim, as situações levantadas traduzem alguns recortes da multiplicidade de vivências experienciadas pelas pessoas em situação de rua, mas apontam para um contexto em que as remoções parecem traduzir uma prática comum na cena da cidade, a ponto de produzir um processo de naturalização por parte do poder público, da sociedade e das pessoas em situação de rua. Tendo suas moradias e pertences jogados fora a qualquer momento, suas casas invadidas sem qualquer possibilidade de impedir tal ação, tendo que abrir mão dos bens materiais, fotos, memórias, papéis, documentos, receitas de medicamentos, roupas e outros pertences, produz-se uma outra relação com a cidade e com a moradia, completamente diversos daqueles vivenciados pela população domiciliada. Com isso, surgem, também, formas diversas de autocuidado, de relação com os bens materiais, que podem estar relacionados com a efemeridade concreta dos pertences nas ruas e com a iminência de expulsões.

Pensar nas consequências desses deslocamentos forçados e remoções implica um olhar atento para as dinâmicas de vida dessas pessoas, pois elas vão construindo redes e estratégias que produzem uma trama de proteção frente aos riscos que a permanência nas ruas as expõe. As táticas de gestão territoriais da necropolítica rompem com essas redes, retirando qualquer possibilidade de propriedade material e de pertencimento ao território, expondo as pessoas a situações ainda mais vulneráveis e promovendo uma sensação medo constante, uma espécie de trauma social (FURTADO, 2011) que é produzido com essa série de violações.

Para sobreviver e viver nas ruas, as pessoas vão tecendo formas de sobrevivência, munindo-se de estratégias e estruturas físicas como as lonas, colchões, papelões, caixas, madeiras e outros objetos que auxiliam na proteção contra o frio, a chuva, o vento, e fornecem alguma segurança e privacidade, impondo um limite físico entre a rua como espaço de transição, de passagem e circulação, e a rua como local de moradia e sobrevivência. Com a retirada forçada da estrutura material, as pessoas acabam expostas a mecanismos de morte física, compreendidos a partir da exposição cada vez maior e mais intensa às intempéries, aos riscos da rua e às próprias ações violentas que ocorrem juntamente das remoções, incluindo, em muitos momentos, violações por conta do uso da força policial e de outros órgãos públicos e de segurança.

Ainda, vão se equipando de certas estratégias simbólicas de sobrevivência, adquirindo um saber produzido na vivência da rua, chamada pelos participantes do MNPR-RS de “Ruologia”, que envolve o reconhecimento do território, seus riscos, suas possibilidades de sobrevivência, e as redes de apoio e afeto, principalmente das parcerias e amizades da rua e das relações com padrinhos e madrinhas, que são pessoas assim apelidadas por ajudar fornecendo dinheiro, alimentos e doações das mais diversas formas.

De espaço de trânsito na cidade, a rua passa a se constituir em uma forma de viver, como descreve o trecho: “Uma vez fortalecida as vinculações ao espaço da rua, pode-se instalar um processo em que a rua passa a ser o espaço primordial de relações pessoais e estratégias de sobrevivência, conduzindo a uma gradativa adesão aos códigos das ruas como local de moradia e trabalho (BRASIL, 2011, p. 24)”. Com o rompimento dessas redes, produz-se morte simbólica e subjetiva, à medida que vão sendo tolhidas as possibilidades criação de vinculações com territórios, grupos sociais e espaços da cidade por conta dos processos bruscos e violentos de deslocamento, rompendo laços afetivos e de apoio.

Dessa forma, tem-se o aumento da exposição aos fatores danosos à saúde, aproximando esses corpos da morte física, e da vulnerabilidade dessa população frente aos determinantes sociais que condicionam a saúde e os processos de adoecimento, diminuindo sua capacidade de resistência e elaboração de estratégias de sobrevivência e produção de vida. Assim, as consequências das estratégias territoriais passam, inevitavelmente, por um debate em torno dos determinantes sociais em saúde, considerando que as condições de vida das pessoas, em suas mais diversas formas, fragilizam ou potencializam a situação de saúde das pessoas em situação de rua.

Com base nas produções da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde (2008), podemos compreender que os determinantes sociais compõem-se de diversos níveis de abrangência que vão desde as dimensões individuais como os comportamentos e estilos de vida, até

os macrodeterminantes, incluindo as condições de vida e trabalho, condições de alimentação e de nutrição, saneamento básico e habitação, condições de emprego, ambiente e saúde, acesso a serviços de saúde e informação, redes sociais e comunitárias, dentre outros. Essas questões, se pensadas considerando a situação concreta de vida da maioria das pessoas que se encontram nas ruas em contraposição a outros segmentos populacionais, caracterizam um quadro em que a população em situação de rua se encontra em uma posição de maior vulnerabilidade e exposição aos fatores condicionantes de risco e adoecimento.

Assim, a distribuição de saúde e doença na sociedade não se dá de forma aleatória, mas está associada aos determinantes sociais, à posição social, às condições socioeconômicas, culturais e ambientais em que determinadas pessoas e grupos populacionais estão colocadas, e que delineiam um processo de estratificação econômica e social (COMISSÃO NACIONAL SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE, 2008). Desse modo, a posição social e as condições de vida das pessoas em situação de rua as engendram em vulnerabilidades e riscos no que tange os determinantes sociais em saúde, que por sua vez são potencializados com as táticas de gestão territoriais da necropolítica.

A seguir, serão discutidas formas supostamente mais sutis de gestão territorial e compreendem a presença de estruturas físicas, comumente fixas, que são colocadas junto à arquitetura da cidade e que produzem, direta ou indiretamente, a expulsão e o deslocamento das pessoas em situação de rua dessas localidades.

### **Arquiteturas, estruturas e dispositivos de expulsão**

Dispositivos físicos que também expressam parte da estratégia necropolítica atuante na gestão territorial podem ser detectados pela cidade, dispostos na arquitetura dos espaços públicos e privados que derivam de algumas estruturas espaciais da cidade que impedem ou dificultam o trânsito e permanência de pessoas em situação de rua. Essas armações são chamadas de estruturas “antimoradores de rua”, “antimendigo” ou “tecnologias de expulsão” (SCHUCH, GEHLEN & SANTOS, 2017) e produzem uma relação com o território que indica quais espaços da cidade são possíveis de serem acessados ou não.

Essas estruturas são colocadas ou construídas embaixo de viadutos, próximas a prédios residenciais e comerciais ou mesmo em bancos de praças e locais públicos e podem assumir versões escancaradas ou mais disfarçadas, que se escamoteiam na arquitetura das cidades (ANDRADE, 2011). Nas versões mais disfarçadas, é possível observar o uso de grades, muros, portões, e uma série de

armações metálicas que cercam e inibem o acesso e trânsito de pessoas em determinados espaços – estruturas comuns nas grandes cidades, que comumente são utilizadas e justificadas socialmente com objetivo de segurança e proteção de patrimônio. Outros dispositivos, como as armações pontiagudas de concreto colocadas no chão em locais públicos, viadutos e esquinas, localizam de forma mais direta a função de tornar desconfortável a presença de pessoas no local, seja caminhando, sentadas ou deitadas sob a estrutura, escancarando sua função de tecnologia de expulsão.

Por mais que pareçam estética e funcionalmente diferentes, esses artifícios têm por objetivo dificultar o acesso e a permanência de pessoas em determinados pontos da cidade, afetando mais diretamente a população de rua que busca locais de abrigo e de proteção contra a exposição à violência e/ou às intempéries do tempo. Podem ser colocados tanto pelo setor privado, em frente a estabelecimentos comerciais, quanto por moradores, proprietários de imóveis e órgãos públicos.

Andrade (2011) discute a existência desses dispositivos espaciais a partir de sua funcionalidade na vida da cidade, como descrito abaixo:

Os dispositivos espaciais podem contribuir sobremaneira para minimizar os problemas urbanos. Por outro lado, também podem concorrer para agravá-los. É dramático reconhecer que essa arquitetura sitiada não é inadvertida, mas uma estratégia projetual deliberada para a segregação socioespacial, que conta com o interesse e incentivo do mercado imobiliário, com a aprovação da parcela da sociedade que a consome e deseja, com a cumplicidade do Poder Público, que não só a permite como, em certos casos, a implementa. (ANDRADE, 2011, s.p.)

É muito comum, na cidade de Porto Alegre, observar tais estruturas, principalmente na região central, evidenciadas, principalmente, em espaços públicos e onde há grande circulação de pedestres, tanto nas proximidades de prédios públicos quanto comerciais e privados. A posição do poder público frente a essas estruturas parece escancarar um acordo tácito, já que parece não existe qualquer medida restritiva ou de controle sobre a edificação dessas estruturas e, mais do que isso, muitas delas são construídas e mantidas por órgãos públicos.

Como exemplos dessas estruturas, a foto a seguir retrata a fachada frontal de uma rede bancária privada na região central de Porto Alegre. É possível verificar uma estrutura de metal gradeada disposta em uma parte da calçada, logo ao lado da entrada do banco, impedindo o acesso de pessoas àquele trecho do passeio público, evitando que permaneçam ou durmam naquele local. A estrutura adentra em parte da calçada, avançando desde a fachada do banco até as margens da rua, espaço público de circulação da cidade.

Fotografia 6 – Estrutura metálica gradeada em frente a banco



Fonte: Diário de Campo (2018)

Esse gradeado não se trata de uma estrutura disposta para valorizar esteticamente o espaço, mas de um mecanismo espacial disposto para restringir a presença e permanência de pessoas. Não me recordo da disposição e dinâmica de funcionamento desse espaço antes da construção do gradeado, mas é possível supor que era utilizado como abrigo para pessoas em situação de rua, pois é um endereço com grande circulação, visto que se localiza próximo a serviços públicos e terminais de ônibus, fornece abrigo e está localizado em um recuo da rua – características procuradas por aqueles que buscam um lugar para dormir. É possível notar, inclusive, a presença de objetos parecidos com vasos na parte interna do gradeado onde anteriormente poderiam ser utilizados para a plantação de pequenas árvores e flores, e que, atualmente, servem como cinzeiros e depositários de pequenos lixos para os cidadãos que transitam na região.

De modo geral, as agências bancárias – sejam privadas ou públicas - são também procuradas por pessoas em situação de rua e por famílias em situação de vulnerabilidade social para a realização de mendicância, afinal, o uso das agências normalmente é feita pela população para transações bancárias que incluem saque e deslocamentos com dinheiro, o que torna esses espaços alvo de pedidos de doações das pessoas em mendicância e de venda de pequenos produtos como balas e

panos de prato. É muito comum, ao transitar nesse local durante a inserção no campo, identificar a presença de pessoas em frente ou no entorno a bancos, principalmente pessoas em situação de rua.

A foto seguinte demonstra o uso de uma estrutura metálica em um monumento histórico tombado no Paço Municipal na região central de Porto Alegre, em frente à sede da Prefeitura. A estrutura gradeada em torno da *Fonte Talavera de la Reina* dificulta o acesso de turistas à obra e a permanência de pessoas em situação de rua ao local. A entrada na parte interna das grades é dificultada tanto pela presença das grades quanto pela patrulha contínua de agentes da Guarda Municipal no local, que pode ser verificada em diferentes momentos do dia.

Fotografia 7 – Estrutura metálica gradeada ao redor de monumento

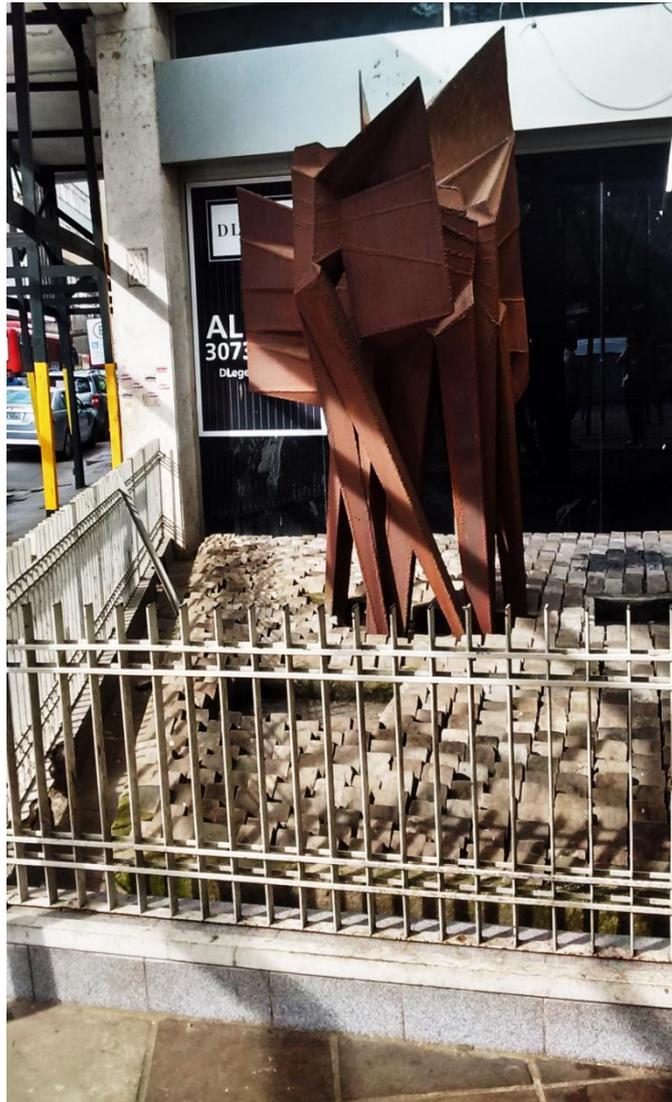


Fonte: Diário de campo (2018)

Esse é um exemplo de estrutura espacial erguida pelo setor público, visto estar disposta em uma praça da cidade em frente a um órgão público municipal. Apesar de ser gradeada e vigiada, é comum observar pessoas em situação de rua e ciganas que permanecem no local, encostando-se nas grades como forma de apoio.

A foto seguinte demonstra a utilização de dois dispositivos espaciais em conjunto, uma estrutura metálica gradeada funcionando como um cercado em volta de uma obra de arte e armações pontiagudas de concreto no chão. Essas estruturas, localizadas em frente a uma agência de banco público na região central de Porto Alegre, impedem a aproximação e a permanência de pessoas no espaço próximo à obra.

Fotografia 8 – Estruturas metálica e pontiaguda usadas em conjunto



Fonte: Diário de Campo (2018)

Essa estrutura demonstra a sobreposição de duas construções, as grades, que dificultam o acesso de pessoas no local, e as armações pontiagudas no chão, que impedem a permanência ou o uso do espaço para dormir, e, novamente, não contribuem para qualquer perspectiva estética ou de embelezamento. A estrutura também indica outra face da estratégia necropolítica, que diz respeito à

compreensão sobre quem pode ou não acessar determinados equipamentos e serviços da cidade, especialmente quando se trata de um serviço que compreende uma relação direta com o modo de produção capitalista, como no caso dos bancos, cujo acesso está restrito aos clientes, que possuem recursos monetários para tal. Assim, além de ser um espaço comumente excludente pela sua função social estar relacionada com a circulação de capital financeiro, os bancos retratados através dessas fotos reproduzem as táticas de gestão territoriais da necropolítica, delimitando quem pode acessar e permanecer em frente a esses locais.

A foto seguinte ilustra outro tipo de estrutura espacial que denota uma relação dos espaços públicos da cidade com mecanismos territoriais de controle e expulsão. Trata-se de uma praça na região central na cidade onde há a presença de bancos com estruturas metálicas no centro dos assentos. Essa praça localiza-se próxima a um cinema, prédios residenciais e comerciais, onde há, historicamente, a presença de pessoas em situação de rua. Por se tratar de um espaço público da cidade, a instalação dessas estruturas foi feita pelo poder público municipal.

Fotografia 9 – Banco com estrutura metálica



Fonte: Diário de Campo (2018)

Essas estruturas estão espalhadas por essa praça e outros parques da cidade e parecem mais sutis visualmente que as outras estruturas gradeadas expostas anteriormente. Tamanha é sua sutileza, que se camuflam nos bancos e podem ser vistas apenas como divisórias. Um olhar mais atento, entretanto, permite compreender que essas estruturas estão dispostas para dificultar ou impedir que pessoas deitem ou durmam no local. Por se tratar de uma praça com presença de barracas e pessoas em situação de rua, a existência desses bancos indica a instalação dessas estruturas com fins necropolíticos, objetivando evitar a presença de pessoas em situação de rua nesse espaço.

Essas arquiteturas construídas na cidade vão inibindo o contato das pessoas com o outro, mantendo-o fora, excluído, como uma parte da realidade social a não ser vista, construindo barreiras urbanas e arquitetônicas que delimitam o acesso de determinadas pessoas nesses espaços da cidade (ANDRADE, 2011). As estruturas evidenciam a política e a relação de parte da sociedade com as pessoas em situação de rua. As estratégias antimorador de rua expressam concepções que compreendem que as ruas e a cidade podem ser ocupadas somente por certas camadas sociais, sendo permitidas a essas, juntamente com o poder público, executar as medidas que foram possíveis para expulsar aqueles que não detêm o mesmo direito e o estatuto de cidadãos da cidade.

Outras estratégias antimoradores de rua são menos expostas e não necessitam da armação de estruturas físicas como as descritas anteriormente. Duas delas são relatadas com frequência por pessoas em situação de rua atendidas, que são os jatos de água e o uso de produtos como creolina, táticas usadas por membros da comunidade em geral e que podem trazer consequências importantes para a integridade física e a saúde das pessoas, traduzindo o caráter necropolítico de sua utilização.

O uso de jatos de água é utilizado, principalmente, por moradores e proprietários de imóveis e prédios, que empregam essa estratégia para jogar água nas pessoas que permanecem ou dormem nas abas desses lugares, molhando o chão e as pessoas que permanecem no local, forçando o deslocamento para outros espaços da cidade. Essas práticas, além de produzir a expulsão das pessoas, causam o encharcamento e perda de pertences, documentos, roupas, além de ser causa de possíveis adoecimentos por conta da exposição intensa ao frio e ao ambiente molhado/úmido. A creolina, produto químico que pode ser usado como desinfetante, possui forte dor e é lembrado pelas pessoas em situação de rua, que relatam já terem passado por situações em que o produto foi utilizado no chão dos espaços onde dormiam. O uso da creolina, além de produzir forte odor e ardor nos olhos, causa dificuldades para respirar e pode produzir feridas na pele quando em contato direto.

Esses dispositivos são utilizados com a justificativa de que a presença de moradores de rua em determinados locais gera mau cheiro, incômodo visual, produzindo ameaças de vandalismo e depredação do patrimônio público, reforçando uma imagem estigmatizada da população de rua como “poluidores do espaço urbano” (SCHUCH, GEHLEN & SANTOS, 2017). Com o uso e disseminação desses mecanismos, a cidade vai tecendo suas artimanhas excludentes, produzindo estruturas que reforçam a separação já existente entre aqueles que podem habitar a cidade e aqueles que têm esse direito negado por meio de violências das mais diversas formas.

As estruturas ilustradas aqui são apenas algumas que estão colocadas em Porto Alegre, escolhidas por conta de sua centralidade e facilidade de visualização. Entretanto, basta caminhar com atenção pelas ruas, mesmo em alguns bairros mais afastados da região central, e é possível reconhecer mais dessas armações. Novas estruturas têm surgido na cidade, especialmente em frente a bancos, hotéis, prédios residenciais e outros estabelecimentos que possuem recuo para as ruas e onde há abas e paredes que oferecem abrigo. Algumas, inclusive, parecem tão naturais aos nossos olhos que sequer notamos ou conseguimos problematizá-las como dispositivos colocados para a produção de exclusão.

Essas táticas na arquitetura da cidade, somadas às ações de remoção e deslocamentos forçados anteriormente discutidos, produzem um movimento constante de expulsão das pessoas em situação de rua de determinados pontos da cidade, fazendo com que precisem, frequentemente, movimentar-se em busca de territórios e locais onde possam permanecer com segurança. Com isso, observamos um processo de higienização social nas regiões mais centrais que produz a migração das pessoas em situação de rua para bairros mais afastados do centro, onde as ações de remoção são menos frequentes e torna-se mais viável montar estruturas fixas e espaços de moradia mais elaborados.

### **Gentrificação e seus atravessamentos necropolíticos nos espaços da cidade**

A estratégia necropolítica, como discutido a partir de sua face de gestão territorial e espacial, parece traduzir um projeto de cidade que é executado a partir das remoções ocorridas em Porto Alegre, que reforçam uma perspectiva de deslocamento de populações pobres de determinadas regiões da cidade, e da construção de estruturas de expulsão na arquitetura da cidade, que vão traçando uma dinâmica de gentrificação pelos territórios.

Nesse sentido, Andrade (2011) traça um histórico das remoções na dinâmica das grandes cidades brasileiras, indicando que esses processos ocorrem desde o fim do século XIX, quando

circulava pelas grandes cidades um consenso social de que as moradias das classes populares da época – em grande parte imigrantes e trabalhadores pobres que habitavam moradias precárias e insalubres – eram as causas dos problemas urbanos, sanitários e de saúde, necessitando de intervenções estatais com objetivo de controle, interdição, demolição e expulsão. Esses mesmos argumentos, relacionados ao campo da higiene urbana e saúde, têm sido utilizados atualmente como justificativas para a intensificação das ações contra a população de rua.

As políticas higienistas culminam, segundo Andrade (2011), em uma série de intervenções urbanísticas nas áreas centrais das cidades, que se desenvolvem a partir do século XX, com a demolição dos cortiços e sobrados e a expulsão dos seus moradores, cuja função liberaria espaço para a construção de avenidas e obras de embelezamento urbano, retirando a pobreza dos centros urbanos e recolocando-os para a classe média e o setor privado de serviços. As remoções de favelas e de habitações informais urbanas também faz parte do cerco a segmentos populacionais de baixa renda no contorno das cidades brasileiras. Essas ações produzem a realocação das comunidades em conjuntos habitacionais, comumente de baixa qualidade e distante da rede de serviços e de apoio habitual (ANDRADE, 2011).

Essas estratégias de exercício do necropoder sob o território estão relacionadas com o racismo estrutural, que se desenvolve por meio da produção de uma espécie de governança espacial - nomenclatura descrita por Amparo-Alves (2010) para designar um processo de distribuição desigual das mortes que ocorre na cidade de São Paulo. Essa distribuição articula a discussão entre raça, violência estatal, vulnerabilidade social e espaço urbano, com a produção de uma “geografia da morte” ou “padrões mórbidos de governança espacial”, produtos da estratégia necropolítica que são executados a partir da gestão estatal do espaço urbano e do controle da população negra e pobre.

Nesse contexto, a favela é um dos lugares onde o Estado-força e as mais diversas formas de contenção social e terror tem se intensificado para o desenvolvimento do necropoder. Esse fato descreve o que Amparo-Alves (2010) vai nomear como “topografia de crueldade”, que inscreve determinados territórios e suas populações como alvos passíveis de serem mortos. A distribuição calculada da morte nesses territórios e corpos – marcadamente negros – configura a necropolítica moderna.

Essa discussão traduz a conflitiva ocupação do espaço urbano por diferentes grupos sociais e instituições, não somente por meio da ocupação física de prédios, casas e outros espaços, mas também através das relações sociais e da produção de lugares, significados, interações e conflitos que são produzidos a partir da relação de cada ocupante com o espaço (SCHUCH, GEHLEN & SANTOS, 2017). O Estado possui um papel ativo nesse desenho, em que a organização territorial da cidade é

ditada a partir da delimitação de quem pode ou não habitar determinados espaços e de quem deverá ser expulso para que se constitua a cidade desejada.

Mbembe (2016), ao analisar a relação do território-espaço com a soberania, resgata historicamente a ocupação colonial e as tecnologias de soberania e de violência implementadas com os povos colonizados – tecnologias, essas, que foram estendidas durante o nazismo e que se expressam contemporaneamente na relação do Estado com as chamadas ocupações coloniais tardias, como no caso da Palestina. A ocupação colonial ocorre, principalmente, por meio da aquisição, delimitação e do controle físico e geográfico, que produz uma fragmentação territorial que impossibilita qualquer movimento e que produz dispersão e segregação.

A partir da análise de processos políticos e sociais do continente africano pós-colonial, pode-se expandir a discussão sobre necropolítica de Mbembe para outros contextos da periferia do capitalismo, como descreve Hilário (2016):

Apesar do enfoque geográfico delimitado, não é exagero afirmar que a sua análise pode se aplicar ao conjunto da periferia do capitalismo, sobretudo quando percebemos o fenômeno das “massas supérfluas” que vivem num estado de absoluta precariedade, expulsos do arranjo socioeconômico atual e que ocupam as margens das grandes cidades. (HILÁRIO, 2016, p. 204).

Assim, apesar de descrever localidades espacial e politicamente distantes, essas tecnologias podem ser vistas em muitos contextos sócio-políticos brasileiros, que reproduzem um processo de ocupação fragmentada no contexto urbano contemporâneo, e que delimitam diferentes processos de reconhecimento social entre as populações. Pra Mbembe (2016), essas tecnologias utilizadas no contexto da ocupação colonial atuam a partir da classificação das pessoas em diferentes categorias e, conseqüentemente, na definição de quem importa e de quem não importa, quem é descartável e quem não é.

Para transpor essa análise para o período atual e o contexto das pessoas em situação de rua, é necessário compreender a ocupação colonial como uma espécie de dominação política, como descreve Almeida (2018):

A ocupação colonial não pode ser entendida apenas como um evento restrito ao século XX, mas como uma nova forma de dominação política em que se juntam os poderes disciplinar, biopolítico e necropolítico. A colônia, como forma de dominação, pode agora ser instituída dentro das fronteiras dos Estados como parte das chamadas políticas de segurança pública. (ALMEIDA, 2018, p. 94).

Assim, as fronteiras que são delimitadas nas diversas formas de ocupação colonial transpassam muros e se expressam dentro das fronteiras do Estado por meio de estratégias de dominação política, desenhadas principalmente a partir das políticas de segurança pública. Essas classificações, delimitações e fragmentações na ocupação territorial podem ser analisadas nesta dissertação a partir da relação violenta que se estabelece com a população de rua através da restrição de acesso, trânsito e permanência em determinados espaços da cidade, produzidos pelas remoções, produção de deslocamentos forçados e estruturação de armações expulsivas na cidade.

Esse processo transcreve um imaginário social que determina diferentes direitos às diferentes categorias de pessoas, ofertando a algumas o acesso irrestrito ao território, e a outras a expulsão. Segundo Mbembe (2016), essas violências podem ser compreendidas como formas originais de direito e exceção, proporcionando uma estrutura da soberania que define quais populações têm importância e quais não têm. Podemos citar, nesse ponto, uma série de acontecimentos que expressam os diferentes modos de funcionamento do Estado para determinados grupos. Enquanto que, para um determinado segmento populacional, o poder estatal atua garantindo a propriedade privada, com a população de rua essa garantia não mais existe – os pertences, normalmente o único resquício de propriedade privada dessas pessoas, são as primeiras coisas a serem confiscadas e removidas das ruas pelos agentes do poder público. Rua que é, até então, espaço público, de circulação, de ocupação.

As ações vão se desenvolvendo ao longo das décadas, perpassam diferentes processos e atravessam a realidade de muitos segmentos populacionais pobres no país, como as pessoas em situação de rua, moradores de ocupações urbanas ou rurais, moradores das conhecidas áreas verdes, de “invasões”, comunidades pobres e periféricas da cidade ou mesmo de regiões onde serão construídas grandes obras das cidades. Por meio de procedimentos jurídicos, políticos e outras estratégias de legitimação social, como as que acompanhamos na cidade de Porto Alegre, nomeadas reintegrações de posse, despejos, remoções, revitalizações, reurbanizações, limpeza urbana/humana, dentre outras, essas ações produzem o deslocamento forçado de determinados segmentos populacionais e desenham um projeto necropolítico para as cidades.

Esse processo vai ser descrito por Schuch, Gehlen & Santos (2017), ao discutir a historicidade da violência contra a população de rua e contra outros segmentos populacionais mais empobrecidos ou “dominados”. Para as autoras:

A violência contra a população em situação de rua não é um fenômeno recente. Pelo contrário, ela pode ser identificada no âmbito das violências contra grupos dominados, observada desde os primórdios da colonização brasileira. Ela se manifesta no conflito entre grupos dominantes, representados pelos senhores de escravos, proprietários (de terras, domicílios, comércios) ou aqueles que detêm a

prerrogativa de mando (como a política, por exemplo) e grupos sociais hierarquicamente inferiores, como mulheres, crianças, indígenas, entre outros, incluindo-se aí a população em situação de rua (SCHUCH, GEHLEN & SANTOS, 2017, p. 220-221).

Assim, configura-se um projeto político, econômico e social mais amplo, que legitima o desenvolvimento de políticas de morte contra algumas frações da população desde o período colonial. Recentemente, esse processo, em Porto Alegre, tornou-se ainda mais evidente, através de ações contínuas de remoção nos principais espaços da cidade, principalmente praças e parques onde habitam pessoas em situação de rua e que têm sido o foco da gestão governamental. Nesse sentido, um dos relatos trazidos durante a inserção do campo aponta para a existência de um plano da gestão municipal em revitalizar 70 praças, parques e espaços coletivos da cidade até o final da atual gestão municipal. O que parece se tratar apenas de um projeto de embelezamento da cidade e de retomada da jardinagem nas praças e parques, como apontado no texto do Plano Municipal de Superação da Situação de Rua através do eixo “Revitalização do Espaço Urbano” (PORTO ALEGRE, s.d.), pode trazer importantes consequências para a vida das pessoas em situação de rua que habitam esses espaços, que sofrerão violações e que se deslocarão para outros locais da cidade, onde, novamente, poderão passar por remoções, necessitando de mudanças recorrentes na organização de vida.

Com a expulsão das populações indesejadas, produz-se a (re)valorização e fomenta-se a especulação imobiliária dos espaços revitalizados, como podemos observar nos exemplos levantados nesse escrito, especialmente o Viaduto Otávio Rocha e a Orla do Guaíba. Assim, esses pacotes de revitalizações pela cidade transparecem um projeto amplo que articula a ação do Estado com o capital, que Furtado (2011) discute indicando três pontos principais através dos quais atuam:

1) investimentos de capital privado e a intervenção do poder público em alguns pontos da cidade: podem ser visualizados, por exemplo, através das intervenções do município de retirada da população de rua que permanecia no entorno e ao longo da Orla do Guaíba e a entrada da *Uber* como empresa gestora da manutenção desse espaço, a partir do pagamento de 1 milhão de reais à Prefeitura, recebendo, como contrapartida, a permissão para realizar publicidade no local, como descreve a notícia do Sul 21 (2018).

2) desvalorização de algumas áreas urbanas por meio do desinvestimento e descaso;

3) criação de oportunidades para novos investimentos lucrativos nessa região: que pode ser analisado a partir da instalação de *foodtrucks* e as licitações milionárias para os restaurantes que irão se instalar na Nova Orla, expulsando as antigas barracas de comerciantes que ficavam no local.

As regiões centrais das grandes cidades, por serem espaços de grande interesse público e privado, com grande concentração de comércio, serviços e órgãos públicos e com grande circulação e permanência de pessoas em situação de rua, acabam por expressar territórios de elevado interesse econômico e político, onde são realizadas ações articuladas a um processo de gentrificação. A gentrificação produz uma mudança na estrutura social local e na paisagem cultural da cidade, onde os espaços públicos passam a se tornar foco de investimentos voltados para o setor de comércio e serviços, restringindo o acesso de populações mais pobres. Esse processo, denominado de expulsão indireta (FURTADO, 2011) é comumente vivenciado por populações mais pobres, incluindo a população em situação de rua. Além da dificuldade de acesso a essas localidades, torna-se inviável conseguir moradia salubre nessas regiões da cidade por conta dos altos custos, produzindo a necessidade de deslocamento para bairros periféricos.

Os procedimentos de reinvestimento e gentrificação, que, num primeiro momento, transparecem aos olhos da sociedade como um melhoramento da cidade por meio da recuperação urbana, revitalização e restauração de pontos degradados, na verdade escondem a intensificação da elitização e a privatização de espaços onde circulavam e permaneciam pessoas de diversos segmentos sociais, expressando mecanismos do exercício necropolítico de produção de morte através do desalojamento, higienização e limpeza social, atravessados por processos de racismo, embranquecimento da cidade e transição étnica. O processo de embranquecimento e transição étnica carrega a historicidade da escravidão no Brasil e a estrutura racial do país e possui estreita relação com a discussão sobre a presença massiva da população negra ocupando as ruas das grandes cidades.

Como já mencionado anteriormente, Mbembe (2016) coloca a questão racial como central no debate sobre o necropoder, onde o racismo seria a tecnologia que produz e permite o exercício da política de morte, desempenhando uma função de regulação e distribuição das mortes, tornando possível a função assassina do Estado. Citando as produções de Foucault, o autor traz o debate sobre o Estado contemporâneo, situando que o direito soberano de matar e os mecanismos do biopoder fazem parte da constituição dessa versão do Estado.

Na formulação de Foucault, o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico – do qual toma o controle no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) “racismo” (MBEMBE, 2016, p. 128).

O Estado possui um papel primordial na sustentação desses processos constituintes do racismo e das divisões sociais, caracterizando-o como um importante ator mediador entre os interesses econômicos, políticos e sociais da população em geral e do setor privado. Furtado (2011) elenca algumas maneiras utilizadas pelo Estado para organizar e regular o uso do solo a partir de meios diversos, dentre eles:

1) O campo jurídico, por meio do zoneamento, que diz respeito à determinação estatal das atividades, a ocupação e o uso de solo em cada localidade. A atuação estatal pode ser pensada a partir de exemplos na cidade de Porto Alegre, como a delimitação de que a região central deve ser ocupada majoritariamente por serviços públicos e privados e o desenvolvimento de empreendimentos empresariais e de moradia da classe média, restando à população mais vulnerável apenas as regiões mais periféricas da cidade. Esse processo é demarcado pela questão racial, que compõem a esfera das populações colocadas à margem das grandes cidades.

No caso da população de rua, a situação parece ainda mais evidente a partir dos relatos trazidos. Ao mesmo tempo em que buscam as regiões centrais pela alta oferta de serviços, políticas públicas, comércio e circulação de pessoas, que favorecem pequenas atividades de venda e de troca, atividades de reciclagem e mendicância, sofrem recorrentes violações e intimidações para que se afastem do centro da cidade.

2) O segmento econômico, através do preço do solo e de políticas fiscais, que estão diretamente relacionados ao primeiro e que vão esboçando as populações que conseguirão habitar e/ou trabalhar em cada espaço da cidade. Isso pode ser visto a partir dos altos preços de aluguel e de compra de imóveis nas regiões centrais de Porto Alegre, que, novamente, atingirão a população negra bem como as pessoas em situação de rua, que encontrarão dificuldades, mesmo quando conseguem alguma forma de renda ou benefício social que permita o acesso à moradia, de conseguirem se manter nessas localidades, necessitando ir para regiões mais periféricas buscando meios de sobrevivência.

3) Os meios coercitivos, através do uso da força policial em ações de remoção e da ação direta do Estado, por meio de expropriação e implementação de infraestrutura em determinados pontos da cidade. Essa última categoria expressa de modo mais direto as ações discutidas nesta escrita, que atravessam o cotidiano da população de rua por meio das remoções, deslocamentos forçados, abordagens policiais, reintegrações de posse, estruturas de expulsão e demais procedimentos que esboçam o desenvolvimento da gentrificação como necropolítica territorial, principalmente na região central da cidade.

A seguir, serão discutidas táticas extremas da necropolítica que culminam na produção da morte física das pessoas em situação de rua, como consequência da brutalidade e da recorrência das diversas expressões da necropolíticas nas ruas.

## **TÁTICAS EXTREMAS: DA PRODUÇÃO DE MORTE SIMBÓLICA E SOCIAL À MORTE DO CORPO FÍSICO**

Nas diferentes categorias que expressam as táticas de exercício da necropolítica que atravessam a vida das pessoas em situação de rua, é possível compreender ações mais sutis e camufladas, como as estruturas de expulsão ou antimoradores de rua que são dispostas na cidade, até as remoções, os deslocamentos forçados, onde é utilizada a força física. Ao longo das discussões anteriores, buscou-se identificar os mecanismos que, apesar de não eliminarem a vida dos moradores de rua, fazem morrer na medida em que atingem elementos físicos e simbólicos que estruturam a vida nas ruas e atacam diretamente as necessidades sociais e de saúde. Esse processo aprofunda as desigualdades sócio-econômicas, aumentando a exposição dessa população a fatores danosos, aprofundando a vulnerabilidade ao adoecimento e à morte, em seus elementos mais sutis e simbólicos, até seus elementos mais extremos, tal como a eliminação física. Tudo isto traz implicações para os determinantes sociais em saúde e limitam os recursos e as possibilidades de permanência e resistência nas ruas.

Essas diferentes expressões da estratégia necropolítica não necessariamente apontam para uma gradação, hierarquização ou níveis de violações, pois qualquer violência é um ato extremo de produção de morte e deve ser encarada como tal. Entretanto, a expressão do necropoder que impede qualquer possibilidade de resistência, que retira qualquer possibilidade de superação, é a morte em si, senão como a mais brutal, ao menos a mais definitiva e extrema expressão da necropolítica. E, para compreender como se dá o plano último dos mecanismos necropolíticos, é preciso destrinchar as formas de matar e morrer nas ruas, observar suas dinâmicas, os processos anteriores e as sucessivas violações que culminaram nessa morte, pois elas escancaram as facetas da política de morte vigente em seu contorno último.

É evidente que as mortes nas ruas ocorrem das mais diversas formas, assim como ocorrem dentre aqueles domiciliados, ricos ou pobres. Entretanto, como vem sendo discutido nesta pesquisa, a estratégia necropolítica como mecanismo de extermínio de determinados segmentos populacionais e como forma de perpetuação do racismo se expressa de forma diferente sobre as pessoas em situação de rua, que estão mais vulneráveis e expostas a uma série de mecanismos diversos dos vivenciados pela totalidade do corpo social.

Serão discutidas nesta categoria duas mortes que ocorreram com pessoas em situação de rua, que permaneceram invisíveis e foram enlutadas somente por aqueles que, tendo perdido seus companheiros de rua, perderam também um pouco de si. Essas duas pessoas eram homens negros

que pude conhecer durante o caminho desta pesquisa e que passaram em sua trajetória de vida, seja quando em domicílio, seja no período em que se encontravam em situação de rua, por recorrentes violências. A importância de iniciar essa discussão pontuando novamente a questão racial diz respeito à faceta da necropolítica que coloca a população negra – e mais ainda a que se encontra em situação de rua – em uma posição social de grande vulnerabilidade, exposta recorrentemente à exclusão e a violências.

As duas mortes desenvolveram-se a partir de alguns elementos comuns, que se articulam com a discussão sobre o acesso da população negra à saúde, à educação e às demais políticas públicas; à discriminação e à grande exposição às violências que passam nas ruas. Os dois homens possuíam histórico de uso intenso de álcool e outras drogas, apresentavam questões graves em saúde, tinham vínculos familiares fragilizados – contando, apenas, com o apoio de alguns companheiros/as de rua – baixa escolaridade, pouca ou nenhuma vinculação com espaços formais de trabalho, dificuldades de acessos à rede de serviços – especialmente de saúde, necessários para dar continuidade a tratamentos – e passaram por várias situações de violência na rua, como ameaças, violência física e remoções.

a) Leleco – o dançarino das ruas

Leleco, como ele gostava de ser chamado, não tinha documentos nem barraca, dormia em um colchão que, mesmo colocado embaixo de uma árvore, pouco o protegia das chuvas e do clima severo que atinge a cidade de Porto Alegre no inverno. Leleco tinha cerca de 40 anos, era magro, porte médio. Trabalhava guardando carros em frente à praça, quando conseguia algum dinheiro para sua sobrevivência. Permanecia junto com alguns companheiros de rua junto a uma praça da cidade, onde recebiam apoio em forma de alimentação e outras doações de alguns moradores do bairro. Enquanto alguns os apoiavam, outros solicitavam aos órgãos do município sua retirada do local.

Inicialmente, em minhas primeiras aproximações com ele, permanecia afastado, falava pouco e quase não interagía. Seus companheiros de rua indicavam a necessidade desse usuário acessar serviços da saúde, pois havia questões graves que ele vinha apresentando por conta da epilepsia e do uso abusivo de álcool. Pouco se sabia sobre a história de vida dele, se tinha familiares, há quanto tempo estava na rua e o que o levou a essa situação. Leleco falava pouco, sua forma primeira de expressão era a dança e o riso fácil. Assim, foram necessárias visitas com frequência na praça onde Leleco e seus parceiros ficavam, e, com o tempo, foi-se construindo formas de se aproximar dele, de encontrar brechas e de despertar seu interesse.

Com o passar das semanas, a maneira encontrada para se aproximar de Leleco foi a música; bastava colocar uma caixa de som com alguma música dançante que ele se aproximava e apresentava uma espécie de dança das ruas, em que misturava *break*, *hip hop*, samba e fazia suas pequenas apresentações sorrindo, muitas vezes exercitando seus feitos de professor de dança para quem quisesse aprender. Leleco ria e se alegrava enquanto dançava, e entre uma música e outra dava alguns goles em sua garrafa de cachaça, que escondia entre algumas plantas que ficavam ao redor da praça.

Fazia anos que Leleco não fazia acompanhamento regular em saúde, o que fez com que sua condição de saúde fosse se agravando. Leleco emagreceu e os remédios para epilepsia não estavam funcionando como deviam por conta do uso de álcool. Leleco precisou ser atendido por equipes de saúde na praça e ir a serviços de saúde, onde realizou exames, permaneceu internado e intensificou seu tratamento medicamentoso para epilepsia. Leleco quis retornar para a rua após a internação, lá tinha seus companheiros de rua, seu canto improvisado e sua rede de afeto e apoio, que o auxiliou na continuidade da tomada de medicação.

Na praça onde Leleco ficava sempre havia uma pequena roda, pessoas jogando conversa fora, conversando sobre o tempo, compartilhando notícias dos últimos jogos do Grêmio ou do Inter e dividindo a mesma garrafa de cachaça. A rua, entretanto, trazia riscos importantes para a sua saúde, não só pela exposição climática, mas pela ingestão de álcool, que o colocava sob risco de atropelamentos e quedas, intensificadas pelas crises de epilepsia.

Um dia durante o período da tarde, Leleco não quis levantar do seu colchão embaixo da árvore, dizia estar com sono, querendo descansar. Desse sono, Leleco não acordou mais. Sua morte não saiu nas notícias, permaneceu desconhecida e foi sentida somente por aqueles que compartilharam da sua dança e de seu sorriso. A causa de sua morte permaneceu desconhecida, mesmo após ter sido atendido pela SAMU, levado a um hospital e encaminhado ao Instituto Médico Legal. Demorou dias até que sua família fosse localizada pelo hospital que guardava seu corpo; tempo depois, descobriu-se que fazia anos que não havia contato com familiares. Não fosse a localização da família feita pela equipe do hospital, Leleco teria o que chamam de “enterro de pobre”, auxílio fornecido pelo município a pessoas sem condições financeiras para arcar com os custos do enterro.

Meses após sua morte, saiu a liberação de sua consulta com o neurologista, para que pudesse dar continuidade ao seu acompanhamento para epilepsia. Leleco faleceu antes que pudesse ter acesso a um tratamento especializado para a sua questão de saúde.

b) André: um corpo não identificado

André<sup>11</sup> tinha cerca de 40 anos, vivia com sua companheira em uma barraca na beira de uma grande Avenida de Porto Alegre, em frente a um hospital, juntamente com um cachorro. As abas dos cruzamentos das vias e o parapeito da Avenida serviam de base para a sustentação de barracas e pequenas moradias, como as de André e de sua companheira, que tinham lonas e algumas partes da estrutura em madeira.

Por se tratar de local com grande trânsito de pessoas e pela posição de grande visibilidade de sua barraca, André e sua companheira passaram por várias remoções. Em uma delas, a moradia, os pertences e até mesmo a casinha de seu cachorro foram jogadas dentro de um caminhão de lixo do DMLU. Nesse dia, André e sua companheira fizeram parte de uma reportagem da Zero Hora, um jornal de grande circulação na cidade; na foto<sup>12</sup>, é possível ver André gesticulando para a câmera enquanto sua companheira tenta impedir o recolhimento de alguns pertences. Passada a remoção, relataram que conseguiram pegar algumas roupas e um carrinho de supermercado, onde colocaram aquilo que conseguiram separar durante a ação. Dentre as perdas, foram levados documentos pessoais e receituários médicos.

André fazia uso intenso de crack durante a noite e permanecia durante o dia em mendicância em frente a sua barraca, de onde tirava dinheiro para sua sobrevivência. Ele era atendido pontualmente por algumas equipes, que iam até o local para realizar o atendimento referente à sua condição crônica de asma, para a qual necessitava do uso contínuo de vasodilatadores (bombinhas), e para a AIDS, que vinha se desenvolvendo há anos sem tratamento. Os locais para exames e consultas referentes à AIDS implicavam a necessidade de deslocamento de André e seu afastamento da barraca, o que dificultava o acesso a serviços de saúde e a continuidade dos tratamentos. Em algumas conversas realizadas com ele, relatava que já havia perdido seus pertences muitas vezes por roubo e por remoções, e, por isso, não se afastava mais de sua barraca.

André quase sempre estava com dificuldades de respirar, caminhar ou permanecer em pé durante muito tempo. André contava que a cada nova remoção perdia a estrutura da barraca, necessitando de doações para reconstruir sua moradia. Durante o inverno frio e chuvoso de Porto Alegre, relatou que sua barraca estava com furos, fazendo com que ficasse exposto às condições climáticas, já que a chuva molhava suas cobertas, impedindo que conseguisse dormir e piorando sua condição de saúde, que passou a ficar ainda mais fragilizada nesse período. Sua companheira, como

---

<sup>11</sup> Nome fictício

<sup>12</sup> Optou-se por não informar a reportagem como forma de preservar a privacidade de André e sua companheira.

possuía melhores condições de saúde, saía para coletar materiais recicláveis, que eram vendidos em seguida em um dos galpões de reciclagem espalhados pela cidade.

André estava há anos sem tratamento para HIV, tendo desenvolvido AIDS, e vinha apresentando episódios de vômitos com sangue, falta de apetite, piora no quadro respiratório e emagrecimento. Segundo relatos, André estava passando mal junto a sua barraca, caiu ao chão e um transeunte, na tentativa de solicitar atendimento de urgência, viu a situação e tentou acionar o SAMU por diversas vezes, recebendo negativas de atendimento. Essa é uma questão muito comum relacionada às solicitações de atendimento de urgência e emergência para a população em situação de rua, que traduz uma postura discriminatória dos serviços frente ao atendimento desse público. É comum ouvir relatos de atendentes da SAMU que negam a prestação do atendimento, alegando que as pessoas em situação de rua podem estar drogadas, alcoolizadas, que podem ser violentas e uma série de justificativas que são dadas quando se trata de garantir o acesso a esse serviço.

Após inúmeras tentativas, foi enviada uma ambulância para o local. Segundo relatos dos trabalhadores dos serviços que os atenderam, André faleceu durante o deslocamento da ambulância até o Hospital, o que indica que a agilidade no atendimento da ambulância poderia ter salvado sua vida. Por não portar documento de identificação pessoal consigo e estar sozinho durante o acolhimento da SAMU, seu corpo não foi identificado. André era um corpo sem identidade, um indigente. Somente dias depois, com o cruzamento de dados da segurança pública e do Hospital que André foi identificado, foi possível localizar seus familiares e realizar os procedimentos referentes ao enterro.

\*\*\*\*\*

Esses casos, apesar de retratados aqui por meio das especificidades de cada caso, retratam os relatos e sentimentos trazidos por pessoas em situação de rua e versam sobre uma situação complexa de dificuldade de acesso à saúde e às demais políticas públicas, e ilustram um processo de invisibilidade social e desvinculação com a estrutura social que promove acesso aos meios de cidadania, especialmente para as pessoas negras que se encontram em situação de rua. Ao fazer o exercício de resgatar as histórias de vida desses dois homens negros e suas vivências enquanto estavam nas ruas, faz-se importante considerar o contexto mais amplo que tangencia essas vidas, que produziram a ida para as ruas e a sequência de violações que sofreram. Isso é necessário para

que se compreenda as formas pelas quais a necropolítica produz essas mortes, demonstrando que determinados corpos e vidas não têm valor.

A articulação entre necropoder e racismo por meio da morte da população negra é analisada na pesquisa desenvolvida por Amparo-Alves (2010), que avalia dados do DATASUS sobre padrões de morbidade e mortalidade por causas externas/doenças na cidade de São Paulo/SP. Considerando que a categoria raça é um “fator determinante das condições de vida, do acesso aos bens sociais e das políticas de (in)segurança pública” (AMPARO-ALVES, 2010, p. 95) o autor demonstra que a população negra e pobre, marcada pela exposição a condições de extrema pobreza e de vulnerabilidade, está mais suscetível a mortes prematuras, preveníveis e evitáveis que outros segmentos populacionais. Além disso, estão mais suscetíveis a mortes por violência letal, como homicídios, assassinatos e violência policial. Esse processo, denominado pelo autor de geografia social e espacialização da morte, traduz um mecanismo da estratégia necropolítica que atua sobre a vida da população negra.

Essa discussão, amparada em dados de outro estado do país, articula-se com algumas produções da cidade de Porto Alegre, em que os dados sobre as condições sociais da vida da população negra demonstram um contexto de exclusão e marginalização, tanto no que diz respeito às dificuldades de acesso às políticas públicas, quanto às altas taxas de doenças preveníveis como tuberculose e HIV/AIDS e a exposição a diferentes formas de violência (PORTO ALEGRE, 2013). Isso traduz, de muitas formas, esse processo de espacialização da morte, que é acentuado pelos agravantes da permanência na rua.

Para Amparo-Alves (2010), o debate aponta para uma necropolítica racial da morte, em que o Estado tem um papel fundamental. Segundo o autor:

[...] a gestão do espaço urbano toma características mórbidas, isto é, ela se dá por meio de uma necropolítica racial em que o Estado mata por deixar morrer (omissão) ou por sua cumplicidade com a reprodução contínua e dissimulada de um padrão de relações raciais que se quer cordial, mas que tem a sua expressão máxima na distribuição desigual da morte – prematura e prevenível – entre negras e negros. (AMPARO-ALVES, 2010, p. 111)

O espaço urbano das ruas, tomado a partir da discussão levantada acima, indica um território em que a necropolítica racial se desenvolve tanto por meio da omissão, como retratada na dificuldade de acesso às políticas públicas como o SAMU, no caso anteriormente discutido, quanto por meio da reprodução da desigualdade racial, transcrita nas duas mortes que ocorreram pelo agravamento de doenças preveníveis, tratáveis e evitáveis. O papel do Estado novamente aparece

como ator mediador e propulsor desses processos, como agente responsável pela disseminação das estratégias necropolíticas por meio da omissão frente às necessidades de saúde dessa população.

Essas duas mortes que permaneceram invisíveis frente às táticas necropolíticas na cidade não foram noticiadas e tampouco foram enlutadas, pois traduzem exemplos de vidas precárias. As vidas precárias, por não serem reconhecidas como vidas, podem se submeter às mais complexas situações de violações sociais (BUTLER, 2016). Suas mortes, portanto, ocorrem sem que se tenham disposições afetivas, sem que se desenrolem socialmente processos de luto. Desta forma, a não percepção destas mortes como perda representa uma continuidade dos mecanismos de violência, um processo que parece demarcar a produção de desumanização destas vidas.

Esse processo é discutido por Pimentel *et al* (2015), ao estudar manchetes de notícias sobre homicídios de pessoas em situação de rua em Maceió, em que são percebidos processos de apagamento dessas vidas. Nas notícias, o termo “morador de rua” é designado para indicar todas as mortes. Não há nomes, história, características físicas, referências pessoais, nem nenhuma característica que identifique as vítimas. Segundo o autor, “O que está latente é a ideia de que os moradores de rua são pessoas supostamente sem história. É como se fossem apenas aquilo que a aparência indica: pessoas que não têm vínculos ou laços, nem um lugar para morar” (PIMENTEL *et al*, 2015, p. 51).

O apagamento ocorre por meio de um esquema que nega sua existência e que não considera sua morte como passível de luto, ou se desenvolve a partir de um mecanismo que relaciona as pessoas em situação de rua com uma noção de inimigo, como discute Mbembe (2006), ou na esfera do inumano, como descreve Butler (2011), na discussão abaixo:

Esses esquemas normativos operam não apenas produzindo ideais do humano que fazem diferença entre aqueles que são mais e os que são menos humanos. Às vezes eles produzem imagens do menos que humano, à guisa do humano, a fim de mostrar como o menos humano se disfarça e ameaça enganar aqueles de nós que poderiam pensar que conseguem reconhecer outro humano ali, naquele rosto. Mas muitas vezes esses esquemas normativos funcionam precisamente sem fornecer nenhuma imagem, nenhum nome, nenhuma narrativa, de forma que ali nunca houve morte tampouco houve vida. Estas são duas formas distintas de poder normativo: um opera produzindo uma identificação simbólica do rosto com o inumano [...]. A outra funciona por meio de um apagamento radical, como se nunca tivesse existido um humano, nunca houvesse existido uma vida ali, e, portanto, nunca tivesse acontecido nenhum homicídio (BUTLER, 2011, p. 28 – 29).

Esses mecanismos, discutidos através de expressões das táticas extremas da necropolítica, apontam para a articulação entre as diferentes formas do necropoder que atravessam a vida das pessoas em situação de rua e que produzem como consequência última a morte. Essas mortes não

ocorrem necessariamente por meio de um assassinato direto ou uma forma de extermínio que seja conduzido diretamente pelo Estado ou outros atores, mas vão sendo produzidas de modo processual, com o atravessamento de uma série de violações que ocorrem ao longo do tempo, sendo atravessadas, também, pelo racismo estrutural.

Assim, ao longo do desenvolvimento das análises sobre as diferentes formas de táticas necropolíticas que atravessam o cotidiano das pessoas que se encontram em situação de rua, fica evidente o papel do Estado enquanto agente propulsor e mediador das expressões do necropoder, seja por meio de ações diretas de produção de morte, seja através de formas indiretas através da omissão frente às violações. Entretanto, a estratégia necropolítica desenvolve-se em consonância com um corpo social hegemônico que reproduz e justifica socialmente o uso do necropoder sobre determinadas camadas da população, como a que se encontra em situação de rua. O tópico a seguir propõe-se a discutir algumas considerações sobre as táticas necropolíticas e o corpo social, como forma de compreender suas articulações.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE AS TÁTICAS NECROPOLÍTICAS E O CORPO SOCIAL

Este tópico tem por objetivo discutir algumas considerações sobre as articulações existentes entre Estado e sociedade como agentes que produzem, reproduzem e reforçam discursos e táticas necropolíticas sobre a população em situação de rua. Essa articulação atravessa todas as expressões de necropolítica discutidas, em que a atuação de atores da sociedade civil e de agentes estatais opera em consonância para a produção das tecnologias e na construção de estruturas que perpetuam a segregação social e racial na cidade, delimitando os espaços da cidade em que cada cidadão pode ou não habitar. Com esse processo, as pessoas em situação de rua sofrem recorrentes violações, não sendo reconhecidas socialmente como seres habitantes da mesma cidade, sujeitos de direitos, munidas de subjetividades e de desejos próprios. A rua, assim, tampouco é reconhecida como um espaço de viver no mundo, tornando-se apenas espaço de trânsito, de circulação, e não de permanência.

Esse processo de ausência de reconhecimento social como sujeitos coloca as pessoas domiciliadas em polo aposto às pessoas em situação de rua, construindo uma distância social ainda maior e situando-as em posições sociais antagônicas: as domiciliadas como pessoas para as quais a cidade e o espaço público são designados e apropriados, sendo permitido seu acesso, trânsito e permanência, e as pessoas que se encontram em situação de rua como aquelas para as quais o direito à cidade é negado em todas as suas formas (SCHUCH, GEHLEN & SANTOS, 2017). Essa situação aparece ao se dialogar com moradores de alguns bairros da cidade, onde estão fortemente presentes discursos de ódio que defendem a retirada das pessoas em situação de rua das proximidades dos seus prédios e residências com a anuência da intervenção do Estado.

Cada vez mais, o que aparece nos discursos sociais é uma exacerbação de falas carregadas de ódio, de termos que desumanizam as pessoas em situação de rua e que as colocam como meros objetos a serem retirados e removidos. Esses discursos aparecem em relatos trazidos no campo, em que pessoas em situação de rua são alvos de falas discriminatórias, racistas, preconceituosas, criminalizantes, e de ameaças de violência, de remoção e retirada de pertences de moradores domiciliados, que desejam impedir a permanência dessas pessoas no entorno de suas casas, prédios e comércio. Assim, ao mesmo tempo em que as táticas de exercício da necropolítica produzidas pelo Estado são solicitadas e legitimadas por setores da população, não há qualquer forma de regulação ou coibição de tais ações, o que faz com que seja permitida a execução de medidas próprias e diretas sobre as pessoas em situação de rua.

Assim, mesmo quando as violações não são produzidas diretamente por agentes estatais, a omissão do Estado frente a essas situações também transcreve uma forma de violência institucional, como descreve Amparo-Alves (2010). O autor compreende o espectro da violência institucional para além das ações diretas de violência estatal como a violência policial ou negação de direitos, incluindo também os atos e violações tolerados ou incentivados pelo Estado, com a finalidade de justificar ou reproduzir as hierarquias sociais e relações de desigualdade.

Essa discussão parece apontar para uma leitura de dois grandes blocos hegemônicos de discursos políticos e sociais que se interrelacionam, justificam e legitimam as violações contra a população em situação de rua e que são, de muitas formas, legitimados ou tolerados pelo Estado: a) aqueles que vinculam a população em situação de rua com a presença de ameaças, sujeira, drogas, vagabundagem, crimes, ou seja, com riscos sociais, de segurança e de saúde que essas pessoas podem produzir no contato e convivência com o restante da população e da cidade; b) e aqueles que, articulados com os primeiros, utilizam processos de gestão política da cidade na promoção de revitalizações e restaurações de determinados espaços para produzir ações de remoções e limpeza urbana – nesse caso, de limpeza social, étnica e racial.

Esses discursos sustentam-se em uma construção social que coloca as pessoas em situação de rua como inimigos a serem combatidos, cuja eliminação faz-se necessária, como argumenta Mbembe (2016):

A percepção da existência do outro como um atentado contra minha vida, como uma ameaça mortal ou perigo absoluto, cuja eliminação biofísica reforçaria o potencial para minha vida e segurança, eu sugiro, é um dos muitos imaginários de soberania, característico tanto da primeira quanto da última modernidade (MBEMBE, 2016, p. 129).

Assim, a construção da imagem de moradores de rua como inimigos sociais é instituída. Sendo inimigos e não tendo valor, podem sofrer violações e ser exterminadas brutalmente sem nenhuma responsabilidade social ou luto. Esse processo culpabiliza a população em situação de rua por questões decorrentes de problemas estruturais da cidade e da sociedade e de décadas de descaso público com determinadas regiões, incluindo questões de segurança pública, criminalidade, uso e tráfico de drogas, limpeza urbana e vigilância sanitária precárias, dentre outros. Tendo identificado os inimigos e os atores responsáveis pelas questões da cidade, a saída encontrada é removê-los, retirá-los de cena para que uma suposta cidade ideal seja retomada. Essas ações, entretanto, não resolvem os conflitos e questões da cidade, pelo contrário, geram e intensificam problemas sociais, urbanos e de gentrificação, como foi discutido anteriormente.

Parece emergir um conflito em que os diferentes atores sociais, incluindo os atores estatais e membros da comunidade em geral, ocupam posições sociais e de poder distintas que produzem efeitos na maneira de compreender, de viver e de intervir sobre a cidade, e que atravessam a dinâmica da situação de rua, assumindo uma espécie de controle do uso do espaço da cidade, como descreve Furtado (2011):

Assim, o processo assume a forma de uma tensão permanente entre os diversos setores da sociedade na disputa pela apropriação e controle do uso do espaço para propósitos individuais e sociais. Para isso o instrumento da propriedade privada, a intervenção do Estado e outras formas de poder de classe e social são elementos fundamentais (FURTADO, 2011, p. 42).

Essa disputa entre as diferentes formas de estar e ocupar o espaço da cidade parece transcrever uma sinergia entre o Estado e alguns setores da população, indicando que “a relação entre os aparelhos repressivos do Estado e as esferas difusas da vida civil tem múltiplas conexões e disjunções” (BENTO, 2018, s.p.). Apesar de utilizarem ferramentas e agentes diferentes, os produtos violentos das práticas promovidas por membros da sociedade e por atores estatais tendem a, igualmente, reforçar táticas necropolíticas: enquanto moradores de um prédio se utilizam de jatos de água fria para retirar um morador de rua da aba do condomínio, o Estado pode utilizar de atores legitimados socialmente, como os agentes da segurança pública, para forçar a saída de moradores de rua de algum ponto da cidade, produzindo o deslocamento forçado dessas pessoas.

A partir disso, o processo de produção dessas violências e da relação entre Estado e sociedade civil só pode ser pensado dentro de uma teia complexa de relações, em que há uma série de atores e instituições mediadoras. Esse processo está diretamente relacionado aos acontecimentos discutidos, pois as pessoas em situação de rua estão sob a mira de mecanismos de necropoder não somente do Estado, do governo e suas ações, mas também de um conjunto de sujeitos sociais que discursam e agem de forma semelhante. Trata-se de um processo em que a disseminação de direitos de governar é ampliada, como descreve Mbembe (2016):

Uma de suas principais características é que as operações militares e o exercício do direito de matar já não constituem o único monopólio dos Estados, e o “exército regular” já não é o único meio de executar essas funções. [...] emerge um mosaico de direitos de governar incompletos e sobrepostos, disfarçados e emaranhados, nos quais sobejam diferentes instâncias jurídicas *de facto* geograficamente entrelaçadas, e nas quais abundam fidelidades plurais, suseranias assimétricas e enclaves (MBEMBE, 2016, p. 139).

Esse trecho transcreve a discussão a respeito da disseminação de táticas necropolíticas entre o corpo social, seja com a intermediação ou não do poder estatal. Com diversos agentes civis cuja

posição social fornece o poder de governar, o exercício da necropolítica tem ocorrido com frequência na cidade, especialmente na gestão territorial, executada a partir de práticas autônomas de expulsão da população em situação de rua das proximidades de prédios comerciais e residenciais. Essas ações disseminam o direito de violar e de matar e transcrevem a existência de diferentes exércitos na sociedade, como descrito por Mbembe (2016, p. 139): “Milícias urbanas, exércitos privados, exércitos de senhores regionais, segurança privada e exércitos de Estado proclamam, todos, o direito de exercer violência ou matar”.

A estratégia necropolítica, portanto, pode ser exercitada não somente pelo Estado e por agentes institucionais e formais, mas desenvolve-se, articula-se e é exercido também de forma disseminada em outras fontes, como descreve Valencia (2010, p. 145): “Así, la necropolítica detenta un carácter múltiple, ya que es igualmente ejercida por los actores ilegítimos como por los actores legítimos de la biopolítica (el gobierno, el Estado, el discurso) y se legitima a través de estos”.

Dessa forma, apesar de reconhecer o Estado como agente gestor do campo político e institucional que produz violências sobre as pessoas em situação de rua, é necessário compreender as diferentes formas com que o necropoder atua sobre a sociedade, pois o poder não está confinado ou concentrado no Estado como agente único e como lugar determinado. O poder transita por um processo micropolítico (FOUCAULT, 2017), estrutura-se para além das instituições governamentais, e configura discursos sociais que legitimam as diferentes formas de exclusão e violação de direitos. O poder não se dá, não se troca, mas é exercido e está intrinsecamente relacionado com o campo da ação e de relações de força, que constitui e subjetiva sujeitos (GALLO, 2004).

Essa dinâmica do poder transcreve uma compreensão em que o poder está disseminado e esparramado pela sociedade, sendo discutido por Gallo (2014) a partir de cinco pontos: 1) o poder se exerce, é algo que todos exercem e sofrem; 2) as relações de poder são imanentes, ou seja, toda e qualquer relação social será permeada por relações de poder; 3) o poder está na base tanto do dominador quanto do dominado; 4) as relações de poder são intencionais, ou seja, o poder é estratégico, é guiado por metas, objetivos e uma determinada racionalidade; 5) se há poder, há resistência e uma série de contrapoderes.

Essa conceitualização do poder pode auxiliar na reflexão sobre a relação entre Estado e sociedade e as formas e arranjos complexos com que esses diferentes atores e suas ações atravessam o cotidiano da vida nas ruas. O campo de forças representado pelo Estado e seus atores não é homogêneo, as contradições são intrínsecas e ele, seus órgãos e ações, e aos grupos que o ocupam e executam suas políticas. O Estado é constituído e engloba diferentes vertentes e coletivos políticos, além de diversas entidades prestadoras de serviços, que compõem um espectro de

concepções sobre o próprio Estado e as Políticas Públicas.

Ao pensar na relação do Estado com a população em situação de rua, essas concepções vão produzir consequências tanto no campo da garantia de direitos e acesso às políticas públicas, quanto na arena prática das violações de direitos, remoções e as mais diversas formas de violência institucional que foram discutidas ao longo desta dissertação. O que tem se fortalecido, entretanto, em meio ao atual cenário brasileiro, é a exacerbação dos discursos e táticas de exercício da necropolítica, especialmente considerando os recentes acontecimentos no campo político eleitoral.

Essa questão traz um ponto importante para debate, pois o Estado acaba por representar duas esferas de ações sobre a vida das pessoas em situação de rua, ora como agente produtor de violações, ora como agente que promove e oferta e o acesso às políticas públicas e à garantia de direitos. O conceito de necrobiopoder de Bento (2018) pode auxiliar na compreensão das diferentes posições assumidas pelo Estado no que tange à população em situação de rua: ao mesmo tempo em que o Estado oferta algumas políticas públicas - frutos, também, de muita luta social -, executa ações higienistas, repressoras e de extermínio dessa população. A produção de vida e de morte ocorrem simultaneamente, como discutido no trecho a seguir:

[...] o necrobiopoder unifica um campo de estudos que tem apontado atos contínuos do Estado contra populações que devem desaparecer e, ao mesmo tempo, políticas de cuidado da vida. Dessa forma, proponho nomear de necrobiopoder um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados e outros que devem morrer (BENTO, 2018, s.p.).

O conceito de necrobiopoder parece transcreever a relação que esses diferentes atores – sociedade civil e Estado – se relacionam com a esfera das ruas, e dialoga com achados do campo e com as discussões teóricas desta dissertação. Da mesma forma como o Estado, as técnicas de promoção de vida e de morte são disseminadas pelo campo social englobado pela sociedade civil, que (re)produz diferentes concepções e discursos sobre as pessoas que se encontram em situação de rua. Em meio a esse cenário, brotam também coletivos de resistência e de produção de vida, que constituem espaços e movimentos de tensão, negociação e diálogo entre as pessoas em situação de rua – representados principalmente pelo MNPR – e as gestões governamentais e Estado, com a disputa de pautas e elementos sobre a definição e execução das políticas públicas.

## ÚLTIMAS PALAVRAS

Para finalizar esta escrita, serão apresentados alguns desafios e limites que podem ser destacados nos resultados desta dissertação e que produzem desdobramentos importantes para dar seguimento a estudos futuros sobre necropolítica nas cidades contemporâneas. Em seguida, será apresentada uma síntese reflexiva das principais discussões desenvolvidas, com vistas a pensar caminhos que indiquem possíveis saídas de luta frente às táticas de exercício da necropolítica existente. Esses pontos não são conclusivos, ao contrário, indicam reflexões e questões a serem desenvolvidas, e são convites para o pensamento, para a ação e para a articulação política.

O conceito de necropolítica foi a ferramenta utilizada para a compreensão e leitura da realidade da população de rua, considerando as situações de violência e violações de direitos acompanhados nos percursos desta pesquisa e na vivência da cidade, que foram relatadas pelas pessoas em situação de rua que se dispuseram a dividir suas existências e pensamentos. Obviamente, o recorte metodológico não permite e nem enseja uma análise totalizante que esgote as possibilidades de necropolíticas que atravessam a vida nas ruas. Além disso, a compreensão da realidade deu-se por um recorte bem específico, possível a partir das ferramentas metodológicas escolhidas e pelo olhar de uma pesquisadora que não possui trajetória de rua-moradia.

Uma temática interessante de ser compartilhada e aprofundada em outras escritas diz respeito à análise dos modos pelos quais as táticas necropolíticas produzem processos de morte e morrer também nos trabalhadores das políticas públicas que atuam junto à população em situação de rua. A estratégia necropolítica, enquanto política de produção de morte, é ampla e multifacetada, e reproduz seus efeitos psicossociais no corpo dos trabalhadores, à medida que sustenta estruturas que impendem a atuação profissional no sentido da efetivação de direitos sociais e que podem, também, desencadear efeitos violadores. Estar no lugar de escuta dos testemunhos de violência e violação de direitos produz ressonâncias importantes que também são fruto da estratégia necropolítica de produção de atores precários.

Uma discussão a ser feita com profundidade sobre o atual contexto das ruas em Porto Alegre diz respeito ao avanço da presença de crianças e adolescentes em situação de rua. A permanência de crianças e adolescentes nas ruas envolvem mecanismos necropolíticos específicos e transcrevem formas diferentes de ocupar e estar nas ruas, apresentando características e implicações diversas das vividas pelos adultos em situação de rua. Grande parte das crianças e adolescentes vinculam-se às ruas como forma de sobrevivência, por estarem em mendicância ou outras formas de trabalho infantil, principalmente no acompanhamento dos pais ou cuidadores, e não necessariamente se

encontram em situação de rua moradia, dormindo nas ruas. Entretanto, essa situação fere direitos fundamentais do ECA como o direito à infância, à brincadeira, à escola, ao convívio familiar, à moradia, à proteção, dentre outros, e tem se intensificado em Porto Alegre como produto dos contextos político, econômico e social mais amplos que foram discutidos anteriormente. Essa situação nos remete a um cenário comum na década de 1990, mas que agora precisa ser compreendido frente às novas dinâmicas da vida urbana brasileira.

Outro eixo que pode ser compreendido através do conceito de necropolítica diz respeito às especificidades de gênero e sexualidade nas ruas, como a vivência das mulheres, gestantes e das pessoas LGBTQIA+. Aprofundar esse debate faz-se importante para analisar a maneira como esses grupos minoritários tecem relações nas ruas, como se dá o acesso e utilização dos serviços e políticas públicas e quais as especificidades da necropolítica sobre essas vidas. No percurso de campo, foi possível elencar algumas situações que envolviam esses grupos, trazendo para esta pesquisa alguns elementos de discussão, entretanto, parece ser necessário compreender de modo mais próximo as violências específicas que atravessam essas pessoas e os modos de sobrevivência e resistência construídos no percurso da vida nas ruas.

Outra questão que se coloca como necessária para próximas pesquisas diz respeito à análise de outras expressões da necropolítica, compreendendo que seus mecanismos são diversos e difusos. Dentre elas, as táticas midiáticas da necropolítica, que precisa ser estudada considerando a influência que os discursos da mídia – especialmente das produções hegemônicas – têm frente à sociedade e à produção e reprodução de conteúdo sobre a população em situação de rua. Ao longo da pesquisa, nos dois anos que se passaram entre o ingresso junto ao percurso do Mestrado até o momento atual, muitas foram as mudanças necessárias no desenho da pesquisa para dar conta das alterações próprias do campo e da trajetória da pesquisa, dentre elas, a mudança do enfoque da mídia como instrumento necropolítico para a análise de outras estratégias como as trabalhadas nesta pesquisa. Assim, essa possibilidade fica em aberto para próximos estudos como um debate relevante.

Apesar de focar na estratégia necropolítica produzidas pelo Estado e pelas forças da sociedade civil, é necessário pontuar a existência de muitos atores e discursos sociais que se contrapõem aos discursos hegemônicos e às táticas necropolíticas. A realidade das ruas é muito mais complexa e integra elementos e histórias de vida que se contrapõem à necropolítica, pelas redes de apoio, de solidariedade e de resistência que tecem a vida nas ruas e o cotidiano de atores estatais e não estatais que atuam junto a essa população.

Muitos são os relatos e falas de membros de movimentos sociais, incluindo o MNPR-RS, de trabalhadores das políticas públicas, estudantes ou habitantes de Porto Alegre que contestam essas ações e que têm permanecido como fonte de resistência e de luta contra os retrocessos políticos e sociais e as ações de higienização e gentrificação da cidade. Esses discursos, historicamente,

conseguiram produzir visibilidade e sustentar a criação, continuidade e ampliação de Políticas Públicas e a garantia dos direitos para a população de rua. Resta dizer que, apesar de precárias, muitas políticas públicas existentes traduzem esforços de dissonantes discursos e práticas de atores e movimentos sociais que buscam enfrentar a estratégia necropolítica contra a população em situação de rua, traduzidos nos serviços e nas políticas atuais.

Faz-se necessário, também, apontar para as resistências possíveis dentre desse cenário, resistências essas que as pessoas em situação de rua encabeçam historicamente, por meio de estratégias individuais ou coletivas, como junto ao MNPR-RS. Dentre elas, faz-se importante resgatar alguns exemplos traçados nesta pesquisa, como a resistência de pessoas em situação de rua em retornar ou permanecer nos espaços públicos, mesmo após reiteradas ameaças, remoções e violações; a criação de formas de moradia alternativas que driblam as táticas de expulsão, como a moradia-móvel elaborada por um homem em situação de rua; e a criação de estratégias coletivas de resistência, como a Ocupação Aldeia Zumbi dos Palmares.

A Ocupação Aldeia Zumbi dos Palmares, primeira ocupação organizada do MNPR-RS, mostrou ser um grande ato de resistência à estratégia necropolítica, principalmente por se tratar de uma ocupação coletiva, com o apoio de movimentos sociais e de órgãos de defesa dos direitos humanos. Além disso, a ocupação trouxe um marco importante por ter como pauta principal a luta por moradia, apontando para uma grande falha existente no campo das Políticas Públicas atuais, que diz respeito à inexistência de políticas habitacionais efetivas e acessíveis que superem as alternativas temporárias e instáveis de moradia expressa nos alugueis sociais e no acolhimento institucional. A negação da permanência no terreno que ocorreu por meio da reintegração de posse demonstra o caráter necropolítico do Estado no que diz respeito ao direito à moradia e à cidade.

A ocupação, além de ter sido um local de moradia, organização coletiva e política, produziu, também, um espaço de cuidado em saúde e redução de danos. Esse é um ponto enfatizado por pessoas usuárias de drogas que estavam na Ocupação, que trouxeram vários relatos sobre a diminuição contínua do uso de drogas e a constituição de outras formas de lazer e prazer, a construção de outras redes de relações institucionais e informais que se deram a partir das combinações coletivas, das regras construídas e das lutas. Essa experiência indica a necessidade de pensar Políticas Públicas que estimulem tais iniciativas e que considerem a necessidade de recriar seus serviços e ofertas de cuidado que incluam outras formas de pensar a relação com a saúde e o uso de substâncias psicoativas.

A experiência da ocupação aponta para a necessidade do reconhecimento social e político sobre a urgência de repensar o uso da cidade, dos espaços públicos, dos terrenos e prédios vazios frente a um contexto cada vez maior de empobrecimento e de migração de famílias e grupos para a situação de rua, incluindo crianças, adolescentes e idosos. O atual momento político do país, em que

assistimos a recomposição de esferas da extrema direita, com suas posições racistas, machistas e fascistas que ascendem ao poder, traduz um contexto em que ações de resistências como essa precisam ser fortalecidas, para que sejam garantidas políticas públicas e um projeto de sociedade que considere as necessidades de minorias sociais como a população em situação de rua.

Com relação a todas essas questões e pensando nesta dissertação também como um espaço possível de leitura de realidade e de produção de resistências, cabe indicar os princípios da Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua (BRASIL, 2008), que indicam alguns elementos que contrapõem as necropolíticas em vigor contra as pessoas em situação de rua:

I – Promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos;

II – Respeito à dignidade do ser humano, sujeito de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais;

III – Direito ao usufruto, permanência, acolhida e inserção na cidade;

IV – Não-discriminação por motivo de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, nacionalidade, atuação profissional, religião, faixa etária e situação migratória;

V – Supressão de todo e qualquer ato violento e ação vexatória, inclusive os estigmas negativos e preconceitos sociais em relação à população em situação de rua.

Os princípios levantados acima apontam para elementos que dialogam com esta dissertação, à medida que as táticas de exercício da necropolítica discutidas articulam-se com questões relacionadas ao direito à cidadania, à permanência e direito à cidade e aos direitos sociais de modo amplo, às questões relacionadas à interseccionalidade, bem como com as situações de violações e violências a que as pessoas em situação de rua vivenciam. Esses eixos apontam para caminhos ainda necessários de serem construídos, frente a todos os desafios e ameaças a que as políticas públicas que atingem a população em situação de rua enfrentam, especialmente com os resultados das eleições presidenciais de outubro de 2018, que apontam para o aprofundamento das desigualdades sociais, retiradas de direitos sociais e violência contra as minorias sociais.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte/MG: Letramento, 2018.

AMPARO-ALVES, Jaime. Necropolítica Racial: A produção espacial da morte na cidade de São Paulo. Goiânia: **Revista da ABPN** – Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as). V.1, n.3, p. 89 – 114, 2010.

ANDRADE, Patrícia Alonso. Quando o design exclui o Outro - Dispositivos espaciais de segregação e suas manifestações em João Pessoa/PB. **Revista Arquitextos**, nº 134, ano 12, jul. 2011.

BENTO, Berenice. **Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?** Cadernos pagu, nº 53, 2018

BOCA DE RUA. Luto e Luta, Porto Alegre: **Jornal Boca de Rua**. Ano XVI, nº 63, abril/maio/junho 2017. Disponível em: <<https://jornalbocaderua.wordpress.com/>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2018.

BORGES, Juliana. Necropolítica na metrópole: extermínio de corpos, especulação de territórios. **Blog da Boitempo**. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/06/01/necropolitica-na-metropole-extermínio-de-corpos-especulacao-de-territorios/>> Acesso em: 2 de julho 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da população em situação de rua: um direito humano**. Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop**. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua**. Brasília, 2008.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

\_\_\_\_\_. Vida precária. **Contemporânea** – Dossiê Diferenças e (Des)Igualdades. UFSCar: São Carlos, n. 1, p. 13 – 33, 2011.

CANOFRE, Fernanda. A pedido de moradores do Centro, Brigada Militar retira população de rua do viaduto na Borges. **Sul 21**, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2015/07/a-pedido-de-moradores-do-centro-brigada-militar-retira-populacao-de-rua-do-viaduto-na-borges/>>. Acesso em 18 de novembro de 2018.

CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso & PADILHA, Maria Itayra. Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. Florianópolis: **Texto Contexto Enfermagem**, v. 27, n. 2, 2018.

CAVALHEIRO, Patrícia. Decisão judicial mantém funcionamento da Escola de Porto Alegre, que atende moradores de rua. **Imprensa do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www1.tjrs.jus.br/site//imprensa/noticias/?print=true&idNoticia=449875>>. Acesso em: 17 de novembro de 2018

COMISSÃO NACIONAL SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE. **As Causas Sociais das Iniquidades em Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

DE PAULA, Gabrielle. Viaduto Otávio Rocha em Porto Alegre fica sem barracas e moradores de rua após ações policiais. **G1 RS**, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2018/08/02/viaduto-otavio-rocha-em-porto-alegre-fica-sem-barracas-e-moradores-de-rua-apos-acoes-policiais.ghtml>>. Acesso em: 22 de setembro de 2018.

FOGLIATTO, Débora. Prefeitura de POA afirma que população que estuda na EPA será acolhida em outra escola. **Sul 21**, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/postsrascunho/2014/10/prefeitura-de-poa-afirma-que-populacao-que-estuda-na-epa-sera-acolhida-em-outra-escola/>>. Acesso em 10 de julho de 2018.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In: **Em defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 285 – 315.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FURTADO, Carlos Ribeiro. **Gentrificação e (re)organização urbana em Porto Alegre**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2011.

GALLO, Silvio. Repensar a Educação: Foucault. **Educação & Realidade** v.29, n.1, p. 79-97, 2004.

GOMES, Luís Eduardo. Prefeitura remove pessoas em situação de rua e promete ‘revitalizar’ Av. Goethe com *food trucks*. **Sul 21**, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/cidades/2018/09/prefeitura-remove-pessoas-em-situacao-de-rua-e-promete-revitalizar-av-goethe-com-food-trucks/>>. Acesso em 10 de outubro de 2018.

G1 RS. Viaduto Otávio Rocha ganha área para gastronomia itinerante neste fim de semana em Porto Alegre. **G1 RS**, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2018/08/04/viaduto-otavio-rocha-ganha-area-para-gastronomia-itinerante-neste-fim-de-semana-em-porto-alegre.ghtml>>. Acesso em 03 de novembro de 2018.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. Dossiê – Desigualdades e interseccionalidades. **Mediações**, Londrina, v. 20 n. 2, p. 97 – 128, 2001

HILARIO, Leomir Cardoso. Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo. **Sapere aude** – Belo Horizonte, v. 7 – n. 12, p. 194 – 210, 2016.

JORNAL BOCA DE RUA. **Luto e Luta**. Ano XVI, n. 63, abril/maio/jun, 2017. Disponível em: <<https://jornalbocaderua.wordpress.com>>. Acesso em: 14 de agosto 2018.

KOPTTIKE, Alberto & BASSANI, Fernanda (Org.). **Mapa da Segurança Pública e dos Direitos Humanos de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora Bestiário, 2014.

LONDERO, Mário Francis Petry; CECCIM, Ricardo Burg & BILIBIO, Luiz Fernando Silva. Consultório de/na Rua: desafio para um cuidado em verso na saúde. **Interface – comunicação, saúde, educação**, UNESP, Botucatu, 18 [49], 2014.

MARIANO, Cynara Monteiro. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. Curitiba/UFPR: **Revista de**

**Investigação Constitucionais**. V. 4, n. 1, p. 259 – 281, 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Espanha: Mesulina, 2011.

\_\_\_\_\_. **Necropolítica**. **Arte & Ensaios** – Revista do PPGAV/EBA/UFRJ. Rio de Janeiro, n. 32, dez 2016

MEDEIROS, *Mara Rosange Acosta*. A Passagem do "Pente-Fino" nas Concessões do Benefício de Prestação Continuada e do Programa Bolsa Família: uma breve reflexão. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 23, n. 2, jul./dez., 2017

MENDES, Jussara; SILVEIRA, Sandra. Nas páginas dos periódicos: construção social e realidade do fenômeno morador de rua. **Textos & Contextos**: Porto Alegre, vol. 4, núm. 1, p. 1-12, 2005.

MEHRY, Emerson Elias. O conhecer militante do sujeito implicado: o desafio de reconhecê-lo como saber válido. In: Túlio Batista Franco; Marco Aurélio de Anselmo Peres. (Org.). **Acolher Chapecó. Uma experiência de mudança do modelo assistencial, com base no processo de trabalho**. 1 ed. São Paulo: Editora Hucitec, v. 1, p. 21-45, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e Saúde**. Temas em Saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia & ESCÓSSIA, Liliana (orgs). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PIMENTEL, Elaine et al. Mortes invisíveis: um estudo sobre homicídios de moradores de rua em Maceió. **Configurações** – Revista de Sociologia, vol. 16, p. 41 – 54, 2015.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. **Decreto nº 19.885, de 30 de novembro de 2017**. Institui os benefícios Bolsa Auxílio Moradia e Bolsa Formação e Qualificação Profissional para jovens e adultos em situação de rua, beneficiários do Projeto Mais Dignidade. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <[http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/2304\\_ce\\_207992\\_1.pdf](http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/2304_ce_207992_1.pdf)> Acesso em: 4 de novembro 2018.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. **Escola Porto Alegre**. Porto Alegre, s.d. Disponível em: <<http://websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas/epa/>> Acesso em: 1 de outubro 2018.

PORTO ALEGRE, Prefeitura Municipal. As condições sociais da população negra em Porto Alegre. **OBSERVANDO**: Revista do Observatório da Cidade de Porto Alegre. Secretaria Municipal de Governança Local. Porto Alegre, v. 3, n. 4, 2013. Disponível em: <[http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu\\_doc/revista\\_observando\\_negro\\_revista\\_digital.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/revista_observando_negro_revista_digital.pdf)>. Acesso em: 22 de setembro de 2018.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. **Plano Municipal de Superação da Situação de Rua**. Porto Alegre, 2018. Disponível em: <[http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cs/usu\\_doc/poprua18.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cs/usu_doc/poprua18.pdf)>. Acesso em: 30 de outubro de 2018.

RIBEIRO, Djamilia. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SCHUCH, Patrice; GEHLEN,IVALDO; SANTOS, Simone Ritta (Orgs.). **População de rua: políticas públicas, práticas e vivências**. 1ª ed. Porto Alegre: Cirkula, 2017.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: Bidou-Zachariasen, C., **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. *São Paulo: Annablume, 2006*.

SUL 21. Em troca de publicidade, Uber fará manutenção da nova Orla do Guaíba. **Sul 21**, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/cidades/2018/08/em-troca-de-publicidade-uber-fara-manutencao-da-nova-orla-do-guaiba/>>. Acesso em: 4 de outubro de 2018.

TIENE, Izalene. **Mulher moradora de rua**: entre vivências e políticas sociais. Campinas: Editora Alínea, 2004.

VALENCIA, Sayak. Necropolítica. In: **Capitalismo Gore**. Barcelona: Mesulina, p. 139 – 171, 2010.